

FACULDADE CÁSPER LÍBERO
Pós-Graduação *Stricto Sensu* – Mestrado em Comunicação na Contemporaneidade

Eduardo Brandão Ornelas

**A ESPETACULARIZAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE NA ERA DO
CAPITAL IMATERIAL**

São Paulo

2016

EDUARDO BRANDÃO ORNELAS

A espetacularização da sustentabilidade na era do capital imaterial

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Faculdade Cásper Líbero, Linha de Pesquisa A, “Processos Midiáticos: Tecnologia e Mercado”, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Santos de Moraes

São Paulo
2016

Ornelas, Eduardo B.

A espetacularização da sustentabilidade na era do capital imaterial. São Paulo, 2016.

p.133; 30 cm

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Santos de Moraes

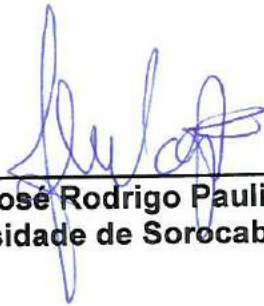
Dissertação – Faculdade Cásper Líbero, Programa de Mestrado em Comunicação

I. Sustentabilidade no Brasil e no mundo. 2. Rumo ao capital imaterial. 3. A sustentabilidade e o espetáculo na era do capital imaterial. I. Moraes, Marcelo Santos de. II. Faculdade Cásper Líbero, Programa de Mestrado em Comunicação. III. Título.

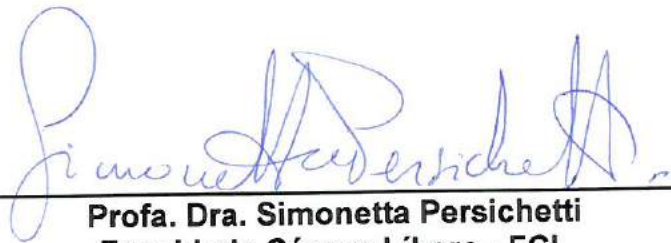
ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Autor: EDUARDO BRANDÃO ORNELAS

**“A ESPETACULARIZAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE NA ERA DO
CAPITAL IMATERIAL”**



**Prof. Dr. José Rodrigo Paulino Fontanari
Universidade de Sorocaba - UNISO**



**Profa. Dra. Simonetta Persichetti
Faculdade Cásper Líbero - FCL**



**Prof. Dr. Marcelo Santos de Moraes
Faculdade Cásper Líbero - FCL**

Data da Defesa: 01 de abril de 2016

Aos meus pais, Laerte e Alcedira, às minhas irmãs, cunhados, sobrinhos e tios, que sempre me incentivaram nesta busca pelo saber.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. Marcelo Santos de Moraes, que me deu todo o suporte, permitindo-me alçar novos voos no meio acadêmico.

Aos professores e à Secretaria da Pós-Graduação da Faculdade Cásper Líbero, além das amizades fraternas construídas nesta instituição. O diálogo constante com os nossos ilustres professores, com grandes autores e com os demais mestrandos só me fez crescer como cientista, cidadão e ser humano.

À minha família, em especial às minhas irmãs, cunhados, sobrinhos e tios, que toleraram minhas ausências neste período.

Aos meus pais, que me deram muito amor e me transmitiram grandes valores.

A todos, muito obrigado!

*É preciso amar as pessoas
como se não houvesse amanhã,
porque se você parar pra pensar,
na verdade não há.*

Renato Russo (1960-1996).

ORNELAS, Eduardo B. A espetacularização da sustentabilidade na era do capital imaterial. 2016. 133 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). São Paulo: Faculdade Cásper Líbero, 2016.

RESUMO

A presente dissertação tem o objetivo de analisar, à luz da “sociedade do espetáculo” e do conceito de capital imaterial, a utilização da noção de “sustentabilidade” como ativo econômico pelas grandes corporações. Recentemente, com a valorização social de ações que contribuem para a preservação do meio-ambiente, muitas empresas têm divulgado nos veículos de comunicação práticas supostamente empenhadas com a causa ecológica. Quando se diz supostamente, afirma-se que algumas das reportagens publicadas por respeitáveis veículos de imprensa, para não falar das campanhas publicitárias, promovem imagens positivas de clientes, compassadas com a preservação da natureza – e às vezes absolutamente falsas. Há - eis o argumento desta proposição - um simulacro de sustentabilidade, destinado, exclusivamente, a dar a grandes corporações - responsáveis por esgotar os recursos do planeta e poluí-lo - uma “boa imagem” pública, adequada ao espetáculo das mídias. Na atual “era da informação” (termo utilizado por Castells em algumas de suas obras), praticar “maquiagem verde” - “Greenwashing” – ou simulacros, em lugar de manter uma prática de fato sustentável, pode desvalorizar os ativos da empresa e reduzir lucros, ou ainda se transformar em caos e perdas efetivas, em caso de descoberta do simulacro. Ao longo deste processo haverá constante diálogo com alguns autores relevantes da área de Comunicação e das Ciências Sociais, tais como Guy Debord, Jean Baudrillard, Milton Santos, Manuel Castells, Karl Marx, Andre Gorz, e Cláudio Coelho, que servirão de suporte teórico.

Palavras-chave: Comunicação. Sustentabilidade. Capital imaterial. Simulacro. Maquiagem verde.

ORNELAS, Eduardo B. The spectacle of sustainability in the age of immaterial capital. 2016. 133p. Dissertation (Master degree in Communication). São Paulo: Cásper Líbero College, 2016.

ABSTRACT

This dissertation aims to examine, in the light of the "society of the spectacle" and the concept of intangible capital, the use of the term "sustainability" as an economic asset by large corporations. Recently, with the social valuation of actions that contribute to the preservation of the environment, many companies have released in vehicles of communication practices allegedly committed with the ecological cause. When we say allegedly or supposedly, it is stated that some of the reports published by reputable media outlets, as well as advertising campaigns, promote positive images of customers, rhythmic with the preservation of nature - and sometimes absolutely false. There is, here the argument of this proposition, a semblance of sustainability, designed exclusively to give large corporations - responsible for depleting the planet's resources and pollute it - a good public image, appropriate to the spectacle of the media. In the current "information age" (term used by Castells in some of his works), practicing "greenwashing" or simulacrum instead of maintaining a real practice of sustainability, if discovered, may devalue the company's assets and reduce profits, or turn into chaos and losses. Throughout this process, there will be constant dialogue with some relevant authors of the Communication area and Social Sciences, such as Guy Debord, Jean Baudrillard, Milton Santos, Manuel Castells, Karl Marx, Andre Gorz, and Claudio Coelho, who will serve as theoretical support.

Keywords: Communication. Sustainability. Immaterial Capital. Simulacrum. Greenwashing.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - The Global 100 (2014).....	17
Figura 2 - The Global 100 (2015).....	18
Figura 3 - Trechos extraídos da página web da Natura Cosméticos.....	20
Figura 4 - Trechos extraídos da página web da Natura Cosméticos.....	20
Figura 5 - Alguns produtos da linha Natura Ekos.....	21
Figura 6 - Informações do Portal Brasil.....	26
Figura 7 - Declínio da desigualdade na América Latina por país 2000-2010 (% de mudança anual do coeficiente de Gini).....	27
Figura 8 - Coeficiente de Gini na Argentina, Brasil e México; c.1990- c.2010.....	27
Figura 9 - Dados sobre desigualdade no Brasil – Folha de São Paulo.....	28
Figura 10 - Dados sobre desigualdade no Brasil – Folha de São Paulo.....	28
Figura 11 - Manchete de “O Globo” sobre o PIB brasileiro.....	29
Figura 12 - Manchete de “The Guardian” sobre o PIB brasileiro.....	29
Figura 13 - Manchete de “Valor Econômico” sobre o preço das commodities	30
Figura 14 - Entrevista recente de Bauman ao “El País”.....	32
Figura 15 - Lixeiras-padrão para separação do lixo, facilitando a reciclagem.....	60
Figura 16 - Informação nutricional Fandangos.....	62
Figura 17 - Pacote de Fandangos-Eco.....	63
Figura 18 - Pacote de Fandangos-Eco.....	63
Figura 19 - Cards de Fandangos-Eco.....	64
Figura 20 - Manchete sobre a Aracruz (ES).....	68
Figura 21 - Informação contida na caixa de papel (resma)	70
Figura 22 - Exemplo de produto de limpeza com eucalipto.....	71
Figura 23 - Exemplo de produto de limpeza com eucalipto.....	72
Figura 24 - Exemplo de produto de limpeza com eucalipto.....	72
Figura 25 - Foto comparativa de uma floresta nativa tropical vs. monocultura de eucalipto.....	73
Figura 26 - Foto de uma monocultura de eucalipto.....	74

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 SUSTENTABILIDADE NO BRASIL E NO MUNDO	14
1.1 SUSTENTABILIDADE NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.....	14
1.2 A RELAÇÃO HOMEM X NATUREZA	21
1.3 BRASIL: UMA TERRA DE CONTRASTES E CONTRADIÇÕES.....	25
1.4 EXISTE HOJE UMA “SUSTENTABILIDADE LÍQUIDA”?.....	31
2 RUMO AO CAPITAL IMATERIAL	35
2.1 A RELAÇÃO CAPITAL X TRABALHO E O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA	35
2.2 O CAPITAL IMATERIAL	39
2.3 ALGUMAS TEORIAS E IDEOLOGIAS RELACIONADAS.....	45
2.4 AS RELAÇÕES DE PODER.....	46
2.5 O CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO, AS NOVAS MÍDIAS E A DEMOCRACIA	49
2.6 IMAGEM E MARCA COMO “ATIVOS” DAS CORPORAÇÕES”..	53
3 A SUSTENTABILIDADE E O ESPETÁCULO NA ERA DO CAPITAL IMATERIAL	56
3.1 A SOCIEDADE DO ESPETÁCULO.....	56
3.2 AS GRANDES CORPORAÇÕES E OS RISCOS ASSOCIADOS AO SIMULACRO.....	57
3.3 A “ERA DA INFORMAÇÃO” E A ATUAL DINÂMICA DA COMUNICAÇÃO.....	58
3.4 DESTAQUES RELATIVOS À ESPECULARIZAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE NO INÍCIO DO SÉCULO XXI.....	59
3.5 “GREENWASHING” E SIMULACRO EM SUSTENTABILIDADE.....	61
3.6 ESTUDO DE CASO: O PLANTIO DE EUCALIPTO.....	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS	80
ANEXO A – RELATÓRIO “O FUTURO QUE QUEREMOS”	86
ANEXO B – THE GLOBAL 100 (2014)	108
ANEXO C – THE GLOBAL 100 (2015)	112
ANEXO D – ENTREVISTA COMPLETA DE BAUMAN AO “EL PAÍS” (2016)	119
ANEXO E – A MONOCULTURA DO EUCALIPTO E SUAS IMPLICAÇÕES	124

INTRODUÇÃO

A presente dissertação foi elaborada com o objetivo de se analisar de forma crítica a incorporação da noção de sustentabilidade pelo sistema capitalista, atualmente caracterizado pela exploração crescente de bens imateriais. A hipótese aqui defendida funda-se na conjectura de que a ideia de “sustentável”, capaz de gerar lucro e, ao mesmo tempo, contribuir para a construção de um mundo melhor, tem sido, não raramente, distorcida. São muitos os setores da comunicação – jornalismo, publicidade, marketing e áreas afins inclusas – a empregar rubricas a exemplo de “desenvolvimento sustentável”, “consciência ecológica” e “empresa-cidadã” de maneira inapropriada. Numerosas organizações se dizem defensoras de “práticas mais sustentáveis” sem, de fato, adotarem tais práticas.

Ainda que não se possa imputar má-fé deliberada para todas as empresas que se vendem como sustentáveis sem, de fato, o ser, pois existe a possibilidade da falta de conhecimento técnico e/ou científico – muitas vezes flagrante –, cria-se, eis o argumento deste trabalho, um “simulacro do sustentável”. Se, como quis Guy Debord, vivem-se tempos de “espetáculo”, ou de relações sociais mediadas por imagens mercantis, fabricadas pela indústria cultural, que na pós-modernidade converteram-se em signos autorreferentes vazios de sentido, ou simulacros (BAUDRILLARD, 1992), parece lícito acusar o selo “sustentável” de representar, por vezes, práticas que só existem nos anúncios publicitários e matérias jornalísticas. A “boa imagem”, exclusivamente retórica, engana o consumidor e agrega valor simbólico e financeiro a empresas e produtos poluentes e predatórios, ecologicamente insustentáveis.

Este tema reveste-se de especial relevância ao autor por permitir um diálogo com importantes autores da área de Comunicação e das Ciências Sociais sobre sustentabilidade, capital, imagem, marcas e simulacros, além de outros conceitos e fatos relevantes, o que, de certa forma, engloba interesses e questionamentos multidisciplinares que o acompanham desde a graduação em Geografia até o Mestrado em Comunicação, passando pelos períodos em que estudou Finanças (MBA) e Economia – graduação em curso.

Assim, de forma a ancorar as discussões realizadas, além dos já citados Debord e Baudrillard, utilizar-se-ão as obras do sociólogo espanhol Manuel Castells, notadamente seus trabalhos sobre a “era da informação” (CASTELLS, 2008), os quais serão

conjugados à extensa obra de Milton Santos a respeito da articulação espaço-tecnologias da informação-globalização. Também se encontram citados os estudos de Karl Marx (2008), aqui empregados para apontar o funcionamento do modo de produção capitalista, e de André Gorz (2003), cuja produção orienta-se para discutir, especificamente, as características do capital imaterial.

Esse último assunto é tratado no segundo capítulo, quando se apresenta uma abordagem do capital intangível a partir das relações “homem vs. natureza” (abordada no Capítulo 1) e especialmente “capital vs. trabalho” sob o modo de produção capitalista, além das relações de poder que o caracterizam, da sua gênese à contemporaneidade, marcada pela emergência das novas mídias sociais e a suposta democracia digital. Ainda no Capítulo 2, busca-se dialogar com relevantes autores sobre a definição de sociedade do espetáculo e sustentabilidade; como se dá o processo de criação e fortalecimento de imagens e marcas nos dias atuais e o porquê de ser tão importante dispor de uma imagem de empresa-cidadã e adotar o discurso politicamente correto.

Por fim, o Capítulo 3 traz diálogos mais aprofundados sobre o que é, de fato, sustentabilidade nesta era do capital imaterial, além dos riscos de vincular imagem e marca a simulacros; aqui, a apresentação e a análise de um “estudo de caso” ilustram as discussões realizadas pelo autor. Em tal etapa, procura-se evidenciar que o plantio de uma vegetação exótica tal como o de eucalipto não constitui prática sustentável, mas sim uma maneira de buscar elevados lucros, apesar de a indústria de papel e celulose vangloriar-se por viabilizar supostos “reflorestamentos”.

1 SUSTENTABILIDADE NO BRASIL E NO MUNDO

1.1 SUSTENTABILIDADE NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Na década de 1970, seja no Brasil ou no exterior, poucos utilizavam o termo “sustentável”^{*1} ou outros de forma similar ao que ocorre nos dias atuais. Esta rubrica encontrava-se restrita a estudos técnicos e científicos das ciências exatas, notadamente da Engenharia e das ciências biológicas. É o que revela a dissertação de mestrado de Valéria Silva, defendida em 2012 no Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica da PUC-SP. Ainda segundo a autora,

a palavra ‘sustentável’ tem sua origem no latim *sustinere*, que significa aguentar, apoiar, suportar. *Sustinere* é derivação da palavra *citare*, que significa encorajar, promover. *Citare*, por sua vez, tem sua origem na palavra *citius* (rapidez, movimento rápido). Sustentabilidade, portanto, carrega em seu significado dois comandos bastantes explorados pelo movimento ecológico: apoiar e promover, com o senso de urgência muitas vezes estabelecidos pelos diversos agentes do movimento: empresas públicas e privadas, Governos, Organizações Não Governamentais, instituições educacionais, entre outros.

O termo ‘desenvolvimento sustentável’ começou a ser utilizado em 1987, quando a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, formada pela Organização das Nações Unidas (ONU), lançou o documento *Nosso Fórum Comum*, conhecido também como Relatório *Brundtland*^{*2} (SILVA, 2012, p. 30).

Tal relatório definiu o termo desenvolvimento da seguinte forma:

um processo que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades’ (RELATÓRIO BRUNDTLAND, 1987, p. 9).

^{*1} Segundo o website do Senado Federal (link <http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/rio20/temas-em-discussao-na-rio20/ecodesenvolvimento-conceito-desenvolvimento-sustentavel-relatorio-brundtland-onu-crescimento-economico-pobreza-consumo-energia-recursos-ambientais-poluicao.aspx>), “as primeiras referências a desenvolvimento sustentável começaram a surgir em 1972, durante a primeira conferência da ONU sobre meio ambiente e desenvolvimento, em Estocolmo, na Suécia. O termo utilizado então foi ‘ecodesenvolvimento’”.

^{*2} Segundo o website do Senado Federal (idem) “em 1983, a ONU indicou a então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, para chefiar a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que deveria aprofundar propostas mundiais na área ambiental. Quatro anos depois, em 1987, a comissão apresentou o documento *Nosso Futuro Comum*, mais conhecido como Relatório Brundtland”.

^{*3} Outras informações relativas ao Relatório Brundtland, pelo site <https://ambiente.wordpress.com/2011/03/22/relatorio-brundtland-a-verso-original/>.

^{*4} O documento “O futuro que queremos” preparado pela Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável de 2012, está igualmente disponível no “Anexo A”.

Isto posto, apesar de existirem diversas definições para o termo sustentabilidade, nesta dissertação será considerado como basicamente “um conjunto de ações e atividades humanas que buscam atender às necessidades atuais dos seres humanos, sem que haja comprometimento do futuro das gerações vindouras. Está, assim, relacionado ao desenvolvimento econômico e material com agressões mínimas ao meio ambiente” (BRUNDTLAND, 1987, p. 9).

Também é fato que o ser humano precisa utilizar recursos naturais de maneira adequada e inteligente, para que estes não se esgotem rapidamente e continuem a existir no futuro.

Em 1992, com a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, ocorrida no Rio de Janeiro – Brasil, a utilização de “desenvolvimento sustentável” se consolidou definitivamente.

O desenvolvimento sustentável pressupõe ações relacionadas: à exploração dos recursos minerais e vegetais de forma controlada e com planejamento de longo prazo; no caso de recursos vegetais, providenciar replantios e/ou afins, além da preservação de trechos de florestas nativas e das matas ciliares (as matas naturalmente existentes às margens dos rios, lagos e similares); produção e consumo de alimentos orgânicos (os agrotóxicos são agressivos ao meio ambiente e podem prejudicar gravemente a saúde humana); a fomentar fontes energéticas limpas e/ou renováveis, de forma a reduzir a utilização de combustíveis fósseis; reciclagem de resíduos sólidos; às tentativas de reduzir o consumo de energia; à racionalização do uso da água, entre outros. Desta forma, estão integradas neste conceito questões sociais, econômicas, energéticas, ambientais e culturais.

Está-se diante da criação de “um novo valor” (VEIGA, 2010, p.17), em que, “para começar, há uma colisão entre sustentabilidade ‘fraca’ e ‘forte’” (VEIGA, 2010, p. 18), dependendo do nível de consciência e empenho empregado por cada um.

Por mais que, muitas vezes, restrinja-se somente ao discurso ou ao discurso associado à simulação, às vezes pode constituir práxis, afinal a preocupação com o meio-ambiente trata-se de valor cada vez mais relevante à sociedade.

É neste mundo contemporâneo, capitalista, onde parcela significativa dos cidadãos está cada vez mais preocupada com os impactos ao meio-ambiente – pensando na herança e legado que deixará às próximas gerações -, que as grandes corporações têm procurado demonstrar grande interesse e empenho com as causas ecológicas. A questão

é que, muitas vezes, a atuação de tais empresas não se baseia em práticas de fato sustentáveis, restringindo-se apenas a simular e buscar criar uma imagem adequada ao espetáculo das mídias.

No livro “O Bom Negócio da Sustentabilidade”, Almeida (2002, p. 75) defende a ideia de que “sustentabilidade é igual a ecoeficiência mais responsabilidade social”, no qual considera: “Ser ecoeficiente significa combinar desempenho econômico e desempenho ambiental para criar e promover valores com menor impacto sobre o meio ambiente” (Ibid.).

Ainda segundo esse autor, os elementos da ecoeficiência são sete:

- Redução do consumo de materiais com bens e serviços;
- Redução do consumo de energia com bens e serviços;
- Redução da emissão de substâncias tóxicas;
- Intensificação da reciclagem de materiais;
- Maximização de uso sustentável de recursos renováveis;
- Prolongamento da durabilidade dos produtos;
- Agregação de valor aos bens e serviços (Ibid., p. 103).

Já os instrumentos da ecoeficiência são:

- Sistema de Gestão Ambiental (SGA);
- Certificação ambiental;
- Análise do ciclo de vida;
- Processos de produção mais limpa (Ibid., p. 107).

Neste sentido:
$$\text{ecoefficiência} = \frac{\text{valor do produto ou serviço}}{\text{impacto ambiental}}$$

(Ibid., p. 157).

Esses parâmetros e métricas tal como citados são questionáveis ao autor desta dissertação, pois podem permitir a entrada no País de vegetações exóticas e invasoras sem análise e planejamentos minimamente adequados. Até certo ponto, são burocracias que cumprem apenas aspectos formais, não necessariamente constituindo processos eficazes que garantam impactos menores ao meio ambiente ou mesmo processos de produção mais limpos. Como será visto no Capítulo 3, o exemplo do plantio das “florestas de eucalipto” causa uma ótima primeira impressão – ficando excelente nos

aspectos burocráticos-, no entanto, é algo que se prova nocivo à biodiversidade, afetando gravemente a sobrevivência de diversas espécies vegetais e animais.

A seguir, um trecho extraído da revista eletrônica “Exame.com”, publicado no dia 22 de janeiro de 2014:

A Corporate Knights, publicação canadense especializada em responsabilidade social e desenvolvimento sustentável, divulgou nesta quarta-feira (22), durante o Fórum Econômico Mundial, em Davos, a lista The Global 100.

O ranking anual traz as empresas com as melhores práticas de sustentabilidade corporativa. Duas empresas brasileiras integram a edição 2014: a Natura, na posição 23, e a BRF, na 95.

O levantamento, criado em 2005 e anunciado todo ano durante o Fórum Econômico Mundial, seleciona empresas de todos os setores com base em práticas ambientais, saúde financeira, categorias de produtos e sanções financeiras.

Seus 12 indicadores quantitativos avaliam, por exemplo, a receita gerada por unidade de consumo de energia, a relação entre o salário do presidente da companhia e o de um trabalhador médio e o percentual de mulheres na gestão (www.exame.com).

A seguir, relação das 10 principais empresas – conforme divulgação de 2014 (vide “ranking” completo no Anexo B):

Posição	Empresa	País	Pontuação
1	Westpac Banking Corp	Austrália	76.5%
2	Biogen Idec Inc	EUA	75.3%
3	Outotec OYJ	Finlândia	74.2%
4	Statoil ASA	Noruega	74%
5	Dassault Systemes AS	França	74%
6	Neste Oil OYJ	Finlândia	69.2%
7	Novo Nordisk A/S	Dinamarca	68.8%
8	Adidas AG	Alemanha	68%
9	Umicore as	Bélgica	67.8%
10	Schneider Electric AS	França	66.5%

Fonte: Revista eletrônica Exame.com (www.exame.com) de 22/01/2014.

Figura 1 – The Global 100 (2014).

Os critérios e indicadores utilizados para a ordenação das empresas acima listadas foram estabelecidos pela Corporate Knights, renomada empresa criada em 2002 e dedicada a ranquear corporações sustentáveis. Esta empresa leva em consideração balizadores como o “porcentual de mulheres na gestão”, o que não é considerado um indicador adequado por diversos especialistas em sustentabilidade, entre eles o autor desta dissertação.

Independentemente do ranking utilizado, é fundamental ter cuidado com quaisquer classificações do tipo, pois estas tendem a dar às grandes corporações, como já antecipado, uma “boa imagem” pública, adequada ao espetáculo das mídias, quando estas são responsáveis por esgotar os recursos do planeta e por poluí-lo.

Já na publicação de janeiro de 2015 deste mesmo ranking, a norte-americana Biogen, cujo foco está em biotecnologia e desenvolvimento de medicamentos, aparece em primeiro lugar. A Corporate Knights destacou que a Biogen apresentou um consumo altamente eficiente de energia e diminuiu em 66% o consumo de água no período 2006-2015.

A seguir, o ranking de 2015 até a 10ª posição (Detalhamentos em Anexo C):

Posição	Empresa	País	Tipo de Indústria	Pontuação
1	Biogen Idec	EUA	Biotecnologia	73,5%
2	Allergan	EUA	Farmacêutica	72,8%
3	Adidas	Alemanha	Têxtil. Vestuário e artigos de luxo	72,6%
4	Keppel Land	Singapura	Gestão imobiliária e incorporação	71,3%
5	Kesko	Finlândia	Alimento e varejo	70,0%
6	BMW	Alemanha	Automotiva	69,2%
7	Reckitt Benckiser Group	Reino Unido	Produtos domésticos	68,8%
8	Centrica	Reino Unido	Multiutilidades	68,5%
9	Schneider Electric	França	Equipamentos elétricos	68,4%
10	Danske Bank	Dinamarca	Bancos	68,4%

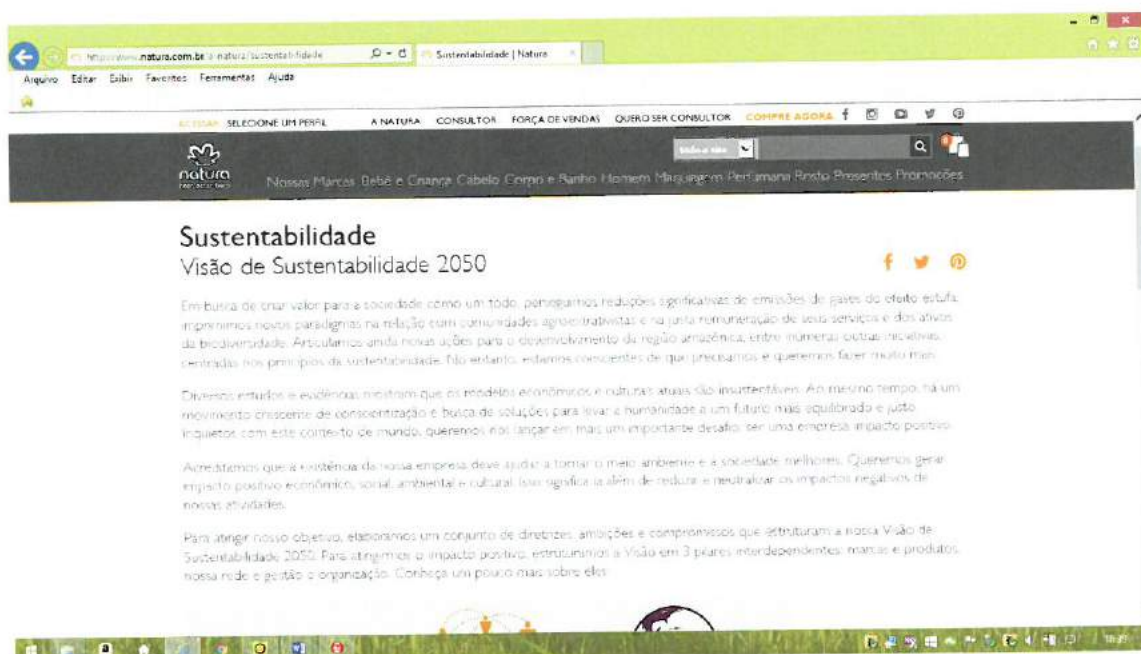
Fonte: Revista eletrônica Exame.com (www.exame.com) de 21/01/2015

Figura 2 - The Global 100 (2015).

Em 2015, a única empresa brasileira a constar em tal ranking – na 44ª posição - foi a Natura Cosméticos, o que, em parte, se explica pelo percentual de mulheres na sua gestão e pela própria participação feminina na base de consultores e representantes comerciais.

Apesar das suas notórias qualidades e de mecanismos de marketing que buscam criar em torno da empresa uma imagem de sustentável e ecológica, existem inúmeros questionamentos a respeito da efetiva atuação ecologicamente correta da empresa Natura.

Em primeiro lugar, a seguir, estão alguns trechos da página web da Natura:





Fonte: <http://www.natura.com.br/a-natura/sustentabilidade>

Figuras 3 e 4 - Trechos extraídos da página web da Natura Cosméticos:

Considerando-se tais citações, o primeiro questionamento a ser feito é: - O que a empresa entende por “tecnologias inovadoras que gerem impacto socioambiental positivo”? À medida que se trata de atividade industrial, portanto poluidora, o máximo que qualquer corporação conseguiria fazer é buscar neutralizar os impactos negativos gerados. A possibilidade de qualquer indústria gerar impacto socioambiental positivo é uma citação, no mínimo, utópica.

Ainda que seja uma empresa que emprega muito mais mulheres do que homens como consultores, que tenha relevante participação feminina até mesmo no seu corpo diretivo - critérios valorizados pela Corporate Knights -, além de ter sido a 1ª empresa brasileira a criar um serviço de atendimento ao cliente, a Natura recebeu inúmeras críticas por ter mantido pesquisas com cobaias (animais) até 2006, por ter utilizado “sebo de boi” em diversas linhas de produtos até meados da década passada (sendo este substituído gradualmente por óleos vegetais), entre outros. A própria linha de produtos Natura Ekos, apesar de ser biodegradável (o que é melhor para o meio-ambiente), para ser produzida, polui tanto quanto outros produtos da fábrica.



Fonte: <http://www.mundodasmarcas.blogspot.com.br/2006/05/natura-natureza-viva.html>

Figura 5 - Alguns produtos da linha Natura Ekos.

1.2 A RELAÇÃO HOMEM X NATUREZA

Para se compreender a preocupação atual com relação à sustentabilidade, é fundamental analisar como as atividades humanas historicamente causaram impactos à natureza e ao meio-ambiente, além da lógica do capital que levou à vinculação das imagens e marcas das empresas a supostas práticas sustentáveis.

Nesse contexto, não se pode deixar de abordar a relação Homem vs. Natureza e os interesses econômicos por trás disso ao longo do tempo.

Apesar de alguns dos economistas clássicos – em especial Adam Smith e David Ricardo – terem identificado que os bens produzidos pela atividade humana eram escassos, assim criando as bases da “lei da oferta e procura”, havia a impressão de que tudo o que se referia à natureza era abundante e, até certo ponto, ilimitado. De alguma forma, existia a ideia de que a água e a madeira, por exemplo, poderiam ser utilizadas sem preocupação, *ad eternum*.

Por séculos, as vozes que se manifestavam a respeito da relação “homem x natureza” eram aquelas que procuravam compreender como o homem modificava a natureza, adaptando os recursos existentes às suas necessidades, transformando assim o espaço em um espaço humanizado. No Brasil, Milton Santos (1978) é considerado o principal nome da Geografia Crítica, promovendo análises fenomenológicas, identificando processos naturais e socioespaciais em sua busca por uma teoria do espaço e também da urbanização, especialmente no Terceiro Mundo. Dentre outros reconhecimentos relevantes, Milton Santos foi ganhador do Prêmio Internacional de Geografia Vautrin Lud de 1994, que é considerado o Nobel de Geografia.

Adicionalmente, o espaço geográfico pode ser entendido como o “território”, portanto o objeto de disputa e dominação das relações sociais de produção; no entanto procurar-se-á trabalhar esse termo com base na visão de Santos (1978):

O espaço é um verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual. Eis a razão pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares. (Ibid., p.122).

(...) O espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais, (...) o espaço evolui pelo movimento da sociedade total. (Ibid., p. 171).

O mesmo autor afirma ainda que:

(...) o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada-subordinante. É como as outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia. (Ibid., p. 145).

Assim, o espaço deve ser considerado em sua totalidade, o que envolve um processo histórico (passado-presente) e todo um conjunto de relações sociais, havendo leis próprias e certa autonomia entre os lugares.

Santos (1978) também esclarece:

O espaço reproduz a totalidade através das transformações determinadas pela sociedade, modos de produção, distribuição da população, entre outras necessidades, desempenham funções evolutivas na formação econômica e social, influencia na sua construção e também é influenciado nas demais estruturas de modo

que torna um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos (SANTOS, 1979, p.10)

Seria impossível pensar em evolução do espaço se o tempo não tivesse existência no tempo histórico, (...) a sociedade evolui no tempo e no espaço. O espaço é o resultado dessa associação que se desfaz e se renova continuamente, entre uma sociedade em movimento permanente e uma paisagem em evolução permanente. (...) Somente a partir da unidade do espaço e do tempo, das formas e do seu conteúdo, é que se podem interpretar as diversas modalidades de organização espacial (Ibid., pp. 42-43).

Para esse autor, o espaço resulta, desta forma, do desenvolvimento das forças produtivas, das suas relações de produção, além das necessidades de circulação e distribuição. E, para tanto, o próprio desenvolvimento do capitalismo foi fundamental, constituindo a urbanização, um dos resultados dos processos históricos.

O espaço, considerado como um mosaico de elementos de diferentes eras, sintetiza, de um lado a evolução da sociedade e explica, de outro lado, situações que se apresentam na atualidade. (...) a noção de espaço é assim inseparável da ideia de sistemas de tempo (SANTOS, 1985, pp. 21-22).

O território é assim estabelecido historicamente como uma parte do espaço, o que foi imposto pelos homens à natureza. O autor alerta, porém, para o fato de que:

configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima. (SANTOS, 1996, p.51).

Desta forma, o espaço engloba o território modelado e físico, enquanto o território corresponde aos complexos naturais e às alterações ou modificações promovidas pelo homem, ou seja, as habitações, indústrias, vias e estradas e as próprias cidades. O território é assim construído pelo homem histórica e socialmente, negando a natureza que existia originalmente naquele espaço.

Até as décadas de 1950 e 1960, poucas pessoas demonstravam preocupação com o meio-ambiente e práticas sustentáveis. Do meio do século XX aos dias atuais, surgiram vozes claramente contrárias à exploração irrestrita da natureza pelo homem. Alguns desses defensores do meio-ambiente destacavam a importância de se preservarem determinados espaços, notadamente aqueles cobertos por florestas nativas, para que as futuras gerações continuassem a ter acesso a alguns locais em que a ação humana tenha causado menor impacto; alertavam sobre os excessos quanto aos

desmatamentos e impactos sobre o meio-ambiente e a biodiversidade; havia ainda aqueles que procuravam preservar determinadas espécies profundamente ameaçadas de extermínio; cientistas estudavam - e continuam a estudar- os impactos da atividade humana sobre a camada de ozônio e o efeito-estufa, além dos impactos nocivos da poluição sobre a saúde humana.

Diversos pesquisadores e cientistas da contemporaneidade – dentre eles, o próprio Santos (1996) – têm avaliado a gravidade desta relação predatória do ser humano com o meio-ambiente. De certa forma, a velha lógica de destruir e dominar o meio-ambiente é algo intrínseco à atividade humana sob o modo de produção capitalista, que busca aumento de produtividade, lucratividade e o próprio aumento do capital, muitas vezes convivendo com o subdesenvolvimento. Assim, veem-se a explosão das megacidades, a bomba de calor urbana, o aquecimento global, o efeito-estufa, entre outros fenômenos, lembrando que a urbanização acelerada e sem planejamento adequado, nos países subdesenvolvidos, trouxe consigo uma série de problemas sociais.

Por outro lado, não se pode confundir Ecologia com a defesa da preservação de determinados animais ou plantas ou uma luta contra a poluição. A palavra vem do grego “oikos” (casa) e “logos” (estudo), sendo, de maneira um tanto simplista, o ramo das Ciências Biológicas que estuda os organismos vivos no meio-ambiente e suas inter-relações com este. Já ecossistema seria uma espécie de conjunto da comunidade (ou seja, os seres vivos que ali residem) e do ambiente (basicamente solo, água e ar).

Algo muito grave, quando se pensa em agressão ao meio-ambiente, é a quebra da cadeia alimentar com a substituição da mata nativa por uma espécie estranha ou exótica, como acontece no plantio de eucalipto, que será analisado no Capítulo 3.

(...) Os cereais são utilizados como fonte alimentícia de determinados organismos como, por exemplo, os camundongos silvestres, que fazem parte da dieta alimentar de carnívoros. Esta ordem sequencial denomina-se cadeia alimentar.

As cadeias de alimentos são formadas por elos ou níveis que se agrupam, em cada um deles, organismos de mesmas preferências alimentares.(...) (MIZUGUCHI, 1981, p. 15).

Apenas como exemplo, a problemática do lixo – que, no pós-II Guerra Mundial, estava mais restrita a onde guardar os dejetos atômicos – passou a constituir uma

enorme preocupação nas grandes cidades. Como sempre contraditório, o capitalismo promoveu o desejo de consumo – uma “cultura consumista” - de tal forma que as pessoas desejam comprar e consumir mais e mais, o que, em paralelo, gera poluição, a substituição de áreas de vegetação nativa pela agropecuária, pela atividade industrial ou simplesmente pelas atividades urbanas, o que cria uma quantidade de lixo jamais vista. Reflita-se em quantas sacolas de lixo são geradas a cada semana em cada residência, escola ou empresa e onde será possível guardar tanto lixo no longo prazo. O lixo tem constituído – e constituirá cada vez mais - um problema grave às cidades.

1.3 BRASIL: UMA TERRA DE CONTRASTES E CONTRADIÇÕES

O Brasil é um país de muitos contrastes socioeconômicos e os exemplos disso são inúmeros.

Apesar de dispor de toda uma complexidade no que se refere a atividades industriais e serviços, além do fato de o País ser um colossal produtor de “commodities” - destacando-se como primeiro do mundo na produção de alimentos como soja, laranja, café, açúcar (de cana-de-açúcar), bovinos, frangos, bem como minério de ferro, aço, entre outros -, o Brasil é ainda um dos piores países em distribuição de renda do mundo.

Conforme manchete a seguir, publicada no Portal Brasil de 15/07/2015, o Brasil deverá se tornar o maior produtor de alimentos até a próxima década. Em outras commodities, tais como milho, algodão e celulose, o País também está entre os principais produtores mundiais.

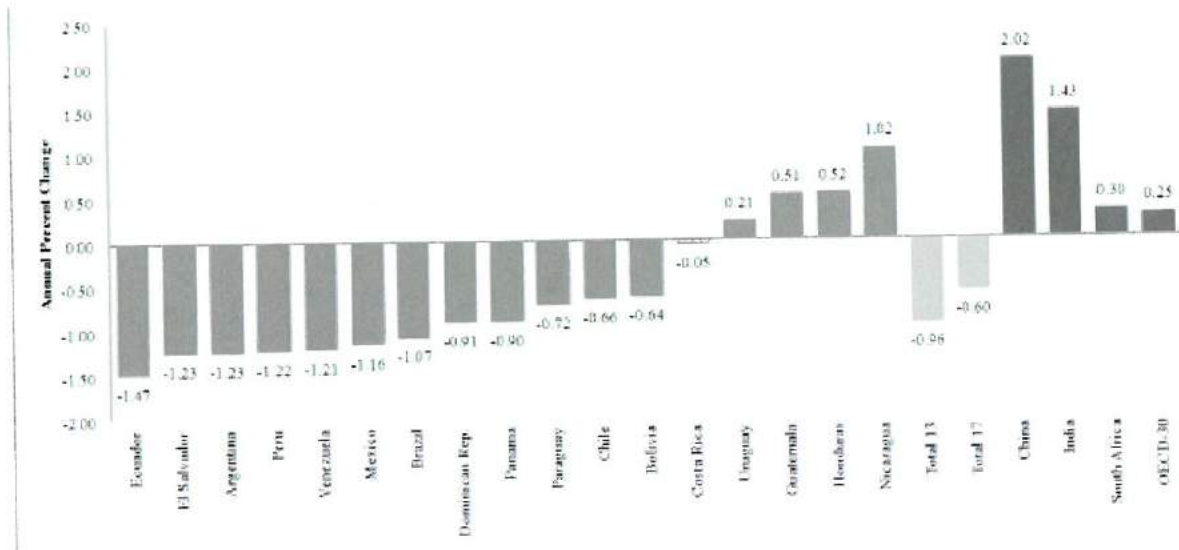


Fonte: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/brasil-sera-maior-exportador-de-alimentos-do-mundo-na-proxima-decada-aponta-onu> (Portal Brasil de 15/07/2015).

Figura 6 - Informações do Portal Brasil.

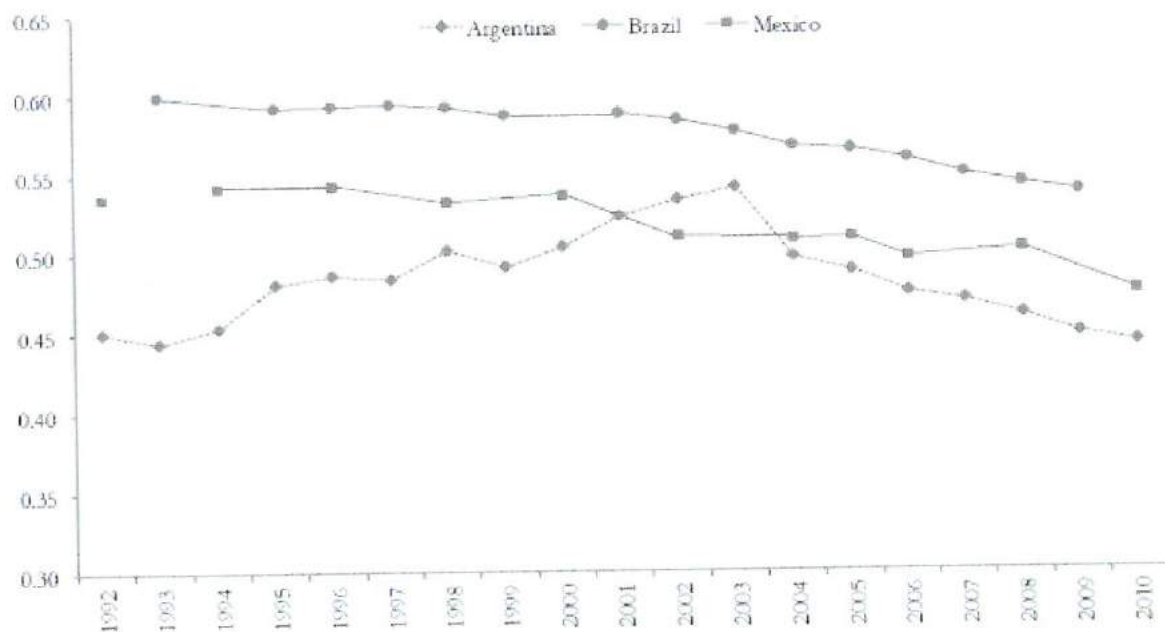
Apesar destes números, somente por volta do ano 2010, o Brasil perdeu a posição “historicamente consolidada” de pior distribuição de renda do mundo, graças, sobretudo, ao efeito de programas de combate à desigualdade social como o “Bolsa-Família”.

Com base no índice de Gini, que foi criado para medir o nível de distribuição e/ou concentração de renda de cada economia, podem-se fazer determinadas comparações, por meio das quais se detecta que, no Brasil, os 10% mais ricos são extremamente ricos, concentrando parcela relevante da economia local em suas mãos. Já os 10% mais pobres passam por condições sociais equivalentes às daqueles que vivem nas regiões mais pobres ou subdesenvolvidas do mundo.



Fonte: <http://dssbr.org/site/2012/11/diminuicao-das-desigualdades-de-renda-na-america-latina-nos-anos-2000/> e <http://sedlac.econo.unlp.edu.ar/eng/>

Figura 7 – Declínio da desigualdade na América Latina por país 2000-2010 (% de mudança anual do coeficiente de Gini).



Fonte: Idem.

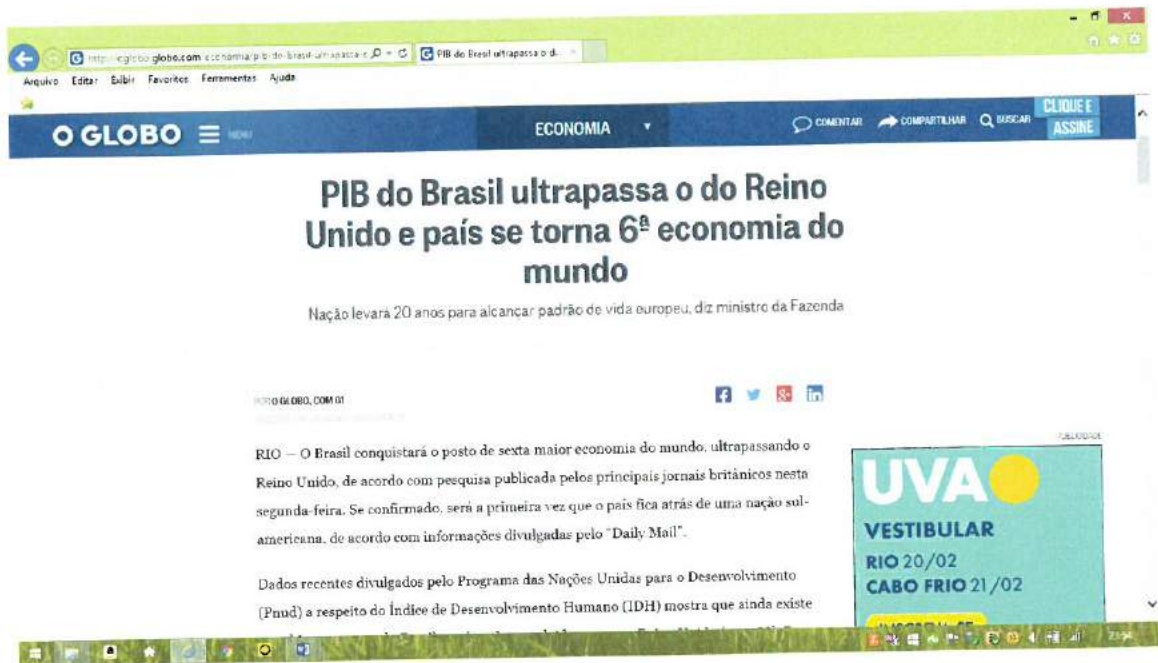
Figura 8 – Coeficiente de Gini na Argentina, Brasil e México; c.1990- c.2010



Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/11/1705824-desigualdade-cai-em-2014-com-alta-de-renda-dos-mais-pobres-diz-ibge.shtml>

Figuras 9 e 10 - Dados sobre desigualdade no Brasil – Folha de São Paulo

Não obstante, o PIB do Brasil ultrapassou o da Inglaterra no ano de 2011, atingindo assim o 6º lugar da economia mundial.



Fonte: <http://oglobo.globo.com/economia/pib-do-brasil-ultrapassa-do-reino-unido-pais-se-torna-6-economia-do-mundo-3513784> (O Globo de 26/12/2011).

Figura 11- Manchete de “O Globo” sobre o PIB brasileiro.



Fonte: <http://www.theguardian.com/business/2011/dec/26/brazil-overtakes-uk-economy> (The Guardian de 26/12/2011)

Figura 12 - Manchete de “The Guardian” sobre o PIB brasileiro.

Após ter atingido o 6º lugar na economia mundial, o Brasil tem enfrentado problemas econômicos muito específicos, tais como:

- a) aqueles vinculados aos escândalos de corrupção na Petrobras – simplesmente a maior empresa do País - e ao setor de construção civil, o que afeta a economia real, o governo federal e gera uma crise de confiança sobre a política e economia;
- b) o grave acidente ambiental ocorrido em Mariana, MG, ainda sob investigação, mas que adiciona dúvidas relevantes sobre as práticas de prevenção de acidentes e de sustentabilidade da Samarco e sua acionista brasileira – a Vale S.A. – que é a maior empresa de mineração do mundo, além de ser a 2ª maior empresa brasileira em volume de capital (perdendo somente para a Petrobrás).
- c) a queda dos preços das commodities no cenário mundial ao longo dos últimos anos, que tem-se tornando ainda mais grave nos últimos meses.



Fonte: www.valor.com.br (de 09/02/2016)

Figura 13 - Manchete de “Valor Econômico” sobre o preço das commodities (em declínio).

Dando prosseguimento às contradições nacionais, por mais que se defenda a produção de álcool ou etanol como uma prática mais adequada e “sustentável”, em especial se comparada à produção de combustíveis de origem fóssil (e de fato é), o que se pode dizer da prática inadequada de “queima” ou “queimada” da cana-de-açúcar (em

período de colheita) nas terras cultivadas com tal plantio? No mínimo, deveria haver uma orientação mais incisiva por parte dos órgãos governamentais no sentido de os agricultores não utilizarem mais as queimadas, que são nocivas à atmosfera, ao meio-ambiente, além de ao próprio solo no longo prazo. Isto se reverterá contra o próprio agricultor, quando este tiver de assumir os custos com correção de solo. Há de se esclarecer que as queimadas - por mais que elas momentaneamente gerem a impressão de maior fertilidade ao solo - têm efeito contrário no longo prazo por diversos motivos.

Apenas como exemplo, parte da matéria orgânica queimada é levada pelo vento e pela água da chuva para outros locais (não necessariamente ficando ali para enriquecer ou adubar o solo, que é a impressão inicial). Em paralelo, micro-organismos e outros seres vivos fundamentais às lavouras - destacadamente as minhocas - podem não sobreviver às queimadas, o que é altamente danoso ao solo e à futura produção. Corrigir o solo com fertilizantes é viável, mas para todo tipo de ação há um custo que não é somente econômico.

1.4 EXISTE HOJE UMA SUSTENTABILIDADE LÍQUIDA?

Zygmunt Bauman (2001) chegou aos 90 anos de idade em 2015. Ao longo de sua vida, escreveu sobre inúmeros temas. Os conceitos de “modernidade líquida” e de “vida para consumo” têm forte relação com o tema analisado nesta dissertação e com “a transformação das pessoas em mercadoria”. Para Bauman, as relações entre os seres humanos hoje em dia são líquidas, contrapondo isto a uma maior solidez de tempos passados. Esta “metáfora” demonstra que as relações humanas se adaptam muito facilmente e não são tão consistentes. Para se recuperar este processo, é preciso tão somente recuperar ou fortalecer determinados valores.

Bauman parece não gostar de respostas simples a questões complexas e é considerado “pessimista”, além de altamente crítico. Ele entende que se paga um alto preço pelo neoliberalismo que impera dos anos 80 para cá, mais precisamente desde a queda do muro de Berlim e a dissolução da antiga União Soviética. Esse autor também procura esclarecer que há uma perda do sentido de comunidade, já que o mundo está muito individualista em um momento histórico de grande incerteza.

Desta forma, nestes “tempos líquidos” (BAUMAN, 2010), no que se refere ao meio-ambiente, existe, sim, uma sustentabilidade líquida, utilizada pelas corporações e

pelos indivíduos – cidadãos e consumidores. Esse fato, porém, não exige as corporações poluidoras que se alegam sustentáveis e defensoras do meio-ambiente de passarem por escândalos ou crises de imagem por simularem. As informações se propagam muito rapidamente na contemporaneidade via redes sociais.



Fonte: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/30/cultura/1451504427_675885.html

Figura 14 - Entrevista recente de Bauman ao “El País”.

Por ser uma entrevista recente - publicada em 09/01/2016 por “El País”, principal jornal espanhol - e por abordar vários detalhes compatíveis com os temas tratados nesta dissertação, destacam-se, a seguir, algumas das respostas concedidas por Bauman:

Pergunta (“P”). Você vê a desigualdade como uma “metástase”. A democracia está em perigo?

Resposta (“R”). O que está acontecendo agora, o que podemos chamar de crise da democracia, é o colapso da confiança. A crença de que os líderes não só são corruptos ou estúpidos, mas também incapazes. Para atuar, é necessário poder: ser capaz de fazer coisas; e política: a habilidade de decidir quais são as coisas que têm de ser feitas. A questão é que esse casamento entre poder e política nas mãos do Estado-nação acabou. O poder se globalizou, mas as políticas são tão locais quanto antes. A política tem as mãos cortadas. As pessoas já não acreditam no sistema democrático porque ele não cumpre suas promessas. É o que está evidenciando, por exemplo, a crise de

migração. O fenômeno é global, mas atuamos em termos paroquianos. As instituições democráticas não foram estruturadas para conduzir situações de interdependência. A crise contemporânea da democracia é uma crise das instituições democráticas.

P. Para que lado tende o pêndulo que oscila entre liberdade e segurança?

R. São dois valores extremamente difíceis de conciliar. Para ter mais segurança é preciso renunciar a certa liberdade, se você quer mais liberdade tem que renunciar à segurança. Esse dilema vai continuar para sempre. Há 40 anos, achamos que a liberdade tinha triunfado e que estávamos em meio a uma orgia consumista. Tudo parecia possível mediante a concessão de crédito: se você quer uma casa, um carro... pode pagar depois. Foi um despertar muito amargo o de 2008, quando o crédito fácil acabou. A catástrofe que veio, o colapso social, foi para a classe média, que foi arrastada rapidamente ao que chamamos de *precarariat* (termo que substituí, ao mesmo tempo, proletariado e classe média). Essa é a categoria dos que vivem em uma precariedade contínua: não saber se suas empresas vão se fundir ou comprar outras, ou se vão ficar desempregados, não saber se o que custou tanto esforço lhes pertence... O conflito, o antagonismo, já não é entre classes, mas de cada pessoa com a sociedade. Não é só uma falta de segurança, também é uma falta de liberdade.

P. Você afirma que a ideia de progresso é um mito. Por que, no passado, as pessoas acreditavam em um futuro melhor e agora não?

R. Estamos em um estado de *interregno*, entre uma etapa em que tínhamos certezas e outra em que a velha forma de atuar já não funciona. Não sabemos o que vai substituir isso. As certezas foram abolidas. Não sou capaz de profetizar. Estamos experimentando novas formas de fazer coisas. A Espanha foi um exemplo com aquela famosa iniciativa de maio (o 15-M), em que essa gente tomou as praças, discutindo, tratando de substituir os procedimentos parlamentares por algum tipo de democracia direta. Isso provou ter vida curta. As políticas de austeridade vão continuar, não podiam pará-las, mas podem ser relativamente efetivos em introduzir novas formas de fazer as coisas.

(...)

P. As redes sociais mudaram a forma como as pessoas protestam e a exigência de transparência. Você é um cético sobre esse “ativismo de sofá” e ressalta que a Internet também nos entorpece com entretenimento barato. Em vez de um instrumento revolucionário, como alguns pensam, as redes sociais são o novo ópio do povo?

R. A questão da identidade foi transformada de algo preestabelecido em uma tarefa: você tem que criar a sua própria comunidade. Mas não se cria uma comunidade, você tem uma ou não; o que as redes sociais podem gerar é um substituto. A diferença entre a comunidade e a rede é que você pertence à comunidade, mas a rede pertence a você. É possível adicionar e deletar amigos, e controlar as pessoas com quem você se relaciona. Isso faz com que os indivíduos se sintam um pouco melhor, porque a solidão é a grande ameaça nesses tempos individualistas. Mas, nas redes, é tão fácil adicionar e deletar amigos que as habilidades sociais não são necessárias. Elas são desenvolvidas na rua, ou no trabalho, ao encontrar gente com quem se precisa ter uma interação

razoável. Aí você tem que enfrentar as dificuldades, se envolver em um diálogo. O papa Francisco, que é um grande homem, ao ser eleito, deu sua primeira entrevista a Eugenio Scalfari, um jornalista italiano que é um ateu autoproclamado. Foi um sinal: o diálogo real não é falar com gente que pensa igual a você. As redes sociais não ensinam a dialogar porque é muito fácil evitar a controvérsia... Muita gente as usa não para unir, não para ampliar seus horizontes, mas ao contrário, para se fechar no que eu chamo de zonas de conforto, onde o único som que escutam é o eco de suas próprias vozes, onde o único que veem são os reflexos de suas próprias caras. As redes são muito úteis, oferecem serviços muito prazerosos, mas são uma armadilha (EL PAÍS, 09/01/2016, p.1).

Tal entrevista consta, na íntegra, no Anexo D desta dissertação.

Tempos líquidos, relações mais fracas e passageiras em um cenário em que as redes sociais são muito úteis, porém apresentando-se como “armadilha”, podem levar a uma “sustentabilidade líquida”.

Em paralelo, na obra “Vida para Consumo”, Bauman (2007) analisa as características comportamentais do “ser consumidor”, esclarecendo que a sociedade de consumo é “uma sociedade do excesso e da extravagância – e, portanto, da redundância e do desperdício pródigo” (Ibid., 2007, p. 112). O consumo exagerado e o consumismo desenfreado não podem jamais ser considerados como positivos.

Isso nada tem a ver com retirar milhares ou milhões de pessoas da linha de pobreza ou miséria.

2 RUMO AO CAPITAL IMATERIAL

2.1 A RELAÇÃO CAPITAL X TRABALHO E O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Karl Marx nasceu na antiga Prússia em 1818 e faleceu em 1883, tendo residido em Londres por muitos anos. Ele analisou o sistema capitalista e seu modo de produção com profundidade, a partir das análises desenvolvidas por Adam Smith e David Ricardo. Marx foi um teórico extremamente preocupado com a “práxis” revolucionária e sua principal obra foi “O Capital”, influenciando gerações da classe trabalhadora e estudantes por meio do que se passou a denominar “marxismo”. Friedrich Engels foi seu grande parceiro no que se refere aos estudos teóricos.

Antes de dar início ao diálogo com Karl Marx, é fundamental esclarecer que, em toda a sua obra, Milton Santos é fortemente influenciado pelo trabalho e premissas defendidas por Marx. Logo, isso permite aproximações epistemológicas entre os dois autores. É nesse contexto que se compreenderão as mudanças promovidas no espaço geográfico pelo homem, sob a visão hegemônica capitalista nas últimas décadas do século XX, diante da valorização do consumo e da cultura capitalista-consumista, em contraposição ao que seria favorável ao “meio-ambiente” ou ao ambientalmente “sustentável”. No sistema capitalista, o capital precisa se reproduzir e se ampliar, a qualquer custo. Por outro lado, também há de se alertar que o estágio atual do capitalismo – o que é contraditório e, democraticamente, permite visões antagônicas –, os preceitos “ecológicos” e “pró-sustentabilidade” têm ganhado relevância aos olhos da sociedade e dos eleitores.

Assim, para analisar o capitalismo de hoje, não se pode deixar em plano secundário o processo histórico global e local, incluindo, neste contexto, os aspectos culturais e comunicacionais de cada sociedade, a própria evolução do conhecimento humano e os processos tecnológicos desde os primórdios da civilização até os dias atuais.

É fato que o modo de produção capitalista – baseado em toda uma ideologia liberal (ou neoliberal) burguesa, cujo “norte” se deu por meio do ideal de “*laissez faire, laissez passer*” - sofreu inúmeras adaptações e até mutações ao longo do tempo (desde a Revolução Industrial, passando pelo Fordismo, até chegar ao momento atual), processo

que esteve e está totalmente vinculado ao próprio crescimento e fortalecimento das cidades e da vida urbana.

Apesar de toda a evolução constatada sob os mais diferentes aspectos, persiste a necessidade de gerar excedentes, “mais-valia”, de acumular capital, a própria manutenção da alienação do trabalhador e de um exército de reserva, dentre muitas outras características deste modo de produção, tal como Marx analisou.

É só no capital que a autonomia do valor de troca se torna processo, um valor que se valoriza, não uma soma de dinheiro ou de valores de troca, um valor de uso, uma relação social, etc., pois o capital, como valor que se valoriza, não implica só relações de classe, ou uma determinada característica baseada na existência do trabalho assalariado. O capital é um movimento, um processo cíclico atravessando diversos estágios e que ele próprio implica por seu lado três formas diferentes do processo cíclico. É por isso que o capital só pode ser compreendido como movimento, e não como uma coisa estática, parada. Quem acha que a autonomização do valor é pura abstração se esquece que o movimento do capital industrial é exatamente essa abstração *in actu* (em ação), na prática. (MARX, 2008, p. 390).

O marxismo é um complexo conjunto de teorias econômicas, políticas, sociais e filosóficas, baseadas na concepção materialista-histórica e na dialética, elaboradas por Karl Marx e Friedrich Engels, que influenciou diversos intelectuais (que procuraram desenvolvê-lo como teoria) e a própria classe trabalhadora em diversas regiões do mundo. Para o marxismo, o homem é um ser social, histórico, capaz de, ao longo do tempo, aumentar a produtividade de seu trabalho, diferentemente dos outros animais.

Com base na leitura de Marx (2008), entende-se que o modo de produção capitalista torna necessária a “geração de excedentes”. É uma questão de “sobrevivência” ao sistema. Já com a divisão do trabalho, o trabalhador deixa de saber plenamente o que a sua força de trabalho de fato produziu (trata-se da alienação do trabalhador), o que facilita o capitalista a se apropriar de uma parte que caberia ao proletariado. A este ganho, que não caberia ao dono dos meios de produção, se denomina “mais-valia”, que, acumulada, reinvestida na produção e novamente acumulada, permite ao capitalista aumentar suas riquezas. Há um acúmulo do capital nas mãos dos donos dos meios de produção, apesar do fato de que o que hoje existe é inteiramente fruto da acumulação daquilo que o trabalho gerou desde o início das

atividades da empresa. Deste modo, pensando de forma macro, toda a riqueza acumulada em determinada sociedade é fruto do trabalho humano acumulado ao longo do tempo e apropriado – para Marx, indevidamente - pelos detentores dos meios de produção.

Luta de classes é algo de grande relevância para se compreender no marxismo. No sistema capitalista, existe um conflito entre a burguesia - ou seja, os proprietários dos meios de produção - *versus* o proletariado. É este que fornece a força de trabalho à viabilização da produção.

Com relação à mais-valia, Marx (2008) esclarece que:

o valor absoluto da mercadoria não interessa, por si mesmo, ao capitalista que a produz. Só lhe interessa a mais-valia nela inserida e realizável através da venda. A realização da mais-valia já pressupõe a reposição do capital adiantado. Uma vez que a mais-valia relativa cresce na razão direta do desenvolvimento da produtividade do trabalho e que o valor das mercadorias varia na razão inversa desse desenvolvimento, e uma vez que o mesmíssimo processo barateia as mercadorias e eleva a mais-valia nelas contida, fica solucionado o mistério de o capitalista, preocupado apenas em produzir valor-de-troca, esforça-se por baixar o valor-de-troca das mercadorias. (Ibid., pp. 370-371).

Mais-valia constitui a base fundamental do lucro do sistema capitalista, pois o capitalista apropria-se desta, sendo a diferença calculada entre o valor final da mercadoria produzida contra o somatório do valor referente aos meios de produção e ao trabalho no capitalismo.

Esta apropriação da mais-valia pelo capitalista é possível pela alienação do trabalhador, que, devido sobretudo à divisão do trabalho, já não sabe de fato o que produz, pois ele atua em apenas parte do processo. Isto difere, por exemplo, da forma como os artesãos trabalhavam e como conseguiam controlar o quanto valia seu trabalho. A mais-valia transforma-se em capital, pois vai se acumulando como capital na reprodução ampliada.

Para Marx, o capitalismo constitui uma espécie de "ditadura liberal-burguesa", enquanto, como será visto adiante, o socialismo constituiria – segundo ele - uma "ditadura do proletariado" até chegar a um novo tempo, quando haveria uma sociedade sem classes, denominada "comunismo".

Em outras palavras, Marx identificou que o capitalismo produziria tensões internas. Isto posto, o próprio sistema – que é contraditório e complexo em sua essência – geraria sua autodestruição e, conseqüentemente, substituição por um novo sistema (o socialismo). O socialismo seria uma espécie de “ditadura do proletariado”; um “Estado” ou “democracia” em favor dos trabalhadores. Marx lutou ativamente pela implementação do socialismo, o que, acreditava, somente poderia ocorrer por meio de uma ação revolucionária organizada contra o capitalismo.

Para desenvolver seus estudos, algumas leituras foram fundamentais para Marx: a filosofia alemã, representada por Kant, Hegel e alguns neo-hegelianos; os grandes teóricos da Economia Política clássica britânica, em especial Adam Smith e David Ricardo; os principais autores do socialismo teórico à sua época, com destaque a Saint-Simon e Robert Owen.

Algo também a ser destacado é o fato de que Marx fez críticas ferozes a Hegel, pois este defendia a ideia de que “da realidade se faz filosofia”, enquanto Marx entendia que a filosofia precisava influenciar a realidade, de forma que pensamento e prática revolucionários estivessem vinculados. Desta maneira, deve-se entender a práxis como uma união entre teoria e prática.

A concepção materialista da história considera a predominância da materialidade sobre a ideia. Assim, não se pode entender a sociedade atual sem levar em conta todo o processo histórico pelo qual esta passou, devendo se distanciar de qualquer visão determinista.

Marx explica o fetichismo das mercadorias da seguinte forma, em “O Capital”, Capítulo I:

Consideremos duas mercadorias, por exemplo, ferro e trigo. As proporções, quaisquer que sejam, em que elas são trocáveis, podem sempre ser representadas por uma equação em que uma dada quantidade de trigo é igualada a certa quantidade de ferro...O que nos diz tal equação? Nos diz que, em duas coisas diferentes – em um quarter de trigo e x quintais de ferro -, existe em quantidades iguais algo comum a ambos. As duas coisas devem, portanto ser iguais a uma terceira, que em si mesma não é uma nem outra. Cada uma delas, no que se refere ao valor de troca, deve ser redutível a esta terceira coisa... Este “algo” em comum não pode ser uma propriedade natural das mercadorias. Tais propriedades são consideradas apenas à medida que afetam a utilidade de tais mercadorias, em que as tornam valores de uso. Mas a troca de mercadorias é evidentemente um ato caracterizado por uma abstração total do valor de uso. (MARX, 2008, p. 179-180).

(...) Uma mercadoria, portanto, é algo misterioso simplesmente porque nela o caráter social do trabalho dos homens aparece a eles como uma característica objetiva estampada no produto deste trabalho; porque a relação dos produtores com a soma total de seu próprio trabalho é apresentada a eles como uma relação social que existe não entre eles, mas entre os produtos de seu trabalho (...). A existência das coisas enquanto mercadorias, e a relação de valor entre os produtos de trabalho que os marca como mercadorias, não têm absolutamente conexão alguma com suas propriedades físicas e com as relações materiais que daí se originam... É uma relação social definida entre os homens que assume, a seus olhos, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. A fim de encontrar uma analogia, devemos recorrer às regiões enevoadas do mundo religioso. Neste mundo, as produções do cérebro humano aparecem como seres independentes dotados de vida, e entrando em relações tanto entre si quanto com a espécie humana. O mesmo acontece no mundo das mercadorias com os produtos das mãos dos homens. A isto dou o nome de fetichismo que adere aos produtos do trabalho, tão logo eles são produzidos como mercadorias, e que é, portanto inseparável da produção de mercadorias. (MARX, 2008, p. 186-187).

Ainda em Marx, o comunismo seria uma espécie de etapa histórica em que a emancipação do proletariado ocorreria, promovendo então a socialização dos meios de produção, para a realização do trabalho livremente associado, em paralelo abolindo as classes sociais existentes e planejando as atividades produtivas de acordo com a necessidade e interesse da classe trabalhadora.

2.2 O CAPITAL IMATERIAL

Na presente dissertação, é fundamental entender a relevância dos ativos intangíveis e do capital imaterial à atual etapa do capitalismo. Desta forma, o diálogo com André Gorz se faz necessário. Em especial para a área de Comunicação, e mais especificamente para os estudos relativos a marcas, imagens e afins, incluindo simulações e simulacros, esse conteúdo é fundamental.

Gorz nasceu na Áustria em 1923 e faleceu em 2007 na França. Filósofo, escreveu diversas obras a respeito da divisão do trabalho, política, dentre outros temas analisados por Karl Marx. Nesta pesquisa, o foco estará no capital imaterial dos dias atuais.

O primeiro passo para isso é compreender como Gorz (2003) aborda a transformação na produção capitalista ocorrida nas últimas décadas do século XX, esclarecendo que o modo de produção de tal sistema é complexo, heterogêneo e que se tem adaptado:

Nós atravessamos um período em que coexistem muitos modos de produção. O capitalismo moderno, centrado na valorização de grandes massas de capital fixo material, é cada vez mais rapidamente substituído por um capitalismo pós-moderno centrado na valorização do capital dito imaterial, qualificado também como “capital humano”, “capital-conhecimento” ou “capital-inteligência”. Essa mutação é acompanhada de novas metamorfoses do trabalho. O trabalho abstrato simples que, desde de Adam Smith, era considerado como a fonte do valor, é agora substituído por trabalho complexo. O trabalho de produção material, mensurável em unidades de produto por unidade de tempo, é substituído por trabalho dito imaterial, ao qual os padrões clássicos de medida não mais podem se aplicar. (Gorz, 2003, p. 15)

Os anglo-saxões falam do nascimento de uma *knowledge economy* e de uma *knowledge society*; os alemães, de uma *Wissensgesellschaft*; os autores franceses, de um *capitalismo cognitivo* e de uma *sociedade do conhecimento*. (Ibid., p. 15).

Apesar de estar em outro momento histórico, Marx previu que o “conhecimento passaria a ser a fonte principal de riqueza, o *die grösste Productivkraft*”. (MARX, 1953, p. 593). Para o filósofo alemão,

“o trabalho em sua forma imediata, mensurável e quantificável, deverá, por consequência, deixar de ser a medida de riqueza criada. Dependerá cada vez menos do tempo de trabalho e da quantia de trabalho fornecida; dependerá cada vez mais do nível geral da ciência e do progresso da tecnologia”. (Ibid., p. 592)

“o trabalho imediato e sua quantidade não mais aparecem como principal determinante da produção”, mas então apenas “como um momento indispensável, porém subalterno em relação à atividade científica geral” (Ibid., p. 587).

Com relação a esta última citação, Gorz (2003) esclarece que Marx previu uma diferenciação entre “processo de produção” e “processo de trabalho” (GORZ, 2003).

Gorz (2003) também faz distinções entre valor e conhecimento, assim como aborda o futuro da civilização humana a partir do desenvolvimento da genética e das vidas artificiais. Elaborou um diagnóstico desta era do capital imaterial, fazendo uma

crítica profunda à atual racionalidade econômica, sob certa ótica, subordinando as dimensões da vida humana e da sociedade contemporânea à lógica da mercadoria no capitalismo, no que utiliza Karl Marx como principal suporte teórico. Alguns manuscritos de Marx de 1857-1858 abordam a questão do capital humano.

De certa forma, os capítulos da obra "Imaterial – Conhecimento, Valor e Capital" de Gorz foram distribuídos da seguinte forma:

No 1º capítulo, o autor esclarece suas concepções iniciais a respeito do "trabalho imaterial". Faz uma abordagem das atuais relações de trabalho, em que o capital fixo material vai dando espaço ao capital humano, ao trabalho imaterial, que é complexo e imensurável.

Ele elucida também que, juntos, a inteligência, o saber e a imaginação constituem o capital humano. Os colaboradores fazem, assim, parte do capital das empresas e a motivação, criatividade, capacidade de inovação, de bem atender os clientes e resolver problemas são diferenciais importantes às corporações; no entanto é difícil quantificar estas questões. O tempo não mais serve para mensurar o desempenho e especificar o valor.

Por esses e outros motivos, a gestão de objetivos e o estabelecimento de metas foi ganhando espaço no processo de gestão de pessoas, impactando, ao mesmo tempo, na qualidade da coordenação.

Gorz (2003) destaca que:

Era importante mostrar que esse trabalho imaterial, naquilo que tem de principal, não repousa sobre os conhecimentos desses prestadores e fornecedores. Antes de mais nada, ele repousa sobre as capacidades expressivas e cooperativas que não se podem ensinar, sobre uma vivacidade presente na utilização dos saberes e que faz parte da cultura do cotidiano. Essa é uma das grandes diferenças entre os trabalhadores de manufaturas ou de indústrias taylorizadas e aqueles do pós-fordismo. (Ibid., p. 19).

O que as empresas consideram como 'seu' capital humano o que é, pois, um recurso gratuito, uma 'externalidade' que se produz sozinha, e que continua a se produzir, e da qual as empresas apenas captam e canalizam a capacidade de se produzir. Esse capital humano, é evidente, não é puramente individual. A produção de si não se opera *ex nihilo*; ela se efetua sobre a base de uma cultura comum transmitida pela socialização primária e de saberes comuns. (Ibid., p. 20).

Na era do capital imaterial, não há como dissociar as disposições afetivas, por exemplo, das demais capacidades e habilidades do indivíduo. Colaboradores, assim, desenvolvem suas capacidades e potencialidades para fora do ambiente de trabalho.

É próprio das pessoas, no entanto, apropriar-se dessa cultura comum, subjetivando-a. A sociedade e os seus dispositivos não podem produzir razões pessoais. Podem apenas produzir e reproduzir o quadro no qual, se socializando, os sujeitos se produzem eles mesmos pelo uso que farão da linguagem, do gestual, dos esquemas de interpretação e de comportamento da cultura de sua sociedade. Nenhuma instituição pode, no lugar dos indivíduos, realizar o trabalho de aprendizagem, apropriação e subjetivação. O sujeito nunca é socialmente dado (...). Nada pode dispensá-lo dessa tarefa, nem obrigá-lo a realizá-la. (GORZ, 2003, p. 20).

Para Gorz, "Não é mais o sujeito que adere ao trabalho, mas o trabalho que adere ao sujeito" (Ibid., p. 22).

Reduzem-se, assim, as diferenças entre sujeito e empresa, processo no qual se força o indivíduo a ser uma empresa, lembrando que o capital fixo requer constante e contínua modernização, ampliação e valorização, tal como especificado por Marx.

Para Gorz (2003),

essa é a visão neoliberal do futuro do trabalho: abolição do regime salarial, auto-empresendedorismo generalizado, e a subsunção de toda a pessoa, de toda vida pelo capital, com o qual cada um se identificará inteiramente. (Ibid., p. 25).

No período "pós-salarial", teoricamente, o desemprego desaparece assim como o conhecido regime salarial. Desta forma, se a empregabilidade está em falta para determinada atividade, cabe a cada um adquirir novas competências que possam ser ofertadas no mercado de trabalho.

Também passa a haver a reivindicação de uma renda da existência, incondicional e suficiente, que permita desenvolver atividades sociais ou culturais não-mensuráveis pela sua rentabilidade. Gorz entende, porém, que essa renda de existência somente tem sentido se for contrária a um valor-trabalho,

se não exige nem remunera nada: sua função, ao contrário, é restringir a esfera de criação de valor no sentido econômico, tornando possível a expansão de atividades que não criam nada que se possa comprar, vender, trocar por outra coisa; ou seja, nada que tenha valor (no

sentido econômico) - mas apenas riquezas que têm valor intrínseco, não sendo, contudo, comercializáveis. (GORZ, 2003, p. 27)

A renda de existência deverá facilitar o desenvolvimento pleno e incondicional das pessoas, além do que é funcionalmente útil à produção. (Ibid.).

Neste contexto, o acesso à cultura e ao saber não está vinculado ao modo de produção, demonstrando-se independente das necessidades e desejo do capital.

Gorz (2003), no 2º capítulo, analisa o capital imaterial, iniciando por meio da crise do conceito de valor. Logo no início, esclarece que:

a expressão 'economia do conhecimento' significa transtornos para o sistema econômico. Ela indica que o conhecimento se tornou a principal força produtiva, e que, conseqüentemente, os produtos da atividade social não são mais, principalmente, produtos do trabalho cristalizado, mas sim do conhecimento cristalizado. (Ibid., p. 29).

o valor de troca das mercadorias, sejam ou não materiais, não é mais determinado em última análise pela quantidade de trabalho social geral que elas contêm, mas, principalmente, pelo seu conteúdo de conhecimentos, informações, de inteligências gerais. É esta última, e não mais o trabalho social abstrato mensurável segundo um único padrão, que se torna a principal substância social comum a todas as mercadorias. É ela que se torna a principal fonte de valor e lucro, e assim, segundo vários autores, a principal forma do trabalho e do capital. (Ibid., p. 29).

Apesar de o conhecimento não poder ser expresso em unidades de valor, o sistema faz com que o conhecimento funcione como um capital, incorporando-o nas mercadorias produzidas a partir dele, passando a ser propriedade da empresa.

Gorz elabora o conceito de capital imaterial e estabelece de maneira mais clara o que diferencia os conhecimentos e os saberes, abrangendo a atuação da publicidade e como ela se relaciona com o interesse comum e a cidadania.

Também considera que não é positiva a submissão da ciência ao sistema (capitalista), esclarecendo que isso leva a conseqüências muitas vezes nocivas. Assim, faz destaque a:

uma 'segunda' economia não formalizável, invisível. Sem ela, a 'primeira' economia reinante nunca poderia surgir. Sem ela, não poderia perdurar. Ela abrange todas as relações e realizações não computáveis e não remuneráveis, cuja motivação é a alegria espontânea na colaboração livre, no convívio e na doação livres. Dela resulta a capacidade de sentir, de amar, de se unir e de viver em paz

com o próprio corpo, com a natureza e com o próximo. (GORZ, 2003, p. 57).

A primeira economia deve estar subordinada à segunda, a criação de riqueza deve ser desatrelada da criação de valor. (Idem).

No 3º capítulo, o diálogo com André Gorz leva a refletir sobre as incoerências e contradições do capitalismo cognitivo. Ele alega que:

o ‘capitalismo cognitivo’ é um capitalismo que sobrevive à debilidade de suas categorias fundamentais. Essas categorias fundamentais, trabalho, valor e capital, manifestam-se somente através da troca de mercadorias e possuem uma substância comum: a quantidade de trabalho abstrato, em forma de mercadoria, mensurável em unidades de tempo. A quantidade média de trabalho cristalizada em mercadorias determina no final a relação de equivalência – o valor (de troca) – das mercadorias.

Agora, porém, a força produtiva decisiva não pode mais reduzir o saber a um denominador uniforme, medido em unidades de valor e de tempo. O saber não é uma mercadoria qualquer, seu valor (monetário) é indeterminável; ele pode, uma vez que é digitalizável, se multiplicar indefinidamente e sem custos; sua propagação eleva sua fecundidade, sua privatização a reduz e contradiz sua essência. Uma autêntica economia do saber seria uma economia comunitária, na qual as categorias fundamentais da economia política perderiam seu valor e a força produtiva mais importante estaria disponível a uma tarifa zero (Ibid., p. 59).

Tentando analisar a grave crise financeira iniciada em 2008-2009, nota-se que esta causou a perda de muitos empregos em todo o mundo, especialmente nos EUA, na Europa e no Japão.

O diálogo com André Gorz (2003) leva a acreditar que o menor nível de emprego seja decorrente, por um lado, de um menor nível de consumo, mesmo que momentâneo, no mundo – com exceção da China e em uns poucos países; por outro, há uma tendência de que, de tempos em tempos, o capital precise menos de trabalho dedicado à produção material, aumentando assim a participação do trabalho imaterial. Gorz (2003) afirma, no Capítulo 2, que o capitalismo cognitivo é a crise do capitalismo. Ao longo de sua obra, esse autor faz diversas reflexões relevantes sobre relações de trabalho, o trabalho imaterial, o conhecimento e o sistema capitalista.

Gorz (2003) sugere que as redes poderão constituir uma espécie de esboço de um mundo novo ou diferente, desde que se difundam na sociedade, e que permitam determinado nível de experimentação, sem os grandes dogmas preconizados pelo capitalismo.

Utilizando a criatividade e o saber, por este caminho, pode-se fazer com que a sociedade perceba a inadequação de diversos valores do capitalismo. Pode-se seguir rumo a um período de livre desenvolvimento das aptidões humanas, do lazer e do prazer, em busca de uma economia com sentido coletivo, em contraposição à dita economia política do capital. Esta etapa seria o que ele denomina comunismo do saber.

Com base nos estudos de Gorz, pode-se conectar a criatividade e o saber, por exemplo, aos profissionais liberais e aos grandes especialistas dos dias atuais das áreas de Comunicação, Jornalismo, Marketing e afins, além dos altos executivos das grandes corporações, para assim compreender o papel que tais profissionais têm tido na formação dos ativos intangíveis e do capital imaterial das grandes corporações nesta etapa do capitalismo. Temas como gestão de marcas e imagens, simulações e simulacros, estão vinculados a esse contexto.

2.3 ALGUMAS TEORIAS E IDEOLOGIAS RELACIONADAS

Por meio da releitura de alguns textos do sociólogo espanhol Manuel Castells (2008), é possível entender que as emoções – raiva, medo, entusiasmo, entre outros - podem desencadear movimentos sociais, que hoje estão em rede e se manifestam de formas múltiplas, sendo eles (os movimentos sociais) inicialmente espontâneos, baseados em um fator motivador de indignação, porém este processo se dá de forma viral, propagando-se rapidamente na população que tem interesses bem diferentes daqueles das elites.

Em geral, os marxistas entendem que, quando o trabalhador vende a sua força de trabalho, se torna estranho ao produto que produziu. Passa a haver uma separação da concepção e execução do trabalho, que, com as melhorias tecnológicas e aumento de produtividade, na qual também passa a haver mais eficaz distribuição do trabalho, gera excedentes dos quais o trabalhador não tem muita consciência. Tais excedentes dão margem à geração de mais-valia e o acúmulo desta mais-valia nas mãos dos capitalistas também aumenta as desigualdades sociais e econômicas. Este acúmulo de riquezas nas mãos de poucos está vinculado a um processo histórico de concentração e centralização, atrelado à detenção do poder.

Entre os marxistas e sindicalistas brasileiros existe uma canção geralmente utilizada em protestos (cuja autoria não foi identificada):

Povo unido é povo forte
Não teme a luta e nem a morte
Povo unido é povo forte
Não teme a luta e nem a morte
Avante companheiros
Que essa luta é minha e sua
Unidos venceremos
E a luta continua

Já nas manifestações de sindicatos, o hino da Internacional Socialista também é constantemente cantado. Na última estrofe, cita-se: “(...) Bem unidos façamos, nesta luta final, uma terra sem ‘amos’: a internacional”.

O liberalismo e o neoliberalismo, sob a ótica marxista, constituem doutrinas que buscam perpetuar a concentração da riqueza e poder nas mãos de uns poucos, em detrimento dos desejos e necessidades da maioria, que compõe o proletariado.

Para Karl Marx, a classe operária deveria estar organizada em um partido revolucionário, tomando assim o poder das mãos da burguesia e das classes dominantes, partindo de uma ditadura burguesa para uma ditadura do proletariado. Existe uma verdadeira “luta de classes”. Manuel Castells (2012), como marxista, acredita em tais conceitos, adaptando-os para a realidade atual. Nesta ideologia, uma segunda fase, que ocorreria após o período de socialismo, seria o “comunismo”, no qual não mais haveria grandes distorções sociais e econômicas entre as pessoas, e em que todos viveriam e produziriam pelo bem comum, tendo por princípio “a cada um segundo o seu trabalho”.

Apesar de o diálogo com Marx ser fundamental para compreender as dinâmicas do capitalismo e, mais especificamente com André Gorz (2003) no que se refere ao capital imaterial, é fundamental destacar que, diante de um cenário histórico complexo, em que ocorreram inúmeras e profundas mudanças no mundo, no próprio capitalismo e na epistemologia – refere-se às últimas décadas do século XX e à primeira do século XXI -, o diálogo com vários outros autores contemporâneos também pode ser de grande relevância.

2.4 AS RELAÇÕES DE PODER

A disputa por poder também se reflete sobre o espaço geográfico. Conforme esclarecido por Santos (1979), o espaço é uma instância social que tende a se reproduzir

e a dispor de uma estrutura organizacional determinada pelo homem, apesar de nem sempre bem planejada.

Neste contexto, o território pode ser considerado como delimitado, construído e desconstruído por relações de poder que envolvem diversos atores que historicamente buscam territorializar suas ações e, como este é um processo dinâmico, pode sofrer alterações de tempos em tempos. A disputa por poder e territórios pode ser algo bem complexo.

Desta forma, Santos (1979) esclarece que:

O espaço reproduz a totalidade através das transformações determinadas pela sociedade, modos de produção, distribuição da população, entre outras necessidades, desempenham funções evolutivas na formação econômica e social, influencia na sua construção e também é influenciado nas demais estruturas de modo que torna um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos (SANTOS, 1979, p.10)

A história é repleta de acontecimentos que demonstram a disputa por poder político, econômico e social. Têm-se as guerras, conflitos e disputas pontuais, revoluções e tentativas de revolução, golpes, entre outros.

Podem-se destacar como importantes fatos históricos: a revolução industrial, a revolução francesa, a revolução russa, a guerra de secessão, a revolução chinesa e a cubana, assim como a luta contra o colonialismo, os golpes militares que assolaram a América Latina na 2ª metade do século XX, as guerras por influência territorial ou por petróleo.

O papel dos Estados-Nação foi fundamental ao longo dos últimos séculos. Um dos grandes exemplos foi o apoio do Estado inglês à burguesia nacional para que esta fizesse a revolução industrial.

Assim, existem diversos tipos de luta por poder: entre Estados, entre competidores de determinado segmento e - talvez a principal de todas (pois reflete nas demais) - a “luta de classes”.

Não obstante, deve-se alertar para o fato de que, quando se pensa em sociedade, não se pode pensar de maneira simplista e reduzir os aspectos sociais e culturais a um segundo plano. Eventuais desafetos e atritos têm grande parte de sua origem em aspectos que ultrapassam questões estritamente econômicas.

Marx aborda a questão da “luta de classes”, esclarecendo que, no capitalismo, existe uma ditadura da liberal-burguesia, que é a classe social dominante e proprietária dos meios de produção. O socialismo seria a alternativa e poderia ser alcançado por meio da tomada do poder pelo proletariado, o que ele entende que se dará por intermédio da via revolucionária. Isto posto, a organização do proletariado pelo sindicato seria algo muito importante.

Marx alerta para o fato de que, no capitalismo, há a dita democracia liberal-burguesa, em que a burguesia impõe seus valores e desejos como classe dominante, fazendo com que, para o proletariado, isto seja, na prática, uma “ditadura da burguesia”. Em contrapartida, o socialismo seria uma etapa intermediária em direção ao comunismo. Segundo ele, esta etapa seria a de ditadura do proletariado, em que tal classe faria os ajustes necessários para chegar ao comunismo, no caso, um estágio sem classes.

Gorz (1982) esclarece:

Reconhecer que o poder funcional é inevitável e reservar a ele um lugar circunscrito, determinado de antemão, de maneira a dissociar poder e dominação, e a proteger as autonomias respectivas da sociedade civil, da sociedade política e do estado. (GORZ, 1982, p. 88).

Como citado, o Estado-Nação tem um papel muito importante na história mundial, no entanto a democracia liberal-burguesa tal como hoje é conhecida dá a impressão de que se vive de fato uma democracia, apesar de persistirem graves problemas sociais, sobretudo nos países subdesenvolvidos.

Mais à frente, avaliar-se-á como as relações de poder têm a ver com as disputas espaciais, com os impactos nocivos sobre a natureza e com práticas sustentáveis (ou não). É fato que algumas grandes corporações ainda não se deram conta de que não estão acima do bem e do mal.

Quando se aborda a temática “relações de poder”, não é possível furtar-se à discussão relativa à atual globalização e os níveis de consumo – que variam da subnutrição alimentar de regiões mais pobres e subdesenvolvidas do Globo, com baixíssimo nível de renda, ao consumismo desenfreado detectado em países de primeiro mundo ou nas classes mais abastadas de países emergentes-, assuntos abordados pelos professores Milton Santos, Zygmunt Bauman e Boaventura de Souza Santos.

Santos (2006) esclarece:

A extraordinária amplitude e profundidade destas interações transnacionais levaram a que alguns autores as vissem como ruptura em relação às anteriores formas de interações transfronteiriças. (SANTOS, 2006, p.25)

Desta forma, a globalização está vinculada à maneira como se dão tais interações, sistemas e modos de produção, transações e transferências financeiras internacionais, bem como o fluxo de informação em nível global.

Santos (2006) também esclarece que o “consenso neoliberal” ou “Consenso de Washington” foi hegemônico, tendo sido acordado pelos Estados Unidos, União Europeia e Japão. O “Consenso de Washington” englobava aspectos da economia mundial e as políticas de desenvolvimento socioeconômico, incluindo qual seria o papel do Estado na economia.

Conforme Portilho (2005):

se as propostas de mudança nos padrões e níveis de consumo fazem parte do projeto e da utopia da 'sociedade sustentável', os consumidores podem ser pensados como um dos principais portadores desse projeto. [...] trata-se de um esforço de identificar novas dinâmicas que, embora estejam nas 'bordas' da arena política clássica, podem contribuir para a melhoria ambiental e para o fortalecimento da cidadania e da participação na esfera pública. (PORTILHO, 2005, p.35).

A globalização e o consumismo contemporâneos – ambos sob a égide do capital - estão profundamente conectados ao próximo tema. Há de se considerar também que a maior complexidade dos negócios, vinculada à globalização, à sociedade em rede, além das inovações tecnológicas cada vez mais frequentes e velozes, têm levado as corporações a diversos caminhos em busca de maior participação de mercado. Neste mundo atual, os consumidores estão cada vez mais conectados à Internet e, ao mesmo tempo, exigentes com os produtos e serviços ofertados pelo mercado.

2.5 O CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO, AS NOVAS MÍDIAS E A DEMOCRACIA

Neste momento, em especial nos países mais desenvolvidos, as pessoas já não trabalham “sete dias” por semana, nem necessariamente permanecem confinadas

“dentro de uma fábrica”. Também se convive com trabalhos diferenciados (que não estão sujeitos a um “patrão”), alguns deles autônomos. Há, igualmente, toda uma atividade intelectual e de “contracultura”, ao mesmo tempo em que, em determinadas localidades, continua a existir uma economia de subsistência. O capitalismo persiste, talvez mais forte do que nunca, devido à sua flexibilidade e adaptabilidade.

É fundamental destacar que a democracia liberal burguesa, historicamente, pressupõe a “liberdade” e o direito à propriedade como princípios básicos, devendo-se lembrar, porém, que, neste caso, esta “liberdade” está lastreada em princípios liberais (ou neoliberais) e burgueses que se disseminaram na sociedade capitalista e que estão protegidos pelo poder do Estado.

Considerando, por outro lado, que se dispõe hoje de uma verdadeira sociedade em rede, e que, segundo Castells (2008), a informação é o principal item desta nova etapa, existirá espaço suficiente, nas mídias atuais, para se buscar uma nova noção de liberdade e até mesmo de democracia diferente dos moldes preconizados pela visão neoliberal-burguesa hegemônica? Será que a civilização atual se prepara para uma nova etapa na qual haja maior justiça social?

Não há condições de se afirmar isto, pois a cultura do consumo e de classe média tem-se alastrado cada vez mais, apesar de as pessoas terem consciência de que é preciso cuidar da natureza e da sociedade com maior zelo.

Por outro lado, apesar das eleições, conforme decisão da maioria, não se vêem as autoridades eleitas atuando da maneira desejada pela grande maioria.

É fato que as novas mídias têm contribuído significativamente ao estabelecimento de uma nova organização social, na qual existe maior liberdade de opinião e de expressão da população e da juventude brasileira. Diante disso, a própria mídia tradicional tem tido de dar uma cobertura mais coerente às questões políticas e econômicas desta nova era. A informação nunca circulou com tanta velocidade quanto nos dias atuais.

Celulares, tablets e outros aparelhos eletrônicos também dão todo um suporte para a transmissão ou detecção *online* de informações a um número cada vez maior de pessoas. A informação circula de forma ágil e prática, e a Internet viabiliza diversas oportunidades comunicacionais complexas, dinâmicas e eficazes. Além disso, existe toda uma diversidade de ambientes e websites que permitem desde um simples comentário em notícias e trocas de informações via *chat* até a divulgação e visualização

de vídeos em *streaming* ou mesmo a propaganda vinculada à loja virtual – alguns jovens de hoje se sustentam com base em lojas *online*. Em paralelo, esta mesma juventude não conviveu com uma ditadura militar ou com inflação.

No capitalismo, entende-se democracia como um regime de governo, no qual o poder emana do povo e, direta ou indiretamente, deve ser exercido em favor do povo. Em geral, o povo elege representantes para o Executivo e Legislativo em sistemas de governo que podem ser presidencialista ou parlamentarista, monárquico-constitucional ou republicano. A palavra “demos” significa “povo” e vem do grego.

Democracia, assim, pressupõe a garantia de direitos – sobretudo os mais elementares – aos cidadãos e, apesar dos avanços socioeconômicos registrados nos últimos anos, há muito o que garantir aos socialmente excluídos do Brasil. Apesar de o Brasil não ser mais o país com a pior distribuição de renda do mundo, ainda está entre os piores.

Manifestações e mobilizações pacíficas, independentemente de ser convocadas por sindicatos nas portas de fábricas, por estudantes na frente de escolas ou universidades, ou convocações populares por meio das redes sociais, podem constituir demonstrações de exercício da cidadania e das liberdades democráticas.

Retornando ao diálogo com Marx, a noção de democracia no capitalismo, ou seja, de democracia liberal burguesa, para ele, nada mais seria do que uma espécie de “ditadura burguesa”, pois, além do poder econômico e da detenção dos meios de produção, as classes mais abastadas também passam a controlar o poder político e social, impondo um conjunto de leis e padrões que protegem a propriedade privada e os valores capitalistas. Por esse motivo, Marx propõe uma “ditadura do proletariado”, ou seja, em que o proletariado tome o poder e faça valer os seus direitos e interesses.

No século XX, John Maynard Keynes, grande teórico, que baseou boa parte de seu trabalho na análise clássica e também em Marx, fez uma profunda análise sobre as crises cíclicas do capitalismo (abordadas inicialmente por Marx) e lançou “A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda”. Keynes (1982) é considerado um dos grandes mentores da chamada socialdemocracia, pois defendia, entre outras coisas, a ideia de que o Estado deveria intervir na economia em situações de crise, para evitar maiores impactos à população. Em paralelo, a linha keynesiana defende um “Estado do Bem-Estar Social”, que garanta as condições socioeconômicas mínimas a todos os cidadãos.

Retornando aos teóricos do século XXI e aos processos midiáticos atuais, a professora, pesquisadora e jornalista Raquel Recuero (2009) analisou, dentre outros fatores, as redes sociais e o conjunto de interações envolvidas, seus atores, seus elementos e conexões, entendendo que as interações podem ocorrer de forma mútua ou reativa, síncrona ou assíncrona, baseada em laços fortes ou fracos, abordando ainda a questão do capital social e da necessidade de visibilidade. Ela defende a ideia, por exemplo, de que, para existir no ciberespaço, é necessário ser visto.

Apesar de não demonstrar qualquer orientação política em seu trabalho e ser, acima de tudo, um entusiasta das novas tecnologias, Henry Jenkins (2013) alerta para o fato de que “ou isto se propaga ou está morto”. É fato que as convocações via Internet para as manifestações tiveram grande sucesso, propagando-se de maneira excepcional.

Recuero (2009) defende a ideia de que existe a rede social emergente, na qual os laços são fruto da interação entre seus atores, além da rede social “associativa”, que se caracterizam por laços atrelados a relações de pertencimento. Essa articulação em rede é facilitada e viabilizada pelos sites de redes sociais, tais como Twitter e Facebook, que modificam a dinâmica comunicacional, de modo a:

- a) facilitar a disseminação de informações, dadas as inúmeras formas de repassar informação que são proporcionadas por esses ambientes e a visibilidade que esse material ganha dentro das redes pessoais de cada indivíduo;
- b) possibilitar a disseminação ampla de informações não necessariamente pela abrangência da audiência de um ator, mas pela soma progressiva da audiência de vários atores;
- c) permitir que informações disseminadas nessas redes saiam delas para chegar a outros ambientes socialmente reconhecidos, como os meios de comunicação, onde deixam de ter status apenas de opiniões e/ou informações de indivíduos para ganhar o caráter de notícia (Nina Santos e Maria Paula Almada, em artigo publicado na Revista Contempo – Volume nº 4, Ano 4, 2012). (SANTOS e ALMADA, 2012, p.2)

E ainda no artigo escrito pelas mesmas autoras:

Para que um sistema como esse efetivamente funcione, é necessário, dentre outras coisas, que o cidadão tenha poder suficiente para influenciar a esfera de decisão política. Apenas o ganho de poder pelo cidadão, enquanto membro da esfera civil, frente a tantas outras organizações que influenciam a decisão política pode aproximar os interesses dessas duas esferas e criar a legitimidade que as decisões políticas precisam para serem amplamente aceitas socialmente (GOMES, 2011, in SANTOS e ALMADA, 2012, p.4).

É nesse contexto que a internet surge como plataforma que pode ser capaz de ajudar o cidadão a exercer pressão sobre o sistema político e, por conseguinte, a conquistar espaço para que seus interesses sejam ouvidos. Assim, se considerarmos a possibilidade da internet em oferecer oportunidades alternativas de informação política e abrir novos inputs de participação, as redes digitais fariam, portanto, o papel do canal o qual nos referimos acima, podendo consistir em um ambiente capaz de tornar o cidadão mais poderoso, mais forte, e mais apto a concorrer, de modo mais equilibrado, com as tantas instâncias que com ele competem no jogo político. Entretanto, mesmo que consideremos a possibilidade da internet de criar canais de interlocução entre a esfera civil e a esfera de decisão política, de modo a possibilitar maiores inputs de participação do cidadão no sistema político, deve-se levar em conta que não são todos os cidadãos que estão motivados a participar. (GOMES, 2011, in SANTOS e ALMADA, 2012, p.4).

É pertinente acrescentar que, em seu livro *Cultura e Democracia*, Marilena Chauí (2005) esclarece que:

O discurso competente é aquele que pode ser proferido, ouvido e aceito como verdadeiro ou autorizado porque perdeu os laços com o lugar e tempo de sua origem (...). É aquele no qual a linguagem sofre uma restrição que poderia ser assim resumida: não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância. (CHAUÍ, 2005, p. 19).

2.6 IMAGEM E MARCA COMO “ATIVOS” DAS CORPORAÇÕES

Lucia Santaella (2010), abordando a intencionalidade no processo de comunicação, esclarece que “intenção é a tentativa consciente do emissor de influenciar o receptor através de uma mensagem, sendo a resposta do receptor uma reação baseada na hipótese das intenções por parte do emissor”. (SANTAELLA, 2010, p. 15).

Nos dias atuais, uma parcela significativa dos consumidores conscientes pode tomar suas decisões de consumo, baseados nas informações que dispõem sobre as melhores práticas ambientais por parte das empresas.

As práticas sustentáveis e a responsabilidade social das corporações podem levar ao fortalecimento e valorização econômica de suas marcas e imagem junto a esses clientes-consumidores conscientes, fazendo-se destaque ao fato de que podem ser criados vínculos até mesmo emocionais. Além disso, as empresas sustentáveis conquistam a confiança deste consumidor-cidadão.

Com maior credibilidade e ganhando a confiança dos seus clientes, as corporações podem constatar valorização efetiva de suas marcas e de sua imagem, gerando impactos sobre seus números contábeis e, conseqüentemente, valorização do seu próprio patrimônio consolidado.

A imagem corporativa junto aos *stakeholders* – todas as partes que têm interesse na atividade da empresa, sejam consumidores, funcionários, acionistas, entre outros - é fundamental à sobrevivência das empresas. A Vale S.A., por exemplo, nos últimos meses, teve uma desvalorização significativa do valor de suas ações junto à Bolsa de São Paulo. Em boa parte, isto se explica devido ao grave acidente ocorrido em Mariana e que afetou toda a região do vale do Rio Doce, passando pelos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. A Vale S.A é acionista na Samarco. Acima das perdas que Samarco e Vale S.A. terão com indenizações, multas e custas judiciais, a maior perda está vinculada à sua imagem em decorrência da perda de credibilidade, confiabilidade e de valor de sua marca perante seus *stakeholders*. Quem não se recorda do orgulho que os brasileiros tinham da “Vale do Rio Doce” quando era uma empresa estatal?

Santaella (1999) esclarece que as “imagens podem referir-se a algo que não existe ou que nunca existiu, mas elas mentem por isso? O surrealismo deu evidências amplas de pinturas que se referem a meros objetos imaginários”, citando uma obra de Salvador Dalí como exemplo de que não há mentira neste caso. “As imagens”, assim, “podem referir-se tanto à realidade factual quanto ao irreal”, em que “a questão de transmitirem uma verdade ou uma mentira permanece em discussão”. (SANTAELLA, 1999, p. 196).

Santaella (1999) também alerta para o fato de que:

De um ponto de vista semântico, uma imagem verdadeira deve ser aquela que corresponde aos fatos que representa. De um ponto de vista sintático, deve ser aquela que representa um objeto e transmite um predicado sobre este. Do ponto de vista pragmático, deve haver uma intenção de iludir por parte do emissor da mensagem pictórica. (Ibid., p. 197).

Em consonância com tais argumentos, algumas das figuras que estão mais adiante nesta dissertação dão a entender que:

a) Figura 15: se existem lixeiras para coleta seletiva e reciclagem de lixo, este tipo de ação de fato ocorrerá (o que nem sempre é verdadeiro);

b) Figuras 17, 18 e 19: se uma tradicional empresa de biscoitos e salgadinhos denomina o seu produto de Fandangos-Eco, é porque deve haver alguma ação efetiva em prol do meio-ambiente (o que não ocorreu);

c) Figura 21: a imagem que menciona “florestas 100% plantadas e renováveis”, como parte do processo de “responsabilidade social” da Chamex, gera a impressão de que estão plantando árvores nativas de maneira até altruísta (como as da Mata Atlântica ou da Floresta Amazônica). Apesar do discurso e da imagem constante da caixa de resmas, o fato é que o plantio de eucalipto se dá, sobretudo, por meio de uma monocultura agrícola com altíssima lucratividade - como será visto mais à frente, no estudo de caso.

3 A SUSTENTABILIDADE E O ESPETÁCULO NA ERA DO CAPITAL IMATERIAL

3.1 A SOCIEDADE DO ESPETÁCULO

Guy Debord é um pensador e escritor francês que viveu de 1931 a 1994. A sua obra “Sociedade do Espetáculo” – uma das principais referências bibliográficas utilizadas nesta dissertação - é seu trabalho literário mais reconhecido até os dias atuais. Além de ter forte influência do pensamento marxista, ele participou de movimentos políticos e artísticos como a Internacional Situacionista.

Debord (1997) explica, em seu livro, “A sociedade do espetáculo – Comentários sobre a sociedade do espetáculo”:

Toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era vivido diretamente tornou-se representação. (DEBORD, 1997, p. 13).

O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens. (Ibid., p.14).

Debord (1997) considera que as relações entre os indivíduos são de aparência (não são autênticas) e, de maneira bem crítica, afirma que o espetáculo é “um resultado dos modos de produção existentes, constituindo (ou podendo constituir) uma forma de dominação social, em conformidade assim com as decisões de produção do sistema capitalista que culmina em um consumo um tanto quanto direcionado pelo capital” (DEBORD, 1997, p.24).

O mesmo autor também esclarece:

A alienação do espectador em favor do objeto contemplado (o que resulta da sua própria atividade inconsciente) se expressa assim: quanto mais ele contempla, menos vive; quanto aceita reconhecer-se nas imagens dominantes da necessidade, menos compreende sua própria existência e seu próprio desejo. Em relação ao homem que age, a exterioridade do espetáculo aparece no fato de seus próprios gestos já não serem seus, mas

de um outro que os representa por ele. É por isso que o espectador não se sente em casa em lugar algum, pois o espetáculo está em toda parte (DEBORD, 1997, p. 24).

A expansão econômica é sobretudo a expansão dessa produção industrial específica. O que cresce com a economia que se move por si mesma só pode ser a alienação que estava em seu núcleo original. (Ibid.).

Considerando-se esta base teórica, procurar-se-á compreender a lógica do capitalista que faz com que se busque uma espetacularização da sustentabilidade, praticando-se simulações, “greenwashing” e afins, em busca de uma imagem adequada ao espetáculo das mídias, mesmo que existam riscos de descobrirem. Pode-se, assim, chegar à ideia de que existe uma “sustentabilidade líquida”.

3.2 AS GRANDES CORPORações E OS RISCOS ASSOCIADOS AO SIMULACRO

É fato, no sistema capitalista, que uma imagem favorável de “empresa consciente”, “empresa-cidadã” e/ou afins pode agregar valor a uma determinada marca e tornar a empresa mais valorizada tanto a consumidores de seus produtos como também a investidores. Esta é uma das “facetas” do capitalismo contemporâneo.

O mesmo vale com relação às carreiras políticas. Tem-se tornado frequente que políticos queiram associar sua imagem e campanha à defesa do meio-ambiente e às práticas sustentáveis, mesmo quando não há fundamento em tal vinculação.

Independentemente disso e de o processo midiático ser mais tradicional ou inovador, nada do que transita nas redes sociais é isento ou desprovido de ideologia, interesses pessoais ou mesmo empresariais.

Simulacros não agregam valor quanto à defesa do meio-ambiente. Quem vincula sua marca a “fakes” pode ter grandes problemas nesta “era da informação”, já que propaga imagens distorcidas ou enganosas à população.

Na atual sociedade do espetáculo, muitas empresas têm, constantemente, procurado associar sua marca a práticas mais sustentáveis e à ecologia. Algumas companhias passaram a mencionar que reaproveitam garrafas plásticas (em geral, de refrigerantes); outras dizem que reciclam papel ou que financiam a manutenção de florestas, entre outros.

Isto leva a uma série de questionamentos, por exemplo: - Até que ponto tais grupos empresariais, de fato, têm feito algo em favor do meio-ambiente? Existe alguma outra intenção em suas ações, além de criar uma imagem melhor (de defensora de práticas mais adequadas ou menos nocivas ao meio-ambiente)? Que casos são meramente investimento com foco em multiplicação do capital? E, até que ponto, as supostas atividades hipoteticamente sustentáveis de algumas empresas se concretizam em ações efetivamente sustentáveis?

3.3 A “ERA DA INFORMAÇÃO” E A ATUAL DINÂMICA DA COMUNICAÇÃO

Segundo Mario Vargas Llosa (2013),

cultura não depende de política, em todo caso não deveria depender, embora isso seja inevitável nas ditaduras, principalmente as ideológicas ou religiosas, aquelas em que o regime se sente autorizado a ditar normas e estabelecer cânones dentro dos quais a vida cultural deve desenvolver-se sob a vigilância do Estado empenhado em não permitir que ela se afaste da ortodoxia que serve que serve de sustentáculo dos governantes. O resultado desse controle (...) é a progressiva transformação da cultura em propaganda. (LLOSA, 2013, p. 117).

Em contrapartida,

numa sociedade aberta, embora a cultura se mantenha independente da vida oficial, é inevitável e necessário que haja relação e intercâmbios entre cultura e política. (Ibid.).

Conforme se abordou no item 2.5, a cultura do consumo e de classe média tem-se alastrado cada vez mais, apesar de as pessoas terem consciência de que é preciso cuidar da natureza e da sociedade com maior zelo. Por outro lado, apesar das eleições, conforme decisão da maioria, não se veem as autoridades eleitas atuando da maneira desejada pela grande maioria.

Mesmo diante das diversas contradições socioeconômicas brasileiras (item 1.3), ainda vinculadas às amarras do subdesenvolvimento em meio ao capitalismo, vive-se atualmente em uma sociedade aberta.

Como já visto, Castells (2008) denomina “era da informação” esta etapa na qual a informação é fundamental, sobretudo se for considerado que a informação circula de

forma extremamente veloz nas novas mídias, ao mesmo tempo em que também se têm desenvolvido novas tecnologias que permitem uma atualização e adaptação das tradicionais – para que haja sobrevivência.

Há de se ressaltar que as novas mídias têm contribuído significativamente ao estabelecimento de uma nova organização social com maior liberdade de opinião e de expressão dos cidadãos. A informação nunca circulou com tanta velocidade quanto nos dias atuais.

3.4 DESTAQUES RELATIVOS À ESPETACULARIZAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

A seguir, estão mencionados alguns exemplos de práticas que não beneficiam o meio-ambiente, apesar de toda a propaganda à sua volta:

- a) processo pleno de coleta seletiva (de lixo) *versus* sustentabilidade: é muito importante haver coleta seletiva de lixo e hoje, no Brasil, muitas pessoas vivem do seu reaproveitamento; no entanto, existem empresas que gastam verdadeiras fortunas para disponibilizar lixeiras para plásticos, papel, produtos orgânicos e latas sem nem mesmo haver coleta seletiva pública na região onde está localizada, ou sem contratar um prestador privado do serviço de coleta. A intenção da empresa é notadamente causar a impressão em seu cliente de que tudo é reciclado e de que se trata de uma “empresa-consciente” ou “cidadã”, sem nem sempre assim ocorrer. Apesar de coleta seletiva ser realmente algo muito importante, não é adequado assumir este tipo de custo apenas para causar uma impressão enganosa. Algo ainda pior - e muito mais comum do que se pode imaginar - ocorre quando as corporações investem na coleta seletiva, no entanto, deixam de orientar os seus funcionários da limpeza a manter tudo separado (quando há coleta seletiva). Sempre há alguém que junta latas com plásticos e materiais orgânicos, por exemplo;



Fonte: <http://ecopreneurist.com/wp-content/uploads/2008/09/recycle-bins1.jpg>

Figura 15 - Lixeiras-padrão para separação do lixo, facilitando a reciclagem.

b) fiscalização do nível de poluição dos carros via empresas do tipo “Controlar” - Serviços de fiscalização do tipo “Controlar” (utilizado até 2014 na cidade de São Paulo): são verdadeiros desperdícios de dinheiro público, pois se pagam valores significativos para que seja feita uma espécie de fiscalização anual dos níveis de poluentes emitidos por veículo. Não seria muito mais simples que fosse obrigatório que os carros saíssem de fábrica já contendo os melhores filtros de ar/fumaça? Há de se destacar que a polícia rodoviária e órgão do tipo CET dispõem de poder de apreensão do veículo caso este esteja nitidamente poluindo em níveis excessivos. Não obstante, empresas do tipo “Controlar” dispõem de uma força de trabalho terceirizada, ou seja, aqueles que lá trabalham são contratados sem concurso público, o que também pode tornar o processo ainda menos transparente aos cidadãos, que são, em última instância, os eleitores;

c) rodízios de veículos (como aquele que ocorre na cidade de São Paulo): Retornando ao exemplo de São Paulo, há de se avaliar também a questão do rodízio de veículos. No curto prazo, quando da implantação do sistema de rodízio de veículos, é até aceitável que se diga que o trânsito se tornou mais fluido e que os níveis de poluição foram reduzidos; no entanto, após alguns anos, a classe média e os setores mais abastados da economia já providenciaram um segundo carro por pessoa. Assim, no longo prazo, o efeito do rodízio tende a zero (ou até

mesmo a impactos negativos), seja quanto ao planejamento urbano e territorial, seja quanto a práticas sustentáveis e ecológicas; portanto, esta política só fez ampliar a produção e venda de veículos automotores, o que se traduz em uma prática de valorização ao consumo (ou simplesmente “consumista”) e pró-capital, tendo como efeito mais positivo desta medida a geração de empregos (não constituindo práticas efetivamente sustentáveis). Não obstante, apesar de a geração de novos empregos ser uma demanda social relevante, há de se enfatizar que, com aumento da produção de automóveis, também se dá maior emissão de poluentes à atmosfera, o que pode anular os ganhos citados acima e até torná-los negativos sob a ótica do meio-ambiente (já que se produziu um bem teoricamente desnecessário à sociedade).

3.5 “GREENWASHING” E SIMULACRO EM SUSTENTABILIDADE

“Greenwashing” corresponde aquilo que, em português, denomina-se “maquiagem verde”, ou seja, dar a impressão a terceiros de que se pratica algo em favor do meio-ambiente, quando isto, na prática, não se comprova. De certa forma, também poder-se-ia denominar de “simulação pró-verde” ou de similares.

A tradicional empresa Elma-Chips de salgadinhos e biscoitos lançou, em 2009, uma nova modalidade de um de seus principais produtos: o “Fandangos-Eco”.

Sendo inicialmente lançado como “integral, assado e com alto teor de fibras”, este produto passava a impressão de ser uma opção de lanche saudável. O produto em si também era apresentado em formato de bichinhos selvagens, e acompanhado de um cartão (“card”) dotado de fotos e curiosidades do mundo animal, como um brinde.

Independentemente disso, assim que o salgadinho chegou ao mercado, descobriu-se que, para fabricar o “Fandangos Eco”, poluíam-se mais do que para confeccionar a versão tradicional do petisco, até mesmo por fornecer o “card” de brinde; assim como os demais tipos de Fandangos apresentam elevados níveis de sódio (sal), o que é altamente prejudicial à saúde humana; a composição nutricional do Fandangos comum está abaixo, e não é o que se poderia classificar como “saudável” ou “natural”:

Informação Nutricional Porção 25g (1 ½ xícara)		
Quantidade por porção		% VD(*)
Valor Energético	114kcal = 479kJ	6%
Carboidratos	18g, dos quais:	6%
Açúcares	0,7g	**
Proteínas	1,7g	2%
Gorduras Totais	4,0g, dos quais:	7%
Gorduras Saturadas	0,7g	3%
Gorduras Trans	0g	**
Fibra Alimentar	0,7g	3%
Sódio	172mg	7%
Potássio	51mg	**

* % Valores Diários de referência com base em uma dieta de 2.000 kcal ou 8.400 kJ. Seus valores diários podem ser maiores ou menores dependendo de suas necessidades energéticas. ** Valores Diários não estabelecidos. *** Nutriente naturalmente presente.

Fonte: <http://www.pepsico.com.br/fandangos>

Figura 16 - Informação nutricional Fandangos.

Isto posto, nas redes sociais, ocorreram diversas críticas ao biscoito, o que poderia ter sido completamente evitado pela corporação. Tais produtos têm um mercado consumidor certo, em especial no meio infantil. A empresa não necessitava associar sua marca ao “verde”, “ecológico”, “sustentável”, ou ao “saudável” desta forma. Tal erro de “marketing” gerou toda uma discussão e crítica desfavorável à Elma-Chips.



Fonte: <http://www.pepsico.com.br/fandangos>

Figuras 17 e 18 - Pacote do Fandangos-Eco.



Fonte: <http://www.pepsico.com.br/fandangos>

Figura 19 - “Cards” do Fandangos-Eco.

3.6 ESTUDO DE CASO: O PLANTIO DE EUCALIPTO

O Brasil, hoje em dia, é um dos maiores produtores mundiais de papel e celulose, e sua participação na produção global tem crescido ano a ano.

O plantio de vegetação exótica, mesmo que apresente impactos nocivos ao meio-ambiente, não tem sido enquadrado como algo grave por parte das autoridades brasileiras. Esta atuação tem sido permissiva, considerando simplesmente o “lado positivo” que o plantio de eucalipto pode viabilizar. Tal lado positivo vai da geração de lucros significativos aos proprietários dos meios-de-produção, a impostos ao Estado e –

como toda vegetação – captura gás carbônico, fornecendo oxigênio. Esta última é a principal alegação dos defensores de tal cultivo.

No website da Bracelpa – Associação Brasileira de Celulose e Papel -, existem algumas informações importantes, tais como:

- o gênero *Eucalyptus* reúne mais de 600 diferentes espécies;
- em território brasileiro, o eucalipto encontrou ótimas condições de clima e solo para se desenvolver com crescimento mais rápido que nos demais países e alto índice de produtividade;
- a utilização do eucalipto no segmento papelero data do início do século XX, mas sua produção massiva, só ocorreu por volta de 1957;
- a partir da espécie se produz a celulose de fibra curta, usada na fabricação de guardanapos, papel higiênico, papéis para imprimir e escrever, entre outros itens;
- hoje, as florestas plantadas de eucalipto cobrem 4,8 milhões de hectares no Brasil segundo dados da Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (ABRAF). Desse total, 1,8 milhão é cultivado pela indústria de celulose e papel, o que corresponde a 81,2% das florestas plantadas desse setor;
- o eucalipto tem uso múltiplo. Além da produção de celulose, também é fonte de carvão vegetal para gerar energia e de madeira sólida usada em móveis, pisos, revestimentos e outras aplicações na construção civil;
- por atender às necessidades de consumo humano, o plantio de eucalipto – assim como o do pinus, espécie também usada no Brasil para produzir papel –, ajuda a preservar as florestas nativas e a equilibrar o clima. E o mais importante em tempos de aquecimento global: com seu rápido crescimento, absorve CO₂ da atmosfera em taxas expressivas;
- no Brasil, o eucalipto leva aproximadamente sete anos até ser colhido e requer poucas ações do homem sobre o solo. Pode ser cultivado em terrenos de baixa fertilidade natural, embora não tolere solos rasos e excesso de água.
- não exige muitos nutrientes e defensivos agrícolas em comparação com outras culturas;
- nas áreas manejadas, a espécie não causa impactos para a água do solo, pois suas raízes permanecem distantes do lençol freático;
- nas florestas plantadas de eucalipto, a água da chuva chega com mais intensidade ao solo do que nas matas tropicais. Essas são mais densas e retêm maior volume de água nas copas das árvores, aumentando a perda de água pela evaporação, antes de a chuva atingir o solo;
- décadas de investimento em pesquisa e melhoramento genético levaram ao aumento da produtividade das florestas plantadas, que produzem cada vez mais madeira na mesma área cultivada;

- o plantio florestal do eucalipto é, hoje, uma importante atividade produtiva no Brasil, fonte de riqueza e desenvolvimento social, bem como de conservação ambiental. (www.bracelpa.org.br).

O que consta acima representa visão preliminar do produtor, no entanto, é fundamental esclarecer que determinados aspectos não estão em conformidade com uma visão científica mais criteriosa.

Em primeiro lugar, cita-se “conservação ambiental”, o que é muito grave, pois eucaliptais constituem florestas exóticas, ou seja, não naturais do território brasileiro.

Eucaliptais não constituem tipo de mata nativa do Brasil, tendo sido provenientes de outras regiões do globo - no caso, da Oceania e regiões próximas, com destaque à Austrália e à Indonésia. Tal plantio e produção requer muita água; além disso, este tipo de vegetação produz um tipo de enzima que mata os micro-organismos do solo, o que, por sua vez, gera sérios efeitos sobre a cadeia alimentar. Prejudicando a sobrevivência das minhocas, besouros e de micro-organismos em geral, e, havendo um gradual empobrecimento do solo, o que ocorre com os pássaros, cobras e outros seres vivos que se alimentam de tais organismos? As minhocas, por exemplo, são seres fundamentais para a manutenção de uma boa qualidade de solo, pois naturalmente o fertilizam.

Segundo o website/link <http://www.oquevocefezpeloplanetahoje.com.br/nativa-exotica-ou-invasora/>:

O espaço para as plantas nativas diminui na mesma proporção em que aumenta a presença de espécies invasoras. Segundo o Instituto Hórus de Desenvolvimento e Conservação Ambiental, há mais de mil ocorrências de invasoras no Brasil. Você saberia explicar a diferença entre plantas nativas, exóticas e invasoras?

As **nativas** são aquelas que estão em seus locais de origem. Como exemplos de espécies nativas brasileiras podemos citar pau-brasil, cedro rosa, arazá amarelo e urucum.

As **exóticas introduzidas** são as inseridas em um lugar diferente de sua região de origem, mas que podem viver em harmonia com as nativas. É o caso da maioria das plantas ornamentais, como cicas e ginkgo bilobas.

Já as espécies **exóticas invasoras** são as que estão em locais diferentes de sua origem, alteram as condições ambientais do solo e da água, e eliminam ou interferem nas espécies nativas. Alguns exemplos: eucalipto, pinus, cinamomo, braquiária, beijinho, goiabeira e lírio-do-brejo.

A maior causa da diminuição de biodiversidade no mundo é a perda de hábitat pela intervenção humana. E a segunda? A introdução de

espécies exóticas invasoras! Só isso já basta para se entender a necessidade de controlar essas plantas.

Doutora em ciências florestais, Leila Maranhão explica a dificuldade de combater o crescimento e o desenvolvimento de uma exótica invasora: “Sua propagação é muito ampla, e ela se reproduz muito rapidamente. Por exemplo, o pinus é propagado pelo vento. Suas sementes são espalhadas em diversos lugares, e elas conseguem germinar até mesmo em calçadas! Ou seja, essas plantas têm grande resistência”.

Além do pinus, outra invasora muito combatida no país é o eucalipto. Com raiz muito profunda, absorve muita água do solo e causa um déficit hídrico para outras plantas ao seu redor, que acabam morrendo. Leila conta que não adianta simplesmente cortar o eucalipto: “Se você voltar daqui a dois anos, terá naquele mesmo lugar uma árvore de mais de três metros de altura, porque ele rebrota muito rapidamente”. Uma das soluções utilizadas nesses casos para recuperar a vegetação original é a queima das florestas de eucalipto. Mas a especialista alerta: “Esse processo de substituição de invasoras por nativas deve ser gradativo, divulgando para a população o que está sendo feito e por quê”.

As invasoras não colocam em risco somente plantas. Quando a vegetação de um lugar é alterada, fauna e microorganismos importantes no ambiente saem prejudicados. Com a mudança no ecossistema, os animais acabam fugindo de seu hábitat natural para sobreviver.

Toda essa discussão pode levar alguns ao questionamento: mas e as exóticas introduzidas, o que fazem no ambiente? “A exótica, quando não está em locais que são previstos por legislação para serem conservados, não traz nenhum prejuízo. Mas precisamos aprender a valorizar as nossas espécies”, afirma. Por isso, ao pensar em montar um jardim, tente utilizar espécies nativas ao invés de ornamentais exóticas. Com certeza você encontrará plantas belíssimas para enfeitá-lo. (<http://www.oquevocefezpeloplanetahoje.com.br>).

Assim, além de vegetação exótica, o eucalipto deve ser classificado ainda como invasor.

Em 2009, a Aracruz Celulose se fundiu com a VCP – originalmente do Grupo Votorantim- formando assim a Fibria, que, como conglomerado empresarial, é o maior produtor mundial de papel e celulose.

Como fábrica, porém, a Aracruz (no Espírito Santo) era, pelo menos até 2014, a maior produtora de celulose do mundo; no entanto, os planos de expansão do Grupo Fibria previam que a sua unidade no Mato Grosso do Sul iria superar a do Espírito Santo.



Fonte: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2014/01/aracruz-es-vai-deixar-de-ser-maior-produtora-de-celulose-do-mundo.html> (Portal G1 da Globo de 15/01/2014)

Figura 20 - Manchete sobre a Aracruz (ES).

No portal G1 de 15/01/2014, constava a seguinte informação:

A líder mundial na produção de celulose de eucalipto, a Fibria, informou, nesta terça-feira (14), que a unidade de Aracruz, no Norte do Espírito Santo, vai deixar de ser a maior fábrica de celulose do mundo, após a implementação da nova linha de produção em Três Lagoas, no estado Mato Grosso do Sul, em 2016. Segundo a empresa, o investimento foi uma decisão estratégica.

Em 2009, a Fibria instalou sua primeira linha em Três Lagoas, com capacidade de 1,3 milhão de toneladas anuais. Segundo a empresa, a nova linha de celulose, na cidade, vai ter capacidade prevista de 1,75 milhão de toneladas por ano, com isso, a unidade vai alcançar a produção total de 3,05 milhões de toneladas anuais, se transformando na maior fábrica de celulose do mundo, posto atualmente, ocupado pela unidade da Fibria em Aracruz, um complexo que reúne três linhas de produção.

Sobre a Fibria: A empresa é líder mundial na produção de celulose de eucalipto e possui capacidade produtiva de 5,3 milhões de toneladas anuais de celulose, com fábricas localizadas em Três Lagoas em Mato Grosso do Sul, Aracruz no Espírito Santo, (ES), Jacareí em São Paulo e Eunápolis, na Bahia. Em sociedade com a Cenibra, opera o único porto brasileiro especializado em embarque de celulose, Portocel em Aracruz. A Fibria mantém cerca de 17 mil trabalhadores, entre empregados próprios e terceiros permanentes, incluindo

Portocel, e está presente em 255 municípios de sete estados brasileiros (Portal G1, 15/01/2014, disponível em: <http://g1.globo.com>).

É a partir do eucalipto que se produz a maior parte da celulose brasileira; no entanto, assim como a celulose pode ter diversas origens ou fontes, o plantio de eucalipto também origina uma série de produtos que vão de detergentes a diversos tipos de desinfetantes e inseticidas, de sabão a perfumes, dentre vários outros tipos de mercadorias, além da própria madeira.

Em termos formais, o plantio de eucalipto é bem qualificado no que se refere aos instrumentos da ecoeficiência, que são:

- Sistema de Gestão Ambiental (SGA)
- Certificação ambiental
- Análise do ciclo de vida
- Processos de produção mais limpa (ALMEIDA, 2002, p. 107).

Neste sentido, para o autor:

$$\text{ecoeficiência} = \frac{\text{valor do produto ou serviço}}{\text{impacto ambiental}}$$

(Ibid., p. 157).

Em linhas gerais, no meio científico, podem-se tecer inúmeras críticas ao plantio de eucalipto, porém, o objetivo desta dissertação é avaliar até que ponto é adequado que empresas se utilizem de termos como “plantio de florestas” ou “reflorestamento”, fazendo “greenwashing”.

Algumas empresas têm por hábito vangloriar-se de investir na geração de “novas florestas” ou “no verde”, referindo-se à produção de eucalipto e celulose.

É necessário produzir celulose e papel, detergentes, desinfetantes, sabão, madeira, carvão vegetal e uma série de outras mercadorias em território nacional, no entanto, vangloriar-se do plantio de “florestas”, quando as árvores são exóticas (ou seja, não são originárias do território brasileiro) não constitui o mesmo que plantar árvores e vegetações típicas ou nativas da Amazônia e Mata Atlântica.

Plantar ou financiar este tipo de cultivo está claramente vinculado à obtenção de lucro e promover o aumento de capital, processos típicos do sistema capitalista. Isso nada tem a ver com sustentabilidade. Gerar ao cidadão a impressão de que se trata de algo “sustentável” ou “verde” é iludir o consumidor.

Com relação à próxima figura, há de se destacar as frases “florestas 100% plantadas e renováveis”, alertando ainda para a responsabilidade ambiental da Chamex, enquanto que a opção por plantar eucalipto está vinculada aos retornos financeiros.



Fonte: Fotografia feita pelo autor (de uma caixa de resmas de papel da marca Chamex).

Figura 21- Informação contida na caixa de papel (resma) da Chamex.

Adicione-se a isso o fato de que diversos produtos de limpeza (detergentes, desinfetantes, bactericidas e sabões, por exemplo) são preparados a partir do eucalipto, o que evidencia claramente suas propriedades bactericidas e fungicidas.



Fonte: <http://www.tendadrive.com.br/desinfetante-bufalo-eucalipto-2l-514/p>
Figura 22 - Exemplo de produto de limpeza com eucalipto.



Fonte: <http://www.cna.ind.br/p.php?id=54>

Figura 23- Exemplo de produto de limpeza com eucalipto.



Fonte: <http://www.mambo.com.br/alcool-coperalcool-bacfree-46-eucalipto-750ml/p>

Figura 24 - Exemplo de produto de limpeza com eucalipto.

Assim, por mais que a floresta citada até produza oxigênio e tenha um papel positivo no que se refere ao “efeito-estufa”, não se pode dizer que está ocorrendo uma prática sustentável e ecológica.

Não obstante, é importante ressaltar que qualquer banco que financie suposto plantio de floresta (de eucalipto) estará recebendo juros de mercado para financiar a empresa produtora de eucalipto assim como aconteceria com qualquer operação usual de crédito.

Por meio da figura a seguir, pode-se observar, à esquerda, vegetação nativa, tropical, com grande diversidade biológica; do lado direito, está o plantio de eucalipto, baseado em uma monocultura, na qual a existência de diversidade de outras espécies vegetais ou animal é extremamente restrita. A presença de gramíneas constitui exceção. Considerando ainda que o plantio de eucalipto gera um grande consumo de água, além de outros impactos ocasionados pelos efeitos bactericidas do próprio eucalipto em especial sobre o solo, o que leva ao empobrecimento gradual do solo e à morte de muitos micro-organismos, efeito claramente devastador no longo prazo, pois compromete toda a cadeia alimentar que existia sobre tal espaço geográfico. Pelos motivos explicados, de forma crítica, tal cultivo pode ser chamado de “deserto verde” (vide anexo E) ou “floresta morta”.



Fonte: <http://tissueonline.com.br/mais-um-passo-rumo-ao-eucalipto-transgênico/>

Figura 25 - Foto comparativa de uma floresta nativa tropical vs. monocultura de eucalipto.

A seguir, vê-se uma imensa extensão de terra com plantio de eucaliptos.



Fonte: <http://cienciahoje.uol.com.br/noticias/engenharia-florestal/alivio-de-tensoes/>

Figura 26 - Foto de uma monocultura de eucalipto.

O clima e a umidade, além da falta de pragas no território nacional – por se tratar de vegetação exótica proveniente da Oceania –, fazem com que a produtividade e a lucratividade deste plantio no Brasil sejam muito elevadas.

Existem estudos em andamento por parte das empresas interessadas em vincular tal cultivo à criação de gado e outros animais.

Também está em processo final de avaliação o plantio de eucalipto transgênico no Brasil.

Dado que a presente pesquisa pertence à área de Comunicação, tal tipo de utilização do solo não será avaliada com detalhe durante a elaboração desta dissertação.

Também é possível ouvir dos defensores do plantio de eucalipto que este viabiliza menor desmatamento da Mata Atlântica ou de mata nativa da Amazônia, uma vez que proporciona madeira para construções, carvão vegetal, dentre outras mercadorias. Apesar de historicamente ter sido feito o plantio de eucalipto em diversas regiões que eram até então cobertas de mata nativa – seja na região da Mata Atlântica

ou da Amazônia, por exemplo –, não há como mensurar de maneira precisa este tipo de alegação.

O que não se pode deixar de afirmar é que o plantio de eucalipto, por mais que seja importante economicamente e até certo ponto necessário, gera efeitos mais negativos do que positivos sob a ótica de Ecologia e da defesa do meio-ambiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, tal como antecipado, pretendia-se promover um diálogo com importantes autores da área de Comunicação e das Ciências Sociais sobre sustentabilidade, capital - com destaque ao capital imaterial -, imagem, marcas, “greenwashing” e simulacros, além de outros conceitos e fatos relevantes.

Partindo-se de noções iniciais relativas à sustentabilidade no Brasil e no mundo, da relação Homem vs. Natureza e do espaço geográfico - segundo Milton Santos -, das contradições e contrastes existentes Brasil, das visões relativas à “sociedade do espetáculo” de Debord e do “simulacro” de Baudrillard, chega-se às discussões vinculadas à “sustentabilidade líquida” e à “era da informação” (CASTELLS, 2008). Ao mesmo tempo em que se discute o que Manuel Castells entende por “era da informação” – ou seja, os dias atuais em que a informação se propaga de forma extremamente rápida e que a sociedade está em rede -, André Gorz cita temas como “capital humano” e “capital imaterial”. De certa forma, a contemporaneidade se traduz tanto em “era do capital imaterial” bem como “era da informação”.

Outrossim, aborda-se o modo de produção capitalista, além das relações de poder que o caracterizam, da sua gênese à contemporaneidade, marcada pela emergência das novas mídias sociais e a suposta democracia digital, além de discutir como se dá o processo de criação e fortalecimento de imagens e marcas nos dias atuais e o porquê de ser tão importante dispor de uma imagem de empresa-cidadã e adotar o discurso politicamente correto, como já visto.

Há de se destacar que, em meio à sociedade do espetáculo e na era da informação, qualquer mídia negativa (“negative media”) pode se propagar rapidamente e prejudicar qualquer marca ou corporação. É fundamental manter as melhores práticas, agir com transparência e se proteger de qualquer tipo de associação a simulacros, “fakes” (falsos) e “greenwashing”. Ou seja, a prática sustentável, que de início pode repercutir na valorização dos ativos da empresa e gerar lucros crescentes, pode se transformar, no caso de descoberta do simulacro, em perdas financeiras efetivas ou até mesmo em caos total, com a quebra da empresa.

Nas últimas décadas, tem vicejado o modismo de defender práticas mais sustentáveis, por isso nem sempre é possível afirmar que tenha existido má-fé por parte de algumas empresas em associar suas marcas ao “ecologicamente correto”; no entanto,

é fundamental que o façam seriamente, com base em critérios científicos, e não por meio de “greenwashing” (“maquiagem verde”) ou mesmo simulacro.

Isto posto, o principal objetivo social desta dissertação é o de incentivar as corporações a investirem nas melhores práticas ecológicas – ou seja, aquelas que efetivamente tragam benefícios ao meio-ambiente e às gerações futuras – para então comunicar essas suas ações aos seus clientes (consumidores) da maneira apropriada, sem simulacros ou “greenwashing”. Os clientes ou consumidores podem fidelizar-se (ainda mais) às marcas e empresas que cumprem com rigor os compromissos assumidos, o que, por sua vez, mesmo em períodos de crises financeiras ou ciclos econômicos como o atual, tende a mitigar os riscos de insucesso da empresa. É legítimo o ganho obtido, caso se faça algo efetivo em prol do meio-ambiente. Determinada parcela dos cidadãos já tem tomado consciência da importância de revisar seus hábitos de consumo.

Este novo consumidor, consciente de sua cidadania e do seu papel no que se refere às suas práticas de consumo, não quer ver-se ludibriado por ações midiáticas que busquem apenas o lucro, utilizando-se de artifícios baseados no que se pode chamar de “sustentabilidade líquida” ou até mesmo simulacros. Esse consumidor-cidadão, consciente de sua responsabilidade, quer saber se efetivamente está contribuindo – mesmo que de forma indireta – para um mundo melhor.

Por essa razão, nos Capítulos 1 e 3, pretendeu-se promover algumas reflexões sobre situações de simulacro e “greenwashing” (maquiagem verde) do “mundo real”.

Quando se fala, por exemplo, no primeiro capítulo, de empresas como a Natura Cosméticos – que tem sido citada como “exemplo” de corporação sustentável pela Corporate Knights -, sabe-se de antemão da elevada qualidade de seus produtos, somada ao seu importante papel, no Brasil, no que se refere à contratação e participação das mulheres em seu quadro de consultores e administradores. Por outro lado, as suas práticas com relação à defesa do meio-ambiente dão margem a sérias dúvidas e questionamentos, conforme citado em referido capítulo, por mais que se tenha observado certo empenho desta em melhorar suas práticas ao longo dos últimos anos.

Já no Capítulo 3, discute-se a respeito do salgadinho Fandangos-Eco. Qual é o sentido de denominar algum produto como este de “Eco”? Em outras palavras, por que comunicar isto a seus consumidores? Nesta dissertação, não se tentou fazer uma pesquisa sobre o nível de consumo de referido produto, porém ser “pró-ecologia” não

parece constituir um fator relevante para a decisão do consumidor de comprá-lo ou não. Ao fazer tais anúncios, a empresa acabou se sujeitando a críticas nas redes sociais que poderiam ter sido facilmente evitadas.

As grandes corporações não podem ser irresponsáveis a ponto de deixar de proteger parte importante de seu patrimônio, em especial seu capital humano, imaterial e suas marcas. Os seus administradores não devem pensar apenas no lucro imediato, mas sim em proteger o patrimônio dos acionistas no longo prazo. É amplamente sabido que existem custos elevadíssimos para se criarem marcas de qualidade, e que são também altos para mantê-las bem-sucedidas. Não é tentando ludibriar o consumidor que se conseguirá vencer nesta “era do capital imaterial” e “da informação”.

Ainda no Capítulo 3, procura-se evidenciar que o plantio de uma vegetação exótica e invasora tal como o de eucalipto – que chega a ser reconhecida como “deserto verde” ou “floresta morta” - não constitui prática sustentável, mas sim uma maneira de buscar elevados lucros, apesar de a indústria de papel e celulose vangloriar-se por viabilizar supostos plantios de “florestas 100% renováveis” e por sua “responsabilidade ambiental” (Figura 21).

Apesar de a produção de papel e celulose ser algo fundamental à sociedade contemporânea – apenas como exemplos, é no papel que se aprende a escrever, ler ou que os contratos são elaborados -, é muito grave que se comunique ao consumidor uma ideia tão equivocada quanto esta. Sob a ótica da área de Comunicação, isto constitui algo grave, por isso tornou-se objeto de análise.

Plantar vegetação exótica e invasora não pode ser jamais confundido com plantar espécies nativas da Mata Atlântica ou Floresta Amazônica, por exemplo, nos locais em que ocorreram desmatamentos. Seria louvável que plantassem hectares e mais hectares de seringueiras, palmáceas locais ou outras vegetações nativas nas regiões apropriadas, mas isto nenhuma das empresas deste setor faz. O objetivo é estritamente o lucro e o aumento de capital – e não a responsabilidade ambiental, tampouco o plantio de florestas renováveis.

É aconselhável retornar agora, se possível, à Figura 25, para então refletir sobre qual é a vegetação que permite maior diversidade de espécies: se a da monocultura do eucalipto ou a da floresta nativa tropical.

Alguns dos principais danos dos eucaliptais ao meio-ambiente estão abordados no Capítulo 3, no entanto, para maiores informações - dado que esta é uma dissertação da área de Comunicação -, o autor sugere a leitura do Anexo E.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Fernando. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- _____. **Os desafios da sustentabilidade: uma ruptura urgente**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda, 2007.
- BAUDRILLARD, Jean. **Tela Total**. Porto Alegre: Sulina, 2001.
- _____. **A sociedade do consumo**. Lisboa: Elfos, {s.d.}
- _____. **Simulacros e simulações**. Lisboa: Relógio d'Água, {s.d.}
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro, Zahar, 2001.
- _____. **Tempos Líquidos**. Rio de Janeiro, Zahar, 2007.
- _____. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro, Zahar, 2008.
- BARROS R., CARVALHO M., FRANCO S., MENDONÇA R. **Markets, the state and the dynamics of inequality in Brazil**. In: Lopez-Calva LF, Lustig N, editores. Declining inequality in Latin America: A decade of progress? Washington (DC), Brookings Institution and UNDP, 2010.
- BERGOLO M., CARBAJAL F., CRUCES G., Lustig N. **Impacto de las transferencias públicas en la década de 2000: la experiencia de los países del Cono Sur**. Mimeo. Buenos Aires, CEDLAS, Universidad Nacional de La Plata, 2011.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignación y Esperanza - Los movimientos sociales en la era de internet**. Madrid, Alianza Editorial, 2012.
- _____. **Cidade, Democracia e Socialismo**. São Paulo, Editora Paz e Terra, 1980.
- _____. **A Era da Informação: Economia Sociedade e Cultura - Volume 1 - A Sociedade em Rede**. São Paulo, 11ª Edição - Editora Paz e Terra, 2008.
- COELHO, Cláudio. KÜNSCH, Dimas A. MENEZES, José Eugênio O. (Organizadores). **Estudos de Comunicação Contemporânea – Perspectivas e Trajetórias**: São Paulo – Ed. Plêiade, 2012.
- _____. **Teoria Crítica e Sociedade do Espetáculo**. Jundiaí: Editora in House, 2014.
- CONTEMPO – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Faculdade Cásper Líbero – Volume nº 2, Ano 3 – Dezembro 2011.

CONTRERA, M. S. **Acerca da relação entre Comunicação, Cidadania:** re-significações necessárias. In SAMPAIO, Inês (Org.). *Comunicação, Cultura e Cidadania* - Campinas, Pontes Editores, 2012, p. 35-47.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do espetáculo.** Lisboa, Edições Mobilis in Mobile, 1991.

FERNANDES, Roberta A. de B. **Discursos de sustentabilidade:** o caso Paragominas., 2011.

GORZ, André. **O imaterial:** Conhecimento, Valor e Capital. Paris, Galilée, 2003.

GOMES, Wilson. “**Participação política online:** questões e hipóteses de trabalho”. In: MAIA, Rousiley Celi; GOMES, Wilson; MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida Marques (Org.). *Internet e Participação Política no Brasil*. 1 ed. Porto Alegre: Sulina, 2011, p. 19 - 45.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado:** para além do socialismo. Rio de Janeiro, Forense, 1982.

_____. **Estratégia operária e neocapitalismo.** Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

HABERMAS, Jürgen. “O papel da sociedade civil e da esfera pública política”. In: *Direito e Democracia: entre faticidade e validade*. Volume II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, p. 57- 123.

HARVEY, David. **A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX.** In: *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1998.

HAUG, Wolfgang F. **Crítica da Estética da Mercadoria.** São Paulo: Editora Unesp, 1996.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos – o breve século XX (1914-1991).** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

KLEIN, Naomi. **Sem logo: A Tirania das Marcas num Planeta Vendido.** Rio de Janeiro, Ed. Record, 2002.

LUSTIG N., Lopez-Calva LF, Ortiz-Juarez E. **Declining Inequality in Latin America in the 2000s:** the case of Argentina, Brazil and Mexico [Policy Research Working Paper WPS6248]. The World Bank, 2012 . Disponível em: <http://bit.ly/TuzJ84>.

JENKINS, Henry. **Democracy and New Media.** Ed. with David Thorburn Cambridge, Mass.: MIT Press. p. 385, 2003.

_____. **Convergence Culture: Where Old and New Media Collide.** New York: New York University Press. p. 308, 2006.

_____. **Spreadable Media – Creating Value and Meaning in a Networked Culture.** New York: New York University Press, 2013.

KEYNES, John M. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. 1a. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1982.

LLOSA, Mario Vargas. **A civilização do espetáculo**: Uma radiografia do nosso tempo e da nossa cultura. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

LUPETTI, Marcélia. **Gestão Estratégica da Comunicação Mercadológica**. Thomson Learning: São Paulo, 2007.

MARX, Karl. **O Capital**. 26a. ed. Livros I e II - Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2008.

_____. **Grundrisse**. - Berlin: Dietz Verlag, 1953.

MÉSZAROS, Esteván. **A Crise Estrutural do Capital**. 1a. ed. São Paulo: Boitempo Editorial 2009.

MIZUGUCHI, Yoshito. ALMEIDA, Josimar R. PEREIRA, Luiz A. **Introdução à Ecologia**: São Paulo – Ed. Moderna, 1981.

MORIN, Edgar. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Porto Alegre, Editora Sulina, 2011.

PELEGRINI FILHO, A. **Diminuição das desigualdades de renda na América Latina nos anos 2000 [Internet]**. Rio de Janeiro, Portal DSS Brasil, 2012. Disponível em: <http://dssbr.org/site/?p=11973&preview=true>.

PORTILHO, Fátima. **Sustentabilidade Ambiental, consumo e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2005.

RELATÓRIO BRUNDTLAND. **Nosso futuro Comum**. ONU, 1987.

ROSA, Mario. **A Era do Escândalo**: Lições, relatos e bastidores de quem viveu as grandes crises de imagem. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

SANTAELLA, Lucia. NÖTH, Winfried. **Imagem**: Cognição, semiótica e mídia. Editora Iluminuras: São Paulo, 1999.

_____. **Comunicação e Pesquisa**. Bluecom: São José do Rio Preto, 2010.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

SANTOS, Fernando de A. **Ética Empresarial - Políticas de Responsabilidade Social em 5 Dimensões**: Sustentabilidade, Respeito à Multicultura, Aprendizado Contínuo, Inovação, Governança Corporativa. Editora Atlas: São Paulo, 2015.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço – Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

- _____. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1985.
- _____. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Hucitec, 1988.
- _____. **Espaço e Sociedade.** Petrópolis: Vozes, 1979.
- _____. **O espaço do cidadão.** São Paulo: Nobel, 2000.
- _____. **Pensando o espaço do homem.** São Paulo: Hucitec, 1982.
- _____. **Por uma Geografia Nova.** São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.
- _____. **Sociedade e espaço:** a formação social como teoria e como método, Boletim Paulista de geografia, nº 54, 1977.
- _____. **Território globalização e fragmentação.** São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Nina & ALMADA, Maria Paula (2012) -“**Twitter e as marchas anticorrupção:** Uma Análise do posicionamento discursivo da manifestação em relação ao sistema político”.

SILVA, Valeria R. R. **A evolução do conceito de sustentabilidade e a repercussão na mídia do país.** PUC, 2012.

VEIGA, José Eli da. **Sustentabilidade:** A legitimação de um novo valor. São Paulo: Editora Senac SP, 2010.

VITAL, Marcos H.F. **Revista do BNDES,** Rio de Janeiro, v. 14, N. 28, P. 235-276, 2007.

DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

<https://ambiente.wordpress.com/2011/03/22/relatrio-brundtland-a-verso-original/> .

<http://bracelpa.org.br>

<http://brasil.elpais.com>

<http://www.brasil.gov.br/>

<http://cienciahoje.uol.com.br/noticias/engenharia-florestal/alivio-de-tensoes/>

<http://www.cna.ind.br/>

<http://dssbr.org/>

<http://ecopreneurist.com>

www.exame.com

www1.folha.uol.com.br

<http://g1.globo.com>

<http://www.mambo.com.br/>

<http://monografias.brasilecola.uol.com.br/geografia/a-monocultura-eucalipto-suas-implicacoes.htm>

<http://www.mundodasmarcas.blogspot.com.br>

<http://www.natura.com.br/>

<http://oglobo.globo.com/>

<http://www.oquevocefezpeloplanetahoje.com.br>

<http://www.pepsico.com.br>

<http://www.senado.gov.br>

<http://www.tendadrive.com.br>

www.theguardian.com

<http://tissueonline.com.br/>

www.valor.com.br

ANEXOS

ANEXO A
RELATÓRIO “O FUTURO QUE QUEREMOS”

ANEXO A – RELATÓRIO “O FUTURO QUE QUEREMOS”

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

10 de janeiro de 2012

O FUTURO QUE QUEREMOS¹

ÍNDICE (Parágrafos)

I. Preâmbulo/Preparação

Visão..... 1-5

II. Renovação do Compromisso Político

A. Reafirmação dos princípios do Rio e de planos de ação passados 6-9

B. Avaliação do progresso até agora e as lacunas restantes na implementação dos resultados das principais reuniões de cúpula sobre o desenvolvimento sustentável e abordagem de desafios novos e emergentes (Integração, Implementação, Coerência..... 10-16

C. Engajamento dos *Major Groups*..... 17-21

D. Quadro de ação..... 22-24

¹ Apresentado pelos Co-Presidentes em nome do Departamento de acordo com a decisão tomada na Prepcom 2 para apresentação do esboço inicial do documento de resultados para análises por parte dos Estados-Membros e outros *stakeholders* no máximo até o início de janeiro de 2012.

III. Economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza

- A. Estabelecimento do contexto da economia verde e dos desafios e oportunidades 25-31
- B. Kits de ferramentas e compartilhamento de experiências..... 32-36
- C. Quadro de ação..... 37-43

IV. Quadro Institucional para o Desenvolvimento Sustentável

- A. Fortalecimento/reforma/integração dos três pilares..... 44
- B. Proposta da AG, ECOSOC, CDS, SDC..... 45-49
- C. PNUMA, agência especializada em propostas ambientais, IFIs, atividades operacionais da ONU em nível nacional..... 50-58
- D. Regional, Nacional, Local..... 59-62

V. Quadro de ação e acompanhamento

- A. Questões e áreas prioritárias/temáticas/multissetoriais..... 63-104
- B. Aceleração e medição do progresso (SDGs, PIB e outros)..... 105-111
- C. Meios de Implementação (financiamentos, acesso a e transferência de tecnologia, fomentação de capacidade) 112-128

I. Preâmbulo/Preparação

1. Nós, os Chefes de Estado e Governo, após nos reunirmos no Rio de Janeiro, Brasil, de 20 a 22 de junho de 2012, decidimos trabalhar com conjunto em busca de um futuro próspero, seguro e sustentável para nossos povos e nosso planeta.
2. Nós reafirmamos nossa determinação em libertar a humanidade da fome e da carência através da erradicação de todas as formas de pobreza e conflito para que as sociedades sejam justas, igualitárias e inclusivas, e para uma estabilidade econômica e crescimento que beneficiem a todos.
3. Nós estamos comprometidos em nos esforçar ao máximo para acelerar o progresso na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio 2015, melhorando dessa forma as vidas das pessoas mais pobres.
4. Nós também estamos comprometidos em reforçar a cooperação e abordar as questões atuais e emergentes de forma a melhorar as oportunidades para todos, centradas no desenvolvimento humano e ao mesmo tempo preservando e protegendo o sistema de suporte à vida de nosso lar comum, o planeta que compartilhamos.
5. Nós urgimos uma ação ousada e decisiva sobre o objetivo e temas da conferência. Nós renovamos nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável e expressamos nossa determinação em buscar uma economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza. Nós reiteramos nossa determinação em fortalecer a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável. Juntas, nossas ações devem cobrir as lacunas de implementação e obter uma maior integração entre os três pilares de desenvolvimento sustentável – o econômico, o social e o ambiental.

II. Renovação do Compromisso Político

[A. Reafirmação dos princípios do Rio e planos de ação passados]

6. Nós reafirmamos que continuamos a ser guiados pelos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas e com pleno respeito à lei internacional e seus princípios.
7. Nós reafirmamos nosso compromisso com o prosseguimento da implementação da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Agenda 21, o Programa de Implementação Contínua da Agenda 21, a Declaração de Joanesburgo sobre o Desenvolvimento Sustentável e o Plano de Implementação da Cúpula Global sobre o Desenvolvimento Sustentável, o Programa de Ação de Barbados e a Estratégia Maurícia para Implementação. Os princípios do Rio continuarão guiando a comunidade internacional e servindo como base para a cooperação, coerência e implementação dos compromissos assumidos.
8. Nós também reafirmamos nosso compromisso com o Consenso de Monterrey da Conferência Internacional sobre Financiamento para Desenvolvimento, a Declaração de Doha sobre Financiamento para Desenvolvimento: a Declaração Política sobre as necessidades de desenvolvimento da África, e o Programa de Ação de Istambul para Países Menos Desenvolvidos.
9. Nós reconhecemos a necessidade de reforçar o desenvolvimento sustentável globalmente através de nossos esforços coletivos e nacionais, de acordo com o princípio de

responsabilidades comuns, mas diferenciadas e o princípio do direito soberano de Estados sobre seus recursos naturais.

[B. Avaliação do progresso até agora e as lacunas restantes na implementação dos resultados das principais reuniões de cúpula sobre o desenvolvimento sustentável e abordagem de desafios novos e emergentes (Integração, Implementação, Coerência)]

10. Nós reconhecemos que os vinte anos desde a Rio-92 testemunharam progressos e mudanças. Existem exemplos profundamente inspiradores de progresso, incluindo na erradicação da pobreza, em bolsões de dinamismo econômico e em conectividade motivados por novas tecnologias de informação que deram poder ao povo.

11. Nós reconhecemos, entretanto, que também houveram retrocessos devido a múltiplas crises interrelacionadas – financeiras, econômicas e preços voláteis de energia e alimentos. Insegurança alimentar, mudança climática e perda biodiversidade afetaram negativamente os ganhos de desenvolvimento. Novas evidências científicas demonstram a gravidade das ameaças que enfrentamos. Desafios novos e emergentes incluem a contínua intensificação de problemas anteriores, requerendo assim respostas mais urgentes. Preocupa-nos profundamente que cerca de 1,4 bilhão de pessoas ainda vive em extrema pobreza e um sexto da população do mundo esteja mal nutrida, com pandemias e epidemias continuando como ameaças onipresentes. O desenvolvimento não sustentável aumentou a pressão sobre os recursos naturais limitados da Terra e sobre a capacidade de carga dos ecossistemas. Nosso planeta suporta sete bilhões de pessoas, com expectativa de alcançar nove bilhões até 2050.

12. Nós notamos que o compromisso nacional com o desenvolvimento se aprofundou. Muitos Governos atualmente incorporam questões ambientais e sociais em suas políticas econômicas, e fortaleceram seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e a implementação da Agenda 21 e de acordos relacionados através de políticas e planos nacionais, legislação e instituições nacionais, e a ratificação e implementação de acordos ambientais internacionais.

13. Não obstante, observamos que, apesar dos esforços por Governos e agentes não estatais em todos os países, o desenvolvimento sustentável continua sendo uma meta distante e ainda restam grandes barreiras e lacunas sistêmicas na implementação de compromissos aceitos internacionalmente.

14. Nós resolvemos redobrar nossos esforços para erradicar a pobreza e a fome e assegurar que as atividades humanas respeitem os ecossistemas e os sistemas de suporte à vida da Terra. Precisamos tornar o desenvolvimento sustentável a norma geral em todos os aspectos de nossas vidas. Nós reconhecemos a responsabilidade particularmente importante de nutrir padrões de desenvolvimento sustentável e de consumo e produção sustentáveis.

15. Nós reconhecemos os desafios particularmente difíceis encarados por países menos desenvolvidos, países em desenvolvimento sem saída para o mar, Pequenos Estados Insulares em desenvolvimento, países de renda média e países africanos.

16. Nós reconhecemos a diversidade do mundo e reconhecemos que todas as culturas e civilizações contribuem para o enriquecimento da humanidade e a proteção do sistema de suporte à vida da Terra. Enfatizamos a importância de cultura para o desenvolvimento sustentável. Pedimos uma abordagem holística para o desenvolvimento sustentável que guiará a humanidade para viver em harmonia com a Natureza.

[C. Engajamento dos *Major Groups*]

17. Nós reiteramos que um pré-requisito fundamental para a implementação do desenvolvimento sustentável é uma ampla participação pública na tomada de decisões. O desenvolvimento sustentável requer que *Major Groups* – mulheres, crianças e jovens, povos indígenas, organizações não governamentais, autoridades locais, trabalhadores e sindicatos, comércio e indústria, a comunidade científica e tecnológica, e agricultores – desempenhem um papel significativo em todos os níveis. É importante permitir que todos os membros da sociedade civil participem ativamente no desenvolvimento sustentável incorporando seus conhecimentos específicos e *know-how* prático na elaboração de políticas nacionais e locais. Nesse sentido, também reconhecemos o papel de parlamentos nacionais em dar prosseguimento ao desenvolvimento sustentável.

18. Nós reconhecemos que uma melhor participação da sociedade civil depende do fortalecimento do direito ao acesso à informação e da capacidade da sociedade civil exercer esse direito. A tecnologia está facilitando aos Governos partilhar informações com o público e ao público cobrar atitudes dos tomadores de decisões. Nesse sentido, é essencial trabalhar para obter acesso universal a informações e tecnologias de comunicações.

19. Nós reconhecemos o importante papel do setor privado para se obter um desenvolvimento sustentável. Encorajamos intensamente que comércio e indústria demonstrem liderança no avanço da economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza.

20. Nós também reconhecemos o papel essencial de governos locais e a necessidade de integrá-los plenamente em todos os níveis de tomada de decisões sobre o desenvolvimento sustentável.

21. Nós reconhecemos a importância da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos de Povos Indígenas na implementação global, regional e nacional de estratégias de desenvolvimento sustentável. Também reconhecemos a necessidade de refletir as perspectivas de crianças e jovens de questões que estamos abordando exercerá um profundo impacto sobre os jovens de hoje e sobre as gerações vindouras.

[D. Quadro de ação]

22. Nós nos comprometemos a melhorar a governança e a capacidade em todos os níveis – global, regional, nacional e local – para promover uma tomada de decisões integradas, para preencher a lacuna na implementação e promover a coerência em diversas instituições.

23. Nós nos comprometemos a revigorar a parceria global para o desenvolvimento sustentável. Nós reconhecemos que os Estados precisam trabalhar cooperativamente e se juntar com todos os *stakeholders* para abordar os desafios comuns ao desenvolvimento sustentável que enfrentamos.

24. Nós pedimos que uma estrutura política global que exija que todas as empresas privadas listadas e de grande porte levem em consideração questões de sustentabilidade e integrem informações de sustentabilidade no ciclo de relatórios.

III. Economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza

A. Estabelecimento do contexto da economia verde e dos desafios e oportunidades

25. Nós estamos convencidos que a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza deve contribuir para se alcançar metas-chave – em particular as prioridades de erradicação da pobreza, segurança alimentar, um sólido gerenciamento de recursos hídricos, acesso universal a serviços de energia moderna, cidades sustentáveis, gerenciamento de oceanos e melhorando a resistência e a preparação para desastres, assim como a saúde pública, desenvolvimento de recursos humanos e crescimento sustentado, inclusivo e igualitário que gera empregos, incluindo para jovens. Ele deve se basear nos princípios da Rio-92, em particular o princípio de responsabilidades comuns, mas diferenciadas, e deve ser centrado nas pessoas e inclusivo, oferecendo oportunidades e benefícios para todos os cidadãos e todos os países.

26. Nós vemos a economia verde como um meio para obter o desenvolvimento sustentável, que precisa continuar sendo nossa meta geral. Nós reconhecemos que a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza deve proteger e melhorar a base de recursos naturais, ampliar a eficiência dos recursos, promover padrões de consumo e produção sustentáveis, e guiar o mundo na direção do desenvolvimento com baixo consumo de carbono.

27. Nós reiteramos que a economia verde não tem a intenção de ser um conjunto de regras rígidas, mas sim de ser uma estrutura de tomada de decisões para fomentar a consideração integrada dos três pilares de desenvolvimento sustentável em todos os domínios relevantes de tomada de decisões pública e privada.

28. Nós reconhecemos que cada país, respeitando as realidades específicas de desenvolvimento econômico, social e ambiental assim como condições e prioridades particulares, fará as escolhas apropriadas.

29. Nós estamos convencidos que as políticas e medidas de economia verde podem oferecer oportunidades benéficas a todos para melhorar a integração entre o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade ambiental para todos os países, independente da estrutura de sua economia e seu nível de desenvolvimento.

30. Nós reconhecemos, entretanto, que países em desenvolvimento estão enfrentando grandes desafios para erradicar a pobreza e sustentar o crescimento, e a transição para a economia verde irá requerer ajustes estruturais que podem envolver custos adicionais para suas economias. Nesse sentido, é necessário o suporte da comunidade internacional.

31. Nós notamos que a transformação para a economia verde deve ser uma oportunidade para todos os países e uma ameaça para nenhum. Portanto, nós resolvemos que os esforços internacionais para ajudar os países a estabelecerem uma economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza não podem:

- a) criar novas barreiras comerciais;
- b) impor novas condições para assistências e financiamentos;
- c) ampliar diferenças tecnológicas ou exacerbar a dependência tecnológica de países em desenvolvimento perante países desenvolvidos;

- d) restringir o espaço político para que países busquem seus próprios caminhos para o desenvolvimento sustentável.

B. Kits de ferramentas e compartilhamento de experiências

32. Nós reconhecemos que há países ainda nos estágios iniciais de estabelecimento de economias verdes e que podem aprender uns com os outros. Nós notamos as experiências positivas no desenvolvimento de uma economia verde em alguns países, incluindo países em desenvolvimento. Nós reconhecemos que será necessária uma mistura de políticas e medidas adaptadas para necessidades e preferências de cada país. As opções políticas incluem, entre outras, instrumentos regulatórios, econômicos e fiscais, investimento em infraestrutura verde, incentivos financeiros, reforma de subsídios, contratações públicas sustentáveis, divulgação de informações, e parcerias voluntárias.

33. Nós apoiamos a criação de uma plataforma internacional de compartilhamento de conhecimento para facilitar a elaboração e a implementação da economia verde pelos países, incluindo:

- a) um menu de opções políticas;
- b) um instrumental de boas práticas na aplicação de políticas de economia verde nos níveis regionais, nacionais e locais;
- c) um conjunto de indicadores para medir o progresso;
- d) um diretório de tecnologia, financiamento e serviços técnicos que possa auxiliar países em desenvolvimento.

34. Nós requisitamos que o Secretário-Geral da ONU, em consulta com organizações internacionais, entidades relevantes do sistema da ONU e outros, estabeleça essa plataforma.

35. Nós urgimos que os Estados-Membros realizem apresentações nacionais sobre suas experiências dentro da apropriada estrutura institucional conforme descrito no Item IV abaixo.

36. Nós também urgimos a todos os *Major Groups*, em particular negócios e indústrias, compartilhem suas experiências nesse sentido.

C. Estrutura de ação

37. Nós reconhecemos o valor de ter à disposição um conjunto de estratégias diferenciadas, adaptadas para as necessidades de diferentes países e diferentes setores.

38. Nós encorajamos todos os Estados a desenvolverem suas próprias estratégias de economia verde através de um processo transparente de consulta a vários *stakeholders*.

39. Nós encorajamos a ONU, em cooperação com outras organizações internacionais relevantes, a dar apoio a países em desenvolvimento, quando requisitado por estes, no desenvolvimento de estratégias de economia verde.

40. Nós encorajamos intensamente que negócios e indústrias – organizados segundo setores industriais, cooperando em vários países e mediante consulta aos governos, trabalhadores, sindicatos e outros *stakeholders* – a desenvolverem mapas de economia

verde para seus respectivos setores, com metas e marcos concretos de progresso, incluindo para a criação de vagas de trabalho.

41. Nós reconhecemos e encorajamos compromissos e ações nacionais voluntários por parte de agentes estatais, assim como *stakeholders* em obter uma economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza, incluindo através da criação de parcerias inovadoras.

42. Nós temos consciência que, para realizar um progresso significativo na direção da criação de economias verdes serão necessários novos investimentos, formação de novas habilidades, desenvolvimento, transferência e acesso a tecnologias, e fomentação de capacidade em todos os países. Nós reconhecemos em particular que precisamos oferecer apoio a países em desenvolvimento nesse sentido e concordamos em:

- a) Oferecer fontes de financiamento novas, adicionais e ampliadas para países em desenvolvimento;
- b) Lançar um processo internacional para promover o papel de instrumentos de financiamento inovadores para a criação de economias verdes;
- c) Eliminar gradualmente subsídios que exerçam efeitos consideravelmente negativos sobre o meio ambiente e sejam incompatíveis com o desenvolvimento sustentável, complementado com medidas para proteger grupos pobres e vulneráveis;
- d) Facilitar a pesquisa colaborativa internacional de tecnologias verdes envolvendo países em desenvolvimento, assegurando que as tecnologias desenvolvidas desse modo continuem sendo de domínio público e estejam disponíveis para países em desenvolvimento a preços acessíveis;
- e) Encorajar a criação de Centros de Excelência como pontos nodais para P&D de tecnologia verde;
- f) Apoiar cientistas e engenheiros e instituições científicas e de engenharia de países em desenvolvimento para fomentar seus esforços no desenvolvimento de tecnologias verdes locais e usar o conhecimento tradicional;
- g) Estabelecer um esquema de desenvolvimento de capacidade para oferecer aconselhamentos específicos para cada país e, quando apropriado, aconselhamentos específicos para cada região e setor para todos os países interessados e auxiliá-los a acessar fundos disponíveis.

43. Nós reconhecemos a importância de medição do progresso global. Nesse sentido, nós seremos guiados por um guia que contém as seguintes metas indicativas e cronograma:

- a) 2012~2015: estabelecimento de indicadores e medidas para avaliar a implementação; estabelecimento de mecanismos para a transferência de tecnologia, compartilhamento de *know-how*, e melhoria de capacidades;
- b) 2015~2030: implementação e avaliação periódica de progresso;
- c) 2030: avaliação abrangente de progresso.

Nós requisitamos que o Secretário-Geral, em estreita cooperação com o Sistema da ONU, apresente um relatório para a Assembleia Geral em sua 67ª sessão, detalhando os passos seguintes nesse sentido.

IV. Estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável

A. Fortalecimento/reforma/integração dos três pilares

44. Nós reconhecemos que uma forte governança em níveis locais, nacionais, regionais e global é crucial para dar prosseguimento ao desenvolvimento sustentável. O fortalecimento e reforma da estrutura institucional deve, entre outras coisas:

- a) Integrar os três pilares de desenvolvimento sustentável e promover a implementação de Agenda 21 e resultados relacionados, de modo consistente com os princípios de universalidade, democracia, transparência, custos acessíveis e responsabilidade, mantendo em mente os princípios do Rio, em particular as responsabilidades comuns, mas diferenciadas.
- b) Oferecer uma orientação política coesiva e centrada nos governos para o desenvolvimento sustentável e identificar ações específicas de modo a cumprir a agenda de desenvolvimento sustentável através da promoção de uma tomada de decisões integrada em todos os níveis.
- c) Monitorar o progresso na implementação da Agenda 21 e resultados e acordos relevantes, em níveis locais, nacionais, regionais e global.
- d) Reforçar a coerência entre as agências, fundos e programas do Sistema da ONU, incluindo Instituições Financeiras e Comerciais Internacionais.

B. Proposta AG, ECOSOC, CDS, SDC

[Assembleia Geral]

45. Nós reafirmamos o papel central da Assembleia Geral como o órgão mais elevado de políticas da ONU e pedimos que ela continue integrando o desenvolvimento sustentável como um elemento-chave nas atividades da ONU.

[Conselho Econômico e Social]

46. Nós reafirmamos que o Conselho Econômico e Social é o mecanismo central para a coordenação do sistema da ONU e suas agências especializadas e a supervisão de seus organismos subsidiários, em particular suas comissões funcionais.

47. Nós também reafirmamos que o ECOSOC é um fórum central para deliberações intergovernamentais sobre questões econômicas e sociais, e oferece orientação e coordenação para as atividades operacionais do sistema da ONU para o desenvolvimento no campo.

48. Nós concordamos em promover o papel do ECOSOC na integração dos três pilares de desenvolvimento sustentável inclusive fazendo melhor uso do segmento de coordenação de ECOSOC para monitorar a implementação de acordos sobre o desenvolvimento sustentável e, de modo similar, fazendo uso das atividades operacionais e segmentos humanitários do ECOSOC para promover a institucionalização do desenvolvimento sustentável em programas de Agências e Programas da ONU.

[Comissão sobre o Desenvolvimento Sustentável]

49. Nós reafirmamos o papel da Comissão sobre o Desenvolvimento Sustentável como a comissão de alto nível sobre o desenvolvimento sustentável no Sistema da ONU. Concordamos em levar em consideração opções para melhorar os métodos de trabalho, a agenda e o programa de trabalho da Comissão para melhor facilitar, promover e coordenar a implementação do desenvolvimento sustentável, incluindo medidas para assegurar um engajamento mais focado, equilibrado e responsivo com um conjunto mais limitado de questões, e uma implementação melhor de suas decisões. Também concordamos em levar em consideração meios para melhorar a função de revisão da Comissão, incluindo um processo de revisão voluntário.

OU

[Conselho de Desenvolvimento Sustentável]

49 (1ª alt). Nós resolvemos transformar o CSD em um Conselho de Desenvolvimento Sustentável que servirá como organismo competente de alto nível para a consideração de assuntos relativos à integração das três dimensões de desenvolvimento sustentável

49 (2ª alt). O trabalho do Conselho deve se basear em documentos fundamentais sobre o desenvolvimento sustentável como a Agenda 21, os princípios do Rio e resultados relacionados. O Conselho deve, entre outras coisas, realizar plenamente as funções e obrigações da Comissão para o Desenvolvimento Sustentável. Deve ser guiado pela necessidade de promover a integração dos três pilares de desenvolvimento sustentável, promover sua implementação efetiva em todos os níveis e promover coerência institucional efetiva. Deve ajudar a ampliar o envolvimento de todos os *stakeholders*, em particular *Major Groups*, no acompanhamento dos resultados da Rio+20.

49 (3ª alt). Nós requisitamos que o Presidente das Assembleia Geral conduza negociações abertas, transparentes e inclusivas, com o objetivo de estabelecer a autoridade, as modalidades, as funções, o tamanho, a composição, a afiliação, os métodos e procedimentos de trabalho do Conselho e relatar o resultado antes do final da 67ª Sessão da Assembleia Geral.

C. PNUMA, agência especializada em propostas ambientais, IFIs, Atividades operacionais da ONU em nível nacional

50. Nós reafirmamos a necessidade de fortalecer governança internacional ambiental no contexto da estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável, de modo a promover uma integração balanceada dos pilares econômico, social e ambiental de desenvolvimento sustentável, e com esse objetivo:

51. Nós concordamos em fortalecer a capacidade da PNUMA em cumprir sua autoridade por estabelecer a afiliação universal em seu Conselho Dirigente e pedimos um aumento significativo de sua base financeira para aprofundar a coordenação política e melhorar os meios de implementação.

OU

51 (alt). Nós resolvemos estabelecer uma Agência da ONU especializada para o meio ambiente com afiliação universal de seu Conselho Dirigente, baseado no PNUMA, com autoridade revisada e fortalecida, suportada por contribuições financeiras estáveis,

adequadas e previsíveis e operando em pé de igualdade com outras agências especializadas da ONU. Esta agência, com sede em Nairóbi, deve agir em estreita cooperação com outras agências especializadas.

52. Nós reiteramos a necessidade de uma revisão regular das condições do planeta e da capacidade da Terra e requisitamos que o Secretário-Geral coordene a preparação dessa revisão em consulta com organizações internacionais relevantes e o sistema da ONU.

53. Nós pedimos que a base científica para tomada de decisões seja fortalecida em todo o sistema da ONU e reconhecemos que a interface entre a ciência e o estabelecimento de políticas deve ser melhorada.

54. Nós reconhecemos que o desenvolvimento sustentável precisa ser levado em devida consideração pelas Instituições Financeiras Internacionais, principalmente o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, os bancos de desenvolvimento regional, UNCTAD e a Organização Mundial de Comércio ao regular o comércio global. Nesse sentido, requisitamos que as Instituições Financeiras Internacionais revejam suas estratégias programáticas para assegurar a provisão do melhor suporte possível para países em desenvolvimento para a implementação do desenvolvimento sustentável.

55. Nós reconhecemos que a coordenação e a cooperação entre as MEAs são necessárias para, entre outras, lidar com a fragmentação política e evitar sobreposição e duplicação. Nós agradecemos o trabalho já realizado para melhorar sinergias entre as três convenções no pólo de produtos químicos e dejetos. Nós pedimos por medidas adicionais para melhorar a coordenação e a cooperação entre as MEAs em outros pólos.

56. Nós enfatizamos a necessidade de fortalecer atividades operacionais para o desenvolvimento sustentável, principalmente a entrega do sistema da ONU no campo.

57. Nós concordamos em considerar continuamente o estabelecimento de uma Ombudsperson, ou Alto Comissário para Futuras Gerações, para promover o desenvolvimento sustentável.

58. Nós concordamos em tomar medidas para dar efeito contínuo para o Princípio 10 do Rio no nível global, regional e nacional, conforme apropriado.

D. Regional, nacional, local

59. Nós reafirmamos que as estratégias gerais do desenvolvimento sustentável incorporadas nos planos de desenvolvimento nacional são instrumentos-chave para a implementação dos compromissos de desenvolvimento sustentável nos níveis regional, nacional e sub-nacional.

60. Nós pedimos o fortalecimento dos mecanismos regional e sub-regional existentes, incluindo as comissões regionais, para a promoção do desenvolvimento sustentável através da fomentação de capacidade, permuta de informações e experiências e oferecendo perícia.

61. Nós reiteramos a necessidade de um planejamento e uma tomada de decisões mais coerentes e integradas no nível nacional. Portanto, nós convocamos os países a estabelecerem e fortalecerem, conforme apropriado, conselhos nacionais de desenvolvimento sustentável para permitir que estes coordenem, consolidem e assegurem a institucionalização de questões abrangentes nos organismos superiores de tomada de decisões, com a integração e plena participação de todos os *stakeholders*.

62. Nós reconhecemos a necessidade de integrar a política de desenvolvimento urbano sustentável como componente fundamental de uma política nacional de desenvolvimento sustentável e, nesse sentido, dar poder às autoridades locais para trabalhar mais estreitamente com governos nacionais. Nós reconhecemos que parcerias entre cidades emergiram como protagonistas em ações relativas ao desenvolvimento sustentável. Nós nos comprometemos com dar suporte à cooperação internacional entre autoridades locais, incluindo através da assistência de organizações internacionais.

V. Estrutura de ação e acompanhamento

A. Questões e áreas prioritárias/temáticas/multissetoriais

63. Nós reconhecemos que o progresso na implementação requer atenção para uma série de áreas prioritárias setoriais e multissetoriais, assim como para a ligação entre diferentes setores. Também reconhecemos que a avaliação do progresso nessas áreas pode beneficiar a definição de metas, objetivos e indicadores aspiracionais, conforme apropriado. Portanto, nos comprometemos com as seguintes ações:

[Segurança alimentar]

64. Nós reafirmamos o direito à alimentação e convocamos todos os Estados a darem prioridade à intensificação sustentável da produção de alimentos através da ampliação do investimento na produção local de alimentos, da melhoria do acesso a mercados locais e globais de agro-alimentos, e a redução do nível de dejetos em toda a cadeia de abastecimento, com atenção especial para mulheres, pequenos agricultores, jovens, e agricultores nativos. Estamos comprometidos em assegurar uma nutrição apropriada para nossos povos.

65. Nós pedimos por sistemas de tratamento mais transparentes e abertos e, quando apropriado, práticas que contribuam para a estabilidade dos preços de alimentos e mercados nacionais; acesso a terra, água e outros recursos; e deem suporte a programas de proteção social.

66. Nós adicionalmente apoiamos iniciativas em todos os níveis que melhorem o acesso a informações, melhorem as interações entre agricultores e peritos através de serviços de educação e extensão, e ampliem o uso de tecnologias apropriadas para a agricultura sustentável.

[Água]

67. Nós reiteramos a importância do direito à água potável segura e limpa e saneamento como um direito humano que é essencial para se ter uma vida plena e para que se cumpram todos os direitos humanos. Além disso, reiteramos a crucial importância dos recursos hídricos para o desenvolvimento sustentável, incluindo a erradicação da pobreza e da fome, a saúde pública, a segurança alimentar, a energia hidrelétrica, a agricultura e o desenvolvimento rural.

68. Nós reconhecemos a necessidade de estabelecer metas para o gerenciamento de dejetos de recursos hídricos, incluindo a redução da poluição da água por fontes domésticas, industriais e agrícolas e a promoção da eficiência hídrica, águas de esgoto, tratamento e o uso de águas de esgoto como um recurso, em particular para a expansão de áreas urbanas.

69. Nós renovamos nosso compromisso firmado no Plano de Implementação de Joanesburgo (JPOI) com relação ao desenvolvimento e à implementação de gerenciamento integrado de recursos hídricos e planos de eficiência hídrica. Reafirmamos nosso compromisso com o a Década Internacional 2005-2015 para Ação “Água para Vida”. Encorajamos as iniciativas de cooperação para gerenciamento de recursos hídricos em particular através do desenvolvimento de capacidade, da permuta de experiências, das melhores práticas e lições aprendidas, assim como o compartilhamento de sólidas tecnologias e *know-how* ambientalmente apropriados.

[Energia]

70. Nós propomos dar prosseguimento à iniciativa de Energia Sustentável Para Todos, lançada pelo Secretário-Geral, com as metas de oferecer acesso universal a um nível básico mínimo de serviços de energia moderna tanto para uso de consumo como de produção até 2030; melhorando a eficiência de energia em todos os níveis com o objetivo de dobrar a velocidade de melhoria até 2030; e dobrar a participação da energia renovável na matriz energética global até 2030 através da promoção do desenvolvimento e uso de fontes e tecnologias de energia renovável em todos os países. Pedimos que sejam provisionados recursos financeiros adequados, de qualidade satisfatória e entregue em tempo hábil, para países em desenvolvimento para oferecer uso eficiente e mais amplo de fontes de energia.

71. Nós concordamos que cada país deve se esforçar para obter um desenvolvimento com baixo consumo de carbono. Encorajamos um uso mais amplo de ferramentas de planejamento de energia para oferecer uma estrutura robusta para doadores e parceiros para coordenar seus esforços de cooperação para o desenvolvimento.

[Cidades]

72. Nós nos comprometemos em promover uma abordagem integrada e holística para o planejamento e a construção de cidades sustentáveis através do suporte às autoridades locais, redes de transporte e comunicação eficientes, edifícios mais verdes e um sistema de serviço de entrega e assentamentos humanos eficientes, qualidade de ar e água melhorada, redução de dejetos, uma melhor preparação e resposta para desastres e ampliação da resistência climática.

[Trabalhos verdes-inclusão social]

73. Nós reconhecemos que o desenvolvimento da capacidade humana é essencial para se obter um crescimento econômico de base ampla, a construção de comunidades fortes e sustentáveis, a promoção do bem-estar social, e melhorar o meio ambiente. Os trabalhadores precisam ter as habilidades e proteções necessárias para participar e se beneficiar da transição para uma economia verde, que possui um grande potencial para criar trabalhos decentes, em particular para os jovens, e erradicar a pobreza.

74. Nós também reconhecemos que oportunidades significativas de criação de empregos podem ser ajudadas através de investimentos em obras públicas para a restauração e melhoria do capital natural, práticas e gerenciamento sustentáveis do solo e de recursos hídricos, agricultura familiar, agricultura ecológica, sistemas de produção orgânica, gerenciamento florestal sustentável, uso racional de biodiversidade com propósitos econômicos e novos mercados ligados a fontes de energia renovável e não convencional. Encorajamos negócios e indústrias a contribuírem para a criação de empregos verdes em toda sua cadeia de abastecimentos global, incluindo o suporte para pequenas e médias empresas.

75. Nós reconhecemos e admitimos que o bem-estar social e o crescimento são também erigidos sobre uma infraestrutura robusta e de alta qualidade que crie empregos e riqueza, acrescente valor em longo prazo e possibilite uma inclusão ampla. Nesse sentido, nos comprometemos com um aumento no investimento em infraestrutura que promova o desenvolvimento sustentável.

76. No entendimento que a criação de economias verdes dependerá crucialmente na criação de trabalhos verdes, concordamos em tomar as seguintes medidas:

- a) melhorar o conhecimento sobre tendência e desenvolvimentos em trabalhos verdes e integrar dados relevantes em estatísticas econômicas nacionais;
- b) lidar com a falta de capacitação através do mapeamento de habilidades e da promoção de programas de treinamento em trabalhos verdes;
- c) estabelecer um ambiente favorável à robusta criação de trabalhos decentes por empresas privadas investindo na economia verde, incluídas as pequenas e médias empresas.

77. Nós reiteramos a necessidade de oferecer proteção social para todos os membros da sociedade, incluindo os que não estão empregados na economia formal. Nesse sentido, encorajamos intensamente iniciativas nacionais e locais com o objetivo de oferecer um piso de proteção social para todos os cidadãos.

[Oceanos e Mares, SIDS]

78. Nós reconhecemos que os oceanos são cruciais para sustentar o sistema de suporte à vida da Terra. A exploração descuidada dos oceanos e de seus recursos põe em risco a capacidade de oceanos continuarem a oferecer alimentos, outros benefícios econômicos e serviços ambientais para humanidade. Reiteramos a importância da conservação, o gerenciamento sustentável e o compartilhamento igualitário de recursos marinhos. Também reconhecemos a significativa contribuição econômica, social e ambiental de recifes de coral para estados insulares e litorâneos, e apoiamos a cooperação baseada na Iniciativa do Triângulo de Coral (CTI), e a Iniciativa Internacional de Recifes de Coral (ICRI).

79. Nós endossamos o Processo Regular para o Levantamento Global de Espécies Marinhas como processo confiável e robusto, e apoiamos a conclusão de seu primeiro levantamento global integrado da condição do meio ambiente marinho até 2014. Pedimos que sejam levados em consideração os achados do levantamento na formulação da política nacional, regional e global para os oceanos.

80. Nós notamos o estabelecimento pela Assembleia Geral de ONU de um Grupo de Trabalho Aberto Ad Hoc para estudar questões relativas à conservação e uso sustentável da diversidade biológica marinha além das áreas de jurisdição nacional, e concordamos em iniciar, assim que possível, a negociação de um acordo de implementação para UNCLOS que abordaria a conservação e o uso sustentável da biodiversidade marinha em áreas além da jurisdição nacional.

81. Nós convocamos os países a avançarem na implementação do Programa de Ação Global para a proteção do meio ambiente marinho de Atividades Terrestres, incluindo criação contínua de capacidade e a mobilização de recursos para investimento em tratamento de dejetos humanos e água de esgoto e a desenvolverem um plano de ação global para combater a poluição marinha.

82. Nós também propomos implementar uma rede internacional de observação da acidificação oceânica e trabalhar coletivamente para prevenir a intensificação da acidificação oceânica.

83. Nós notamos que apesar do acordo para restaurar os cardumes globais de peixes até níveis sustentáveis até 2015, muitos cardumes continuam a serem esgotados de modo não sustentável. Convocamos os Estados a reiterarem seu compromisso com manter ou restaurar os cardumes de peixes esgotados até níveis sustentáveis e a comprometerem-se ainda com a implementação de planos científicos de gerenciamento para restaurar os cardumes até 2015.

84. Nós urgimos os países a combaterem a pesca ilegal, não relatada e não regulamentada (“IUU”) por meio da adoção e implementação de ferramentas efetivas, de acordo com a lei internacional. Notamos o acordo sobre medidas de condição de portos para prevenir, deter e eliminar a pesca ilegal, não relatada e não regulamentada aprovado pela FAO em 2009 e urgimos os Estados que ainda não assinaram o acordo que o façam.

85. Nós reafirmamos que Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) continuam sendo um caso especial para o desenvolvimento sustentável em vista de suas vulnerabilidades únicas e especiais. A vulnerabilidade dos SIDS aumentou nas últimas décadas, principalmente devido à maior exposição a choques externos, incluindo o aumento de impactos negativos da mudança climática e desastres naturais mais frequentes e intensos assim como as crises energética, alimentar e financeira, combinada com um suporte internacional inadequado.

86. Nós pedimos a ampliação dos esforços para auxiliar os SIDS na implementação do BPOA e do MSI e na obtenção do desenvolvimento sustentável, incluindo a melhoria e o fortalecimento das entidades relevantes no Sistema da ONU que deem suporte ao desenvolvimento sustentável dos SIDS. Também pedimos que seja realizada a Terceira Conferência Internacional para o Desenvolvimento Sustentável de Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento em 2014.

[Desastres naturais]

87. Nós reiteramos que o pedido pela redução de riscos de desastres deve continuar a ser abordado no contexto do desenvolvimento sustentável e colocado na agenda de desenvolvimento pós-2015. Pedimos pela ampliação da coordenação entre os níveis nacionais, regionais e internacional para uma resposta robusta para emergências ambiental e melhores sistemas de previsão e alerta, assim como uma coordenação mais estreita entre a resposta a emergências, a recuperação inicial dos esforços de desenvolvimento incluindo a adoção da “Estrutura [pós-]Hyogo” e sua integração na política de desenvolvimento.

[Mudança climática]

88. Nós reafirmamos que a mudança climática é um dos maiores desafios de nossa época, e expressamos nossa profunda preocupação que países em desenvolvimento estejam particularmente vulneráveis e estejam experimentando uma ampliação dos impactos negativos da mudança climática, o que está prejudicando gravemente a segurança alimentar e os esforços para erradicar a pobreza, e também ameaça a integridade territorial, a viabilidade e a própria existência de pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento. Damos boas-vindas ao resultado da COP17 em Durban e aguardamos ansiosamente a implementação urgente de todos os acordos firmados.

89. Nós encorajamos as iniciativas e parcerias internacionais para abordar a inter-relação entre água, energia, alimentos e mudança climática, de modo a obter sinergias assim como minimizar conflitos entre objetivos políticos, com particular sensibilidade aos impactos sobre populações vulneráveis.

[Florestas e biodiversidade]

90. Nós apoiamos estruturas políticas e instrumentos de mercado que reduzam, detenham e revertam o desmatamento e a degradação florestal de modo efetivo e promover o uso e o gerenciamento sustentável de florestas, assim como sua conservação e restauração. Pedimos a implementação urgente do “Instrumento Não Vinculante sobre Todos os Tipos de Florestas (NLBI)”.

91. Nós consideramos bem-vindos o Protocolo de Nagoya adotado na 10ª Reunião da Conferência das Partes da Convenção sobre Biodiversidade. Apoiamos a institucionalização de serviços de biodiversidade e ecossistema em processos políticos e de tomada de decisões nos níveis regionais, nacionais e internacional, e encorajamos investimentos no capital natural através de incentivos e políticas apropriados, que apoiem um uso sustentável e igualitário da diversidade biológica e dos ecossistemas.

[Degradação do solo e desertificação]

92. Nós reconhecemos a importância econômica e social do solo, em particular sua contribuição para o crescimento, a segurança alimentar, e a erradicação da pobreza, e notamos que a intensidade da desertificação da maior parte do solo arável da África é um sério desafio ao desenvolvimento sustentável na região. Pedimos por um melhor apoio por parte da comunidade internacional para a implementação da Convenção para Combater a Desertificação da ONU (UNCCD).

93. Nós concordamos em dar suporte a parcerias e iniciativas para a proteção de recursos do solo como a Parceria Global sobre Solos (GSP). Também encorajamos estudos científicos e iniciativas com o objetivo de aumentar a conscientização sobre os benefícios econômicos de políticas de gerenciamento sustentável do solo que obtenham solo e terras saudáveis e produtivas.

[Montanhas]

94. Nós reconhecemos que montanhas são altamente vulneráveis a mudanças globais tal como a mudança climática, e são frequentemente o lar de comunidades incluindo de povos indígenas, que desenvolveram usos sustentáveis de seus recursos, mas são frequentemente marginalizados, às vezes com altas taxas de pobreza, exposição a riscos naturais e insegurança alimentar. Reconhecemos os benefícios obtidos das montanhas e seus ecossistemas associados. Também reconhecemos a necessidade de explorar mecanismos globais, regionais, nacionais e locais para compensar e recompensar comunidades montanhosas pelos serviços que oferecem através da proteção ao ecossistema.

[Produtos químicos e dejetos]

95. Nós pedimos pelo fortalecimento da Abordagem Estratégica para o Gerenciamento Internacional de Produtos Químicos (SAICM), pela ampliação dos esforços na direção de um regime internacional mais robusto, coerente, efetivo e eficiente para produtos químicos ao longo de todo seu ciclo de vida. Um financiamento de longo prazo sustentável e

adequado será importante para auxiliar países em desenvolvimento com um sólido gerenciamento de dejetos e produtos químicos através de uma abordagem integrada.

96. Nós elogiamos a ampliação da coordenação e da cooperação entre a Convenção de Basel, a Convenção de Roterdã e a Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes, e pedimos por parcerias público-privadas com o objetivo de melhorar a capacidade e a tecnologia para um gerenciamento ambientalmente válido de dejetos. Também notamos com preocupação os emergentes desafios de lixo eletrônico e plástico no meio ambiente marinho, que deve ser abordado, entre outras maneiras, através de programas apropriados e tecnologias ambientalmente válidas para recuperação de material e energia.

[Consumo e produção sustentáveis]

97. Nós concordamos em estabelecer uma Estrutura de Programas de 10 Anos para o consumo e produção sustentáveis (SCP) como parte de um pacto global sobre o consumo e produção sustentáveis, baseado no texto elaborado nas negociações na Comissão da ONU sobre o Desenvolvimento Sustentável em sua 19ª sessão.

[Educação]

98. Nós reconhecemos que o acesso de todos à educação de qualidade é uma condição essencial para o desenvolvimento sustentável e a inclusão social. Nos comprometemos com o fortalecimento da contribuição de nossos sistemas de educação na busca do desenvolvimento sustentável, inclusive através de um melhor treinamento e desenvolvimento curricular dos educadores.

99. Nós convocamos as universidades a se tornarem modelos das melhores práticas e transformação ao dar um exemplo de sustentabilidade de suas instalações em seus campi e ensinando desenvolvimento sustentável como um módulo em todos os cursos. Desse modo, práticas sustentáveis se tornarão uma parte integrante do aprendizado e da ação.

100. Nós encorajamos atividades de intercâmbio internacional de educação para o desenvolvimento sustentável, incluindo a criação de bolsas de estudo e de pesquisa para estudos internacionais em disciplinas campos e interdisciplinares pertinentes à promoção do desenvolvimento sustentável.

101. Nós concordamos em promover a educação para o desenvolvimento sustentável para além da Década de Educação da ONU para o Desenvolvimento Sustentável em 2014, para educar uma nova geração de estudantes nos valores, disciplinas-chave e abordagens holísticas e multidisciplinares essenciais para a promoção do desenvolvimento sustentável.

[Igualdade dos sexos]

102. Nós reconhecemos que o desenvolvimento sustentável está ligado e também depende das contribuições econômicas das mulheres, tanto formais como informais. Notamos com preocupação que desigualdades sociais e econômicas persistentes continuam a afetar mulheres e crianças, que compõem a maioria das pessoas que vivem em condições de pobreza.

103. Nós pedimos que sejam removidas as barreiras que têm evitado que as mulheres se tornem participantes plenos na economia e liberando seu potencial como motivadoras do desenvolvimento sustentável, e concordamos em dar prioridade às medidas de promoção da

igualdade dos sexos em todas as esferas de nossas sociedades, incluindo educação, empregos, propriedade de recursos, acesso à justiça, representação política, tomada de decisões institucional, assistência médica e gerenciamento de lares e comunidades.

104. Nós apoiamos o trabalho da ONU Mulheres para obter a igualdade dos sexos e para dar poder às mulheres em todos os aspectos da vida, trazendo uma maior atenção às ligações entre igualdade dos sexos e a promoção do desenvolvimento sustentável.

B. Aceleração e medição do progresso

105. Nós reconhecemos que metas, objetivos e marcos são essenciais para a medição e aceleração do progresso na direção do desenvolvimento sustentável e concordamos em lançar um processo inclusivo para elaborar até 2015:

- a) um conjunto de Objetivos Globais de Desenvolvimento Sustentável que reflitam um tratamento integrado e balanceado das três dimensões do desenvolvimento sustentável, sejam consistentes com os princípios da Agenda 21, e sejam universais e aplicáveis a todos os países, mas dando espaço para abordagens diferenciadas entre países;
- b) um mecanismo para acompanhamento e relatório periódicos sobre o progresso realizado na direção de sua implementação.

106. Nós convidamos todos os *stakeholders* a se juntarem a esse processo e requisitamos que o Secretário-Geral da ONU coordene esse processo.

107. Nós propomos que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável possam incluir os padrões de consumo e produção sustentáveis assim como áreas prioritárias como os oceanos; a segurança alimentar e a agricultura sustentável; a energia sustentável para todos; acesso e eficiência de água; cidades sustentáveis; trabalhos verdes, empregos decentes e inclusão social; e redução de riscos e a resistência a desastres.

108. Nós consideramos que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável devem complementar e fortalecer os ODMs na agenda de desenvolvimento para o período pós-2015, com o objetivo de estabelecer um conjunto de metas em 2015 que sejam parte da Agenda de Desenvolvimento da ONU pós-2015.

109. Nós também propomos que o progresso na direção desses Objetivos deve ser medido por indicadores apropriados e avaliados para objetivos específicos a serem alcançados possivelmente até 2030, e requisitamos do Secretário-Geral propostas nesse sentido.

110. Nós resolvemos fortalecer a capacidade de todos os países coletarem e analisarem os dados e informações necessários para dar suporte ao monitoramento do progresso na direção os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Requisitamos que o Secretário-Geral, com o apoio de doadores interessados, o Sistema da ONU, organizações internacionais e outras entidades, promovam uma parceria global nesse sentido.

111. Nós também reconhecemos as limitações de PIB como uma medida de bem-estar. Concordamos em continuar a desenvolver e fortalecer indicadores complementares ao PIB que integrem as dimensões econômica, social e ambiental de um modo balanceado. Requisitamos que o Secretário-Geral estabeleça um processo em consulta com o Sistema da ONU e outras organizações relevantes.

C. Meios de implementação

[Financiamento]

112. Nós pedimos pelo cumprimento de todos os compromissos de assistência oficial ao desenvolvimento, incluindo o compromisso assumido por muitos países desenvolvidos de alcançarem uma meta de 0,7% do produto interno bruto para a assistência oficial ao desenvolvimento para países em desenvolvimento até 2015, assim como uma meta de 0,15% a 0,20% do produto interno bruto para assistência oficial ao desenvolvimento para países menos desenvolvidos. Para cumprir os prazos determinados, os países doadores devem tomar todas as medidas necessárias e apropriadas para aumentar a taxa de desembolsos para assistência para cumprir seus compromissos existentes. Urgimos aos países desenvolvidos que ainda não o fizeram que realizem esforços concretos adicionais para obter a meta de 0,7% do produto interno bruto para assistência oficial ao desenvolvimento para países em desenvolvimento, incluindo a meta específica de 0,15% a 0,20% de produto interno bruto para assistência oficial ao desenvolvimento para países menos desenvolvidos em linha com o Programa de Ação de Istambul pelos Países Menos Desenvolvidos até a década de 2011-2020, de acordo com seus compromissos.

113. Nós pedimos pela priorização do desenvolvimento sustentável na alocação de recursos em linha com as prioridades e necessidades de países em desenvolvimento, e por uma considerável ampliação na provisão de financiamento para países em desenvolvimento para o desenvolvimento sustentável.

114. Nós pedimos pela ampliação da eficácia da ajuda, levando em conta a Declaração de Paris, a Agenda de Ação de Acra e a Parceria para Cooperação Efetiva Busan para o Desenvolvimento, para assegurar que a ajuda seja efetiva, responsável e responsiva para as necessidades e prioridades dos países em desenvolvimento. É necessária uma maior coerência tanto no nível internacional como no nacional, incluindo uma efetiva fiscalização de recursos para assegurar que países em desenvolvimento tenham acesso constante e previsível a financiamentos adequados, incluindo os do setor privado, para promover desenvolvimento sustentável.

115. Nós consideramos bem-vindos os contínuos esforços para fortalecer e dar suporte à cooperação Sul-Sul e à cooperação triangular. Nós reiteramos que a cooperação Sul-Sul não é substituta, mas sim um complemento para a cooperação Norte-Sul. Também reiteramos que a cooperação triangular deve ser continuamente utilizada como uma modalidade efetiva para a cooperação para o desenvolvimento.

116. Nós reafirmamos o papel fundamental do setor privado para a promoção do desenvolvimento sustentável, incluindo através de parcerias entre múltiplos *stakeholders*. A política pública deve criar um clima estável para investimento e uma estrutura regulatória que conduza ao investimento de longo prazo e um comportamento social e ambientalmente responsável por negócios e indústrias.

117. Nós pedimos que o Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF) seja fortalecido, com regularidade no fluxo de financiamento e reforma dos processos de governança para criar sistemas mais transparentes e democráticos. Nós urgimos pela simplificação dos procedimentos e da assistência para países menos desenvolvidos e SIDS para acesso aos recursos do GEF.

[Ciência e Tecnologia]

118. Nós reafirmamos os compromissos relativos à ciência e tecnologia contidos na Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, na Agenda 21 e nos resultados de outras importantes Reuniões de Cúpula e Conferências da ONU.

119. Nós reconhecemos a importância do fortalecimento da capacidade científica, tecnológica e de inovação de países para promover o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, reiteramos a necessidade de mecanismos efetivos, meios melhorados, ambientes capacitadores apropriados e a remoção de obstáculos à escalada do desenvolvimento e da transferência de tecnologia para países em desenvolvimento.

120. Nós concordamos em fortalecer a cooperação internacional que conduza a transferência de investimento e tecnologia e ao desenvolvimento.

[Construção de capacidade]

121. Nós reafirmamos a necessidade de oferecer suporte para estruturas e mecanismos regionais e sub-regionais existentes em países em desenvolvimento e encorajar sua criação onde for necessário, com o objetivo de facilitar a cooperação e a troca de informações, incluindo a construção de capacidade, a troca de experiências e perícia para avançar na implementação das decisões nos níveis regionais e sub-regionais.

122. Nós pedimos pela imediata implementação do Plano Estratégico de Bali para Suporte a Tecnologia e Construção de Capacidade.

123. Nós urgimos pela participação e representação de cientistas de países em desenvolvimento em processos relativos a levantamentos globais ambientais e de desenvolvimento para fortalecer a capacidade científica nesses países.

[Comércio]

124. Nós urgimos que os membros da OMC redobrem seus esforços para obter um sistema de comércio universal, regulamentado, aberto, não discriminatório, igualitário e multilateral para um resultado rápido, balanceado, ambicioso e voltado para o desenvolvimento das negociações multilaterais de comércio da Rodada de Desenvolvimento de Doha. Pedimos pela plena realização dos compromissos firmados na Declaração Ministerial de Hong Kong de 2005 da OMC em favor dos países menos desenvolvidos.

125. Nós reafirmamos que existe uma necessidade urgente que as instituições econômicas e financeiras internacionais trabalhem juntas para assegurar que países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, possam obter benefícios das vantagens de um sistema de comércio multilateral e sua integração aos mercados globais.

126. Nós apoiamos a eventual retirada gradual do mercado de subsídios distorcedores e ambientalmente prejudiciais que impeçam a transição para o desenvolvimento sustentável, incluindo os que envolvam combustíveis fósseis, agricultura e pesca, com proteções para grupos vulneráveis.

127. Nós apoiamos as atividades de facilitação e fomentação de capacidade de comércio de organizações internacionais e regionais que auxiliem países em desenvolvimento, em

particular os países menos desenvolvidos, na identificação e aproveitamento de novas oportunidades de exportação, incluindo as criadas pela transição para uma economia verde.

[Registro/compêndio de compromissos]

128. Nós consideramos bem-vindos os compromissos voluntários firmados na Rio+20 e convidamos o Secretário-Geral a registrá-los em um registro/compêndio que servirá como uma estrutura de responsabilidade.

ANEXO B
THE GLOBAL 100 (2014)

ANEXO B – THE GLOBAL 100 (2014)

Posição	Empresa	País	Pontuação
1	Westpac Banking Corp	Austrália	76.5%
2	Biogen Idec Inc	EUA	75.3%
3	Outotec OYJ	Finlândia	74.2%
4	Statoil ASA	Noruega	74%
5	Dassault Systemes AS	França	74%
6	Neste Oil OYJ	Finlândia	69.2%
7	Novo Nordisk A/S	Dinamarca	68.8%
8	Adidas AG	Alemanha	68%
9	Umicore AS	Bélgica	67.8%
10	Schneider Electric AS	França	66.5%
11	Cisco Systems Inc	EUA	66.2%
12	BASF SE	Alemanha	66.2%
13	Bayerische Motoren Werke AG	Alemanha	65.9%
14	Aeroports de Paris	França	65.8%
15	ASML Holding NV	Holanda	65.4%
16	The Sage Group PLC	Reino Unido	65.3%
17	Keppel Land Limited	Singapura	65.1%
18	UCB AS	Bélgica	65.1%
19	Australia & New Zealand Banking Group	Austrália	64.9%
20	Sigma-Aldrich Corporation	EUA	64.7%
21	Life Technologies Corporation	EUA	64.2%
22	Tim Hortons Inc	Canadá	63.6%
23	Natura Cosméticos SA	Brasil	63.3%
24	Bombardier Inc	Canadá	63%
25	Commonwealth Bank of Australia	Austrália	62.4%
26	Centrica PLC	Reino Unido	62.2%
27	Siemens AG	Alemanha	61.9%
28	Croda International PLC	Reino Unido	61.9%
29	StarHub Ltd	Singapura	61.6%
30	Shinhan Financial Group Co Ltd	Coreia do Sul	60.8%
31	Hang Seng Bank Ltd	Hong Kong	60.4%
31	Stockland Real Estate	Austrália	60.2%
33	Banco Espírito Santo SA	Portugal	60.2%

Posição	Empresa	País	Pontuação
34	Samsung Electronics Co Ltd	Coreia do Sul	60.1%
35	Wolters Kluwer NV	Holanda	60%
36	Geberit AG	Suíça	59.9%
37	Monsanto Company	EUA	59.2%
38	Scania AB	Suécia	58.9%
39	City Developments Ltd	Singapura	58.6%
40	Vivendi AS	França	58.5%
41	Teck Resources Ltd	Canadá	58.3%
42	Swiss Re AG	Suíça	58.2%
43	Coca-Cola Enterprises Inc	EUA	57.3%
44	SAP AG	Alemanha	57.1%
45	L'Oreal AS	França	57.1%
46	Atlas Copco AB	Suécia	55.9%
47	Duke Energy Corp	EUA	55.8%
48	Koninklijke Philips Electronics NV	Holanda	55.7%
49	Bank of Montreal	Canadá	55.6%
50	Motorola Solutions Inc	EUA	55.4%
51	Royal Dutch Shell PLC	Holanda	55.2%
52	Cenovus Energy Inc	Canadá	55.1%
53	Suncor Energy Inc	---	54.9%
54	Prologis Inc	EUA	54.9%
55	Telefonaktiebolaget LM Ericsson	Suécia	54.8%
56	Galp Energia SGPS SA	Portugal	54.6%
57	Johnson & Johnson	EUA	54.6%
58	CapitalLand Limited	Singapura	54.3%
59	General Electric Company	EUA	54.3%
60	Daimler AG	Alemanha	54.2%
61	Agilent Technologies Inc	EUA	54.1%
62	Acciona AS	Espanha	54.1%
63	Electrocomponents PLC	Reino Unido	54%
64	H&M Hennes & Mauritz	Suécia	54%
65	Daiwa House Industry Co Ltd	Japão	54%
66	Mitsubishi Heavy Industries Ltd	Japão	53.4%
67	Intact Financial Corporation	Canadá	53.4%
68	Weyerhaeuser Company	EUA	53%
69	Eisai Co Ltd	Japão	52.8%
70	TELUS Corporation	Canadá	52.5%

71	BG Group PLC	Reino Unido	52.5%
72	Staples Inc	EUA	52.3%
73	BCE Inc	Canadá	52.1%
74	Nissan Motor Co Ltd	Japão	51.6%
75	Enbridge Inc	Canadá	51.1%
76	Encana Corp	Canadá	50.9%
77	Ricoh Co Ltd	Japão	50.5%
78	EMC Corp	EUA	50.5%
79	Sun Life Financial Inc	Canadá	50.3%
80	Storebrand ASA	Noruega	50.3%
81	London Stock Exchange Group PLC	Reino Unido	50.2%
82	LG Electronics Inc	Coreia do Sul	49.9%
83	Husquarna AB	Suécia	49.8%
84	Johnson Controls Inc	EUA	49.6%
85	British Sky Broadcasting Group PLC	Reino Unido	49.5%
86	Nestlé AS	Suíça	49.2%
87	Alcatel-Lucent	França	49.1%
88	Hess Corporation	EUA	48.9%
89	Münchener Rueckversicherungs AG	Alemanha	48.2%
90	The Toronto-Dominion Bank	Canadá	47.9%
91	Intesa Sanpaolo SpA	Itália	47.8%
92	Wesfarmers Ltd	Austrália	47.2%
93	Unilever PLC	Reino Unido	47.1%
94	Roche Holding AG	Suíça	46.9%
95	BRF - Brazil Foods AS	Brasil	46.6%
96	Campbell Soup Company	EUA	46.5%
97	Danone AS	França	45.7%
98	Kesko OYJ	Finlândia	45.7%
99	Novartis AG	Suíça	45.4%
100	Essilor International, Compagnie Generale D'Optique	França	42.4%

Fonte: www.exame.com

ANEXO C
THE GLOBAL 100 (2015)

ANEXO C – THE GLOBAL 100 (2015)

Rank	Empresa	País	Indústria	Pontuação
1	Biogen Idec	Estados Unidos	Biotecnologia	73,5%
2	Allergan	Estados Unidos	Farmacêutica	72,8%
3	Adidas	Alemanha	Têxtil. Vestuário e Artigos de Luxo	72,6%
4	Keppel Land	Singapura	Gestão Imobiliária e Incorporação	71,3%
5	Kesko	Finlândia	Alimento e Varejo	70,0%
6	Bayerische Motoren Werke (BMW)	Alemanha	Automotiva	69,2%
7	Reckitt Benckiser Group	Reino Unido	Produtos domésticos	68,8%
8	Centrica	Reino Unido	Multiutilidades	68,5%
9	Schneider Electric	França	Equipamentos elétricos	68,4%
10	Danske Bank	Dinamarca	Bancos	68,4%
11	Tim Hortons	Canadá	Hotéis e Lazer	68,2%
12	Outotec	Finlândia	Construção e Engenharia	67,8%
13	Novo Nordisk	Dinamarca	Farmacêutica	67,6%
14	L'Oreal	França	Produtos de uso pessoal	66,8%
15	BT Group	Reino Unido	Telecomunicação	66,8%
16	Marks & Spencer Group	Reino Unido	Varejo	66,6%

17	Dassault Systemes	França	Software	66,6%
18	Johnson & Johnson	Estados Unidos	Farmacêutica	66,2%
19	Enagas	Espanha	Gás	66,0%
20	Storebrand	Noruega	Seguros	66,0%
21	Commonwealth Bank of Australia	Austrália	Bancos	65,8%
22	Unilever	Reino Unido	Produtos alimentares	65,7%
23	Atlas Copco	Suécia	Máquinas	65,4%
24	StarHub	Singapura	Serviços de telecomunicação wireless	65,3%
25	Koninklijke Philips Electronics	Holanda	Conglomerados industriais	65,2%
26	Coca-Cola Enterprises	Estados Unidos	Bebidas	65,2%
27	Statoil	Noruega	Petróleo, Gás e Combustíveis	65,2%
28	Kone	Finlândia	Máquinas	65,1%
29	Teck Resources	Canadá	Metais e mineração	65,0%
30	Galp Energia	Portugal	Petróleo, Gás e Combustíveis	64,5%
31	Neste Oil	Finlândia	Petróleo, gás e combustíveis	64,4%
32	Syngenta	Suíça	Química	64,0%
33	Nokia	Finlândia	Tecnologia	64,0%
34	City Developments	Singapura	Gestão imobiliária e incorporação	63,7%
35	Vivendi	França	Telecomunicação	63,6%

36	POSCO	Coreia do Sul	Metais e mineração	63,4%
37	TELUS	Canadá	Telecomunicação	62,9%
38	Sigma-Aldrich	Estados Unidos	Química	62,9%
39	Henkel	Alemanha	Produtos de uso doméstico	62,7%
40	Electricite de France	França	Engenharia elétrica	62,6%
41	Westpac Banking	Austrália	Bancos	62,2%
42	Credit Agricole	França	Bancos	61,7%
43	Novozymes	Dinamarca	Química	61,5%
44	Natura Cosméticos	Brasil	Produtos de uso pessoal	61,5%
45	Samsung Electronics	Coreia do Sul	Equipamentos e semicondutores	61,4%
46	DNB	Noruega	Bancos	61,4%
47	Ecolab	Estados Unidos	Química	61,2%
48	Legrand	França	Equipamentos elétricos	60,8%
49	General Mills	Estados Unidos	Produtos alimentícios	60,8%
50	Eisai	Japão	Farmacêutica	60,5%
51	LG Electronics	Coreia do Sul	Bens de consumo	60,4%
52	Wolters Kluwer	Holanda	Mídia	59,7%
53	Agilent Technologies	Estados Unidos	Biotecnologia	59,5%
54	Accenture	Irlanda	Serviços de tecnologia da informação	59,4%

55	Siemens	Alemanha	Conglomerados industriais	59,4%
56	Intel	Estados Unidos	Equipamentos e semicondutores	59,3%
57	Bombardier	Canadá	Aeroespacial e Defesa	59,2%
58	Skandinaviska Enskilda Banken	Suécia	Bancos	58,7%
59	British Sky Broadcasting Group	Reino Unido	Mídia	58,7%
60	Daimler	Alemanha	Automotiva	58,7%
61	Adobe Systems	Estados Unidos	Software	58,5%
62	Shire	Irlanda	Farmacêutica	57,9%
63	UCB	Bélgica	Farmacêutica	57,6%
64	Enbridge	Canadá	Petróleo, gás e combustíveis	57,6%
65	Hess	Estados Unidos	Petróleo, gás e combustíveis	57,2%
66	Aéroports de Paris	França	Infraestrutura de transporte	56,8%
67	Sun Life Financial	Canadá	Seguros	56,6%
68	Pearson	Reino Unido	Mídia	56,4%
69	Cisco Systems	Estados Unidos	Equipamentos de Comunicação	56,4%
70	Shinhan Financial Group	Coreia do Sul	Bancos	56,4%
71	Johnson Controls	Estados Unidos	Componentes eletrônicos	56,2%
72	Colgate-Palmolive	Estados Unidos	Produtos de uso doméstico	56,2%

73	Lenovo Group	China	Tecnologia	56,1%
74	General Electric	United States	Conglomerados industriais	56,1%
75	H&M Hennes & Mauritz	Suécia	Varejo	56,0%
76	The Toronto-Dominion Bank	Canadá	Bancos	55,9%
77	Campbell Soup	Estados Unidos	Produtos alimentícios	55,8%
78	Australia & New Zealand Banking Group	Austrália	Bancos	55,5%
79	National Australia Bank	Austrália	Bancos	54,5%
80	BG Group	Reino Unido	Petróleo, gás e combustíveis	54,5%
81	Renault	França	Automotiva	54,2%
82	BNP Paribas	França	Bancos	54,1%
83	Varian Medical Systems	Estados Unidos	Equipamentos de saúde	54,0%
84	CapitaLand	Singapura	Gestão imobiliária e incorporação	53,9%
85	Celestica	Canadá	Equipamentos eletrônicos	53,9%
86	Bank of Montreal	Canadá	Bancos	53,7%
87	Telefonaktiebolaget LM Ericsson	Suécia	Equipamentos de comunicação	53,2%
88	London Stock Exchange Group	Reino Unido	Serviços financeiros	53,2%
89	Baker Hughes	Estados Unidos	Serviços de energia	53,0%
90	Encana	Canadá	Petróleo, gás e combustíveis	53,0%

91	Hang Seng Bank	Hong Kong	Bancos	52,8%
92	Sanofi	França	Farmacêutica	52,5%
93	Suncor Energy	Canadá	Petróleo, gás e combustíveis	52,3%
94	British Land	Reino Unido	Gestão imobiliária e incorporação	52,0%
95	ASML Holding	Holanda	Semicondutores	51,7%
96	Electrocomponents	Reino Unido	Equipamentos eletrônicos	51,3%
97	Prologis	Estados Unidos	Gestão imobiliária e incorporação	50,5%
98	Intact Financial	Canadá	Seguros	50,3%
99	EMC	Estados Unidos	Tecnologia	49,9%
100	Essilor International, Compagnie Générale d' Optique	França	Equipamentos e serviços de saúde	48,2%

Fonte: www.exame.com .

ANEXO D

ENTREVISTA COMPLETA DE BAUMAN AO “EL PAÍS” (2016)

ANEXO D - Entrevista completa de Bauman ao “El País” (2016)

Pergunta. Você vê a desigualdade como uma “metástase”. A democracia está em perigo?

Resposta. O que está acontecendo agora, o que podemos chamar de crise da democracia, é o colapso da confiança. A crença de que os líderes não só são corruptos ou estúpidos, mas também incapazes. Para atuar, é necessário poder: ser capaz de fazer coisas; e política: a habilidade de decidir quais são as coisas que têm ser feitas. A questão é que esse casamento entre poder e política nas mãos do Estado-nação acabou. O poder se globalizou, mas as políticas são tão locais quanto antes. A política tem as mãos cortadas. As pessoas já não acreditam no sistema democrático porque ele não cumpre suas promessas. É o que está evidenciando, por exemplo, a crise de migração. O fenômeno é global, mas atuamos em termos paroquianos. As instituições democráticas não foram estruturadas para conduzir situações de interdependência. A crise contemporânea da democracia é uma crise das instituições democráticas.

“Foi uma catástrofe arrastar a classe média ao precariat. O conflito já não é entre classes, mas de cada um com a sociedade”

P. Para que lado tende o pêndulo que oscila entre liberdade e segurança?

R. São dois valores extremamente difíceis de conciliar. Para ter mais segurança é preciso renunciar a certa liberdade, se você quer mais liberdade tem que renunciar à segurança. Esse dilema vai continuar para sempre. Há 40 anos, achamos que a liberdade tinha triunfado e que estávamos em meio a uma orgia consumista. Tudo parecia possível mediante a concessão de crédito: se você quer uma casa, um carro... pode pagar depois. Foi um despertar muito amargo o de 2008, quando o crédito fácil acabou. A catástrofe que veio, o colapso social, foi para a classe média, que foi arrastada

rapidamente ao que chamamos de *precarial* (termo que substitui, ao mesmo tempo, proletariado e classe média). Essa é a categoria dos que vivem em uma precariedade contínua: não saber se suas empresas vão se fundir ou comprar outras, ou se vão ficar desempregados, não saber se o que custou tanto esforço lhes pertence... O conflito, o antagonismo, já não é entre classes, mas de cada pessoa com a sociedade. Não é só uma falta de segurança, também é uma falta de liberdade.

P. Você afirma que a ideia de progresso é um mito. Por que, no passado, as pessoas acreditavam em um futuro melhor e agora não?

R. Estamos em um estado de *interregno*, entre uma etapa em que tínhamos certezas e outra em que a velha forma de atuar já não funciona. Não sabemos o que vai substituir isso. As certezas foram abolidas. Não sou capaz de profetizar. Estamos experimentando novas formas de fazer coisas. A Espanha foi um exemplo com aquela famosa iniciativa de maio (o 15-M), em que essa gente tomou as praças, discutindo, tratando de substituir os procedimentos parlamentares por algum tipo de democracia direta. Isso provou ter vida curta. As políticas de austeridade vão continuar, não podiam pará-las, mas podem ser relativamente efetivos em introduzir novas formas de fazer as coisas.

P. Você sustenta que o movimento dos *indignados* “sabe como preparar o terreno, mas não como construir algo sólido”.

R. O povo esqueceu suas diferenças por um tempo, reunido na praça por um propósito comum. Se a razão é negativa, como se indispor com alguém, as possibilidades de êxito são mais altas. De certa forma, foi uma explosão de solidariedade, mas as explosões são muito potentes e muito breves.

P. E você também lamenta que, por sua natureza “arco-íris”, o movimento não possa estabelecer uma liderança sólida.

R. Os líderes são tipos duros, que têm ideias e ideologias, o que faria desaparecer a visibilidade e a esperança de unidade. Precisamente porque não tem líderes o

movimento pode sobreviver. Mas precisamente porque não tem líderes não podem transformar sua unidade em uma ação prática.

P. Na Espanha, as consequências do 15-M chegaram à política. Novos partidos emergiram com força.

"O 15-M, de certa forma, foi uma explosão de solidariedade, mas as explosões são potentes e breves"

R. A mudança de um partido por outro não vai a resolver o problema. O problema hoje não é que os partidos estejam equivocados, e sim o fato de que não controlam os instrumentos. Os problemas dos espanhóis não estão restritos ao território nacional, são globais. A presunção de que se pode resolver a situação partindo de dentro é errônea.

P. Você analisa a crise do Estado-nação. Qual é a sua opinião sobre as aspirações independentistas da Catalunha?

R. Penso que continuamos com os princípios de Versalhes, quando se estabeleceu o direito de cada nação baseado na autodeterminação. Mas isso, hoje, é uma ficção porque não existem territórios homogêneos. Atualmente, todas as sociedades são uma coleção de diásporas. As pessoas se unem a uma sociedade à qual são leais, e pagam impostos, mas, ao mesmo tempo, não querem abrir mão de suas identidades. A conexão entre o local e a identidade se rompeu. A situação na Catalunha, como na Escócia ou na Lombardia, é uma contradição entre a identidade tribal e a cidadania de um país. Eles são europeus, mas não querem ir a Bruxelas por Madri, mas via Barcelona. A mesma lógica está emergindo em quase todos os países. Mantemos os princípios estabelecidos no final da Primeira Guerra Mundial, mas o mundo mudou muito.

P. As redes sociais mudaram a forma como as pessoas protestam e a exigência de transparência. Você é um cético sobre esse "ativismo de sofá" e ressalta que a [Internet](#)

também nos entorpece com entretenimento barato. Em vez de um instrumento revolucionário, como alguns pensam, as redes sociais são o novo ópio do povo?

R. A questão da identidade foi transformada de algo preestabelecido em uma tarefa: você tem que criar a sua própria comunidade. Mas não se cria uma comunidade, você tem uma ou não; o que as redes sociais podem gerar é um substituto. A diferença entre a comunidade e a rede é que você pertence à comunidade, mas a rede pertence a você. É possível adicionar e deletar amigos, e controlar as pessoas com quem você se relaciona. Isso faz com que os indivíduos se sintam um pouco melhor, porque a solidão é a grande ameaça nesses tempos individualistas. Mas, nas redes, é tão fácil adicionar e deletar amigos que as habilidades sociais não são necessárias. Elas são desenvolvidas na rua, ou no trabalho, ao encontrar gente com quem se precisa ter uma interação razoável. Aí você tem que enfrentar as dificuldades, se envolver em um diálogo. O papa Francisco, que é um grande homem, ao ser eleito, deu sua primeira entrevista a Eugenio Scalfari, um jornalista italiano que é um ateu autoproclamado. Foi um sinal: o diálogo real não é falar com gente que pensa igual a você. As redes sociais não ensinam a dialogar porque é muito fácil evitar a controvérsia... Muita gente as usa não para unir, não para ampliar seus horizontes, mas ao contrário, para se fechar no que eu chamo de zonas de conforto, onde o único som que escutam é o eco de suas próprias vozes, onde o único que veem são os reflexos de suas próprias caras. As redes são muito úteis, oferecem serviços muito prazerosos, mas são uma armadilha.

ANEXO E
A MONOCULTURA DO EUCALIPTO E SUAS IMPLICAÇÕES

ANEXO E - A MONOCULTURA DO EUCALIPTO E SUAS IMPLICAÇÕES

Fonte: <http://monografias.brasescola.uol.com.br/geografia/a-monocultura-eucalipto-suas-implicacoes.htm>

A MONOCULTURA DO EUCALIPTO E SUAS IMPLICAÇÕES

GEOGRAFIA

eucalipto, deserto verde, Aracruz, monocultura, celulose, madeira do eucalipto, impactos causados pela monocultura, ponto de vista das empresas.

RESUMO

O plantio do eucalipto vem se expandindo cada vez mais em nosso país, devido à grande rentabilidade que é capaz de gerar. O presente trabalho tem por objetivo fazer uma breve análise crítica desta cultura, citando e explicando o conceito de deserto verde bem como de monocultura. Explicitamos ainda alguns usos para a madeira do eucalipto, como demonstra um gráfico do ano de 2005 para ilustrar o mesmo. Buscamos deixar claro alguns impactos causados por esta monocultura, bem como deixamos também um espaço para a análise do ponto de vista das empresas que fazem uso do eucalipto, citando o exemplo da Aracruz.

Palavras-Chave: eucalipto, deserto verde, Aracruz, monocultura, celulose.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo fazer uma breve análise da monocultura em larga escala de eucalipto, uma prática que vêm se tornando cada vez mais freqüente em nosso país, dada que a rentabilidade dessa prática é altamente lucrativa, principalmente para as grandes empresas que atuam no setor de produção de celulose, exploração da madeira para a fabricação de móveis, bem como sua utilização como lenha ou para produção do carvão vegetal.

Buscamos também fazer uma breve crítica a essa prática por meio da análise de alguns impactos negativos causados por essa cultura, tanto no âmbito econômico, como no social e também no cultural. Ainda tentamos descrever o que dizem as empresas que

exploram a madeira para os diversos usos citados, dando a oportunidade de se analisar e tirar suas próprias conclusões sobre o estudo, não se esquecendo, porém que a nossa

opinião tende mais para o lado da crítica negativa de tal atividade. Vamos também, tentar analisar o porque do uso do termo “deserto verde” para designar as grandes plantações do eucalipto, suas implicações, possíveis problemas causados e o porque esse termo tem sido cada vez utilizado com mais frequência, principalmente pela nossa mídia.

2. A MONOCULTURA E O DESERTO VERDE

O eucalipto é uma planta originária principalmente da Austrália e do continente da Oceania, embora algumas raras espécies sejam de ilhas como Nova Guiné e Timor, além das Ilhas Molucas (ANDRADE, 1918, p. 3). Sua implantação em outras áreas se deu somente no século XIX, começando pela Europa, passando pelos Estados Unidos e finalmente chegando ao Brasil por meio do Sr. Frederico de Albuquerque, no ano de 1968, no estado do Rio Grande do Sul (ANDRADE, 1918, p.4). Um dos maiores propagadores da espécie pelo país foi A. Pereira da Fonseca, realizando grandes plantações no estado do Rio de Janeiro, com variadas espécies do gênero eucalyptus (ANDRADE, 1918, p.4).

A planta começou a ser amplamente utilizada depois da descoberta de seu valor econômico, e hoje é utilizada como principal fonte de alimentação da indústria da celulose no Brasil, o que acaba por ocasionar grandes discussões e até mesmo conflitos entre proprietários de terras plantadas com o eucalipto e a grande massa de militantes sem-terra. Uma das grandes vantagens do eucalipto e sua rápida difusão, é o fato de a planta ser capaz de se adaptar aos mais diversos tipos de climas, desde locais quentes e secos, como os deserto australianos, à climas muito úmidos e frios, como na Escócia.

O termo deserto verde vem ganhando um grande destaque na mídia, tanto no âmbito nacional quanto no internacional, devido à grande repercussão que tem causado os atritos que envolvem esse termo. Mas o que afinal define “deserto verde”?

A expressão **deserto verde** é utilizada pelos ambientalistas para designar a monocultura de árvores em grandes extensões de terra para a produção de celulose, devido aos efeitos que esta monocultura causa ao meio ambiente. As árvores mais utilizadas para este cultivo são sobretudo o eucalipto, pinus e acácia (MEIRELLES, 2006).

Grande parte desta discussão se deve ao fato de as terras utilizadas para o cultivo de monoculturas em larga escala, não atingirem um grande contingente de mão-de-obra humana, já que grande parte destas propriedades são altamente mecanizadas, e quando há o emprego de mão-de-obra esta não é devidamente remunerada. Outro fator que tem

importância nessa discussão é o fato dessas culturas serem capazes de absorver enormes quantidades de água, podendo até mesmo ressecar rios e outras fontes hídricas existentes no entorno dessas grandes plantações. Como exemplo disso pode ser citado o estado do Espírito Santo, que segundo Daniela Meirelles Dias de Carvalho, geógrafa e técnica da Fase, organização não-governamental que atua na área sócio-ambiental, só no norte do Espírito Santo já secaram mais de 130 córregos depois que o eucalipto foi introduzido na região.



Figura 1 - Derrubada de Eucalipto

Fonte: <http://www.rel-uita.org/agricultura/ambiente/fotos/eucalipto-300.jpg>

Este problema é relativamente recente na história brasileira, levando-se em conta que a espécie *Eucalyptus* não é nativa de nosso país, e tem sido trazida em grande escala para o Brasil com o intuito de ser uma rentável e enorme fonte de recursos, provindos especialmente da exportação da celulose, já que os principais fins para o eucalipto são a indústria moveleira, a indústria de celulose a utilização como carvão vegetal e também como lenha. O gráfico abaixo demonstra como é utilizada a madeira proveniente do eucalipto no Brasil:

3. IMPACTOS NEGATIVOS

Uma série de problemas são gerados devido à exploração de eucalipto em grandes áreas, dentre as quais se destacam as indicadas abaixo:

- Desertificação do clima e de solo: as grandes florestas como as de eucalipto necessitam de uma enorme quantidade de água, para se ter uma idéia, segundo a matéria Deserto Verde (Disponível em: . Acesso em: 10 de novembro de 2008.), cada pé de eucalipto necessita, para crescer satisfatoriamente, levando-se em conta o rendimento econômico, de aproximadamente 30 litros de água por dia, o que acaba gerando um grande déficit hídrico nas regiões onde são cultivados, gerando assim certa desertificação da região. Esse é um grave problema, já que muitas plantações são realizadas às beiras de córregos e nascentes de rios, o que acaba por ressecar o solo, como já foi acima explicitado, tomando-se como exemplo o caso da região norte do Espírito Santo;

- Ressecamento do solo e uma maior exposição à erosão: como o eucalipto está sendo plantado visando-se unicamente uma maior viabilidade econômica possível, depois de alguns anos a plantação é cortada, deixando o solo empobrecido e exposto a erosão, causando enormes impactos ambientais na região onde estava sendo cultivada a floresta. Outro problema é que, para se tentar recuperar áreas tão degradadas como essas, são gastas enormes quantias de dinheiro por parte das autoridades competentes;

- Diminuição da biodiversidade: como acima citado, as florestas de eucalipto são cultivadas priorizando somente um retorno econômico. Assim sendo, não são cultivadas juntamente outras espécies de vegetais, o que diminui a diversidade vegetal da região de floresta, já que a mesma também impede que gramíneas e pequenos arbustos cresçam e se desenvolvam, embora quando estejam pequenas, as árvores do eucalipto, não forneçam um bloqueio radiação solar como quando estão grandes. Outro problema é a falta da diversidade da fauna, já que os únicos animais que conseguem sobreviver nesses tipos de florestas são “formigas e caturritas (aves predadoras de lavouras que usam as árvores de eucalipto como abrigo, mas não se alimentam delas)” (QUADRO: impactos da monocultura do eucalipto. Disponível em . Acesso em: 27 de outubro de 2008.);

- Especialização da atividade produtiva: esse problema se deve ao fato de o cultivo de grandes áreas de eucalipto serem dedicadas somente à monocultura e altamente especializada, gerando um grande desemprego em algumas regiões, que chegam até mesmo a perderem suas características culturais, como por exemplo, cita PEREIRA (2006) em um artigo sobre o cultivo de monoculturas na região sul do Rio Grande do Sul, onde cita que:

o avanço da monocultura de eucalipto na metade sul do Rio Grande do Sul deve gerar a ruptura de duas tradições produtivas: a pecuária, realizada principalmente nos latifúndios, e a produção da agricultura de subsistência, realizada nos interstícios das grandes propriedades.

Esse problema pode acabar por gerar um grande impacto social naquela região, que tem como uma das características peculiares a perpetuação de sua cultura, contando

inclusive com centros especializados nessa atividade, como por exemplo, os CTG's (Centro de Tradição Gaúcha). Quando se analisam dados referentes ao emprego de mão-de-obra na plantação de eucaliptos, comparando-a com outros ramos de atividades, chega-se a uma enorme diferenciação. Por exemplo, enquanto para se gerar um emprego no setor de comércio no Brasil, em 2006, segundo PEREIRA (2006, p.11), são gastos cerca de US\$ 30.000,00, um emprego no cultivo do eucalipto pode chegar a exigir um investimento de até US\$ 3,75 milhões, pela indústria VERACEL. Essa disparidade causa grande indignação por parte de organizações não-governamentais que lutam por direitos trabalhistas, ainda mais quando se é levado em conta a atual situação do emprego no Brasil e a grande diferenciação na qual vivemos.

- Transformação da paisagem: algumas áreas de plantação de eucalipto atingem regiões de ecossistemas em risco, o que acaba transformando a paisagem do local, perdendo estas características peculiares de como já citado, também parte de sua tradição. Estes ecossistemas estão sendo muito ameaçados, já que o poderio econômico de empresas como a Aracruz Celulose, acaba transformando a paisagem natural das regiões de cultivo.

Como um exemplo de estudo de caso, temos um artigo elaborado por PEREIRA (2006, p. 11-12), no qual o autor cita algumas críticas relacionadas à implantação da monocultura do eucalipto da região Sul do estado do Rio Grande do Sul, dentre elas:

- Problemas ambientais;
- Concentração da terra, com expulsão imediata dos agricultores que as venderam. O que mostra que as empresas não querem ficar dependentes de parcerias;
- É mais um obstáculo à reforma agrária naquela região;
- Modelo de concentração da terra, de capital e da renda;
- Modelo exportador, cujos impostos já estão todos desonerados pela lei Kandir, contribuindo muito pouco para os cofres públicos dos municípios e do Estado;
- Não gera emprego;
- Gera vazios populacionais;
- O plantio de culturas anuais em consórcio, com o eucalipto, apregoado pelas empresas, só é possível nos dois primeiros anos, pois nos anos subsequentes a competição por luz, água e nutrientes, inviabiliza as culturas anuais, e finalmente;

• Os investimentos nas grandes fábricas de celulose estão desvinculados da matriz produtiva já existente, instalada na região. Essas críticas são defendidas pelos trabalhadores da região sul do estado do Rio Grande do Sul, contando inclusive com o apoio de membros das bancadas na Assembléia Legislativa do estado.

4. AS EMPRESAS PRODUTORAS

O grande destaque dessa indústria de celulose fica por conta da Aracruz Celulose, empresa que está instalada há 35 anos no Brasil e hoje é a principal produtora de celulose branqueada de eucalipto do mundo. De acordo com PEREIRA (2006, p.2):

... cerca de 95% da polpa de celulose produzida no Brasil é destinada ao mercado externo, sobretudo para a União Européia e os Estados Unidos. Nesses lugares, cerca de 80% a polpa importada do Brasil é transformada em papel higiênico e lenços de nariz. O retorno financeiro para a Aracruz é muito alto: em 2003, a empresa registrou um lucro líquido de R\$ 870 milhões, o maior desde sua criação.

O controle acionário é exercido pelos grupos Lorentzen, Safra e Votorantim (28% do capital votante cada) e pelo BNDES (12,5%). Dedicando-se precipuamente à produção e pesquisa de eucaliptos, a empresa possui plantações nos estados do Espírito Santo, Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que somam aproximadamente 261 mil hectares de plantios de eucalipto (Deserto Verde. Disponível em: . Acesso em: 10 de novembro de 2008.). O grupo Lorentzen se viu obrigado a colocar seu montante de ações à venda depois de uma grande onda de protestos internacionais, principalmente em seu país, depois que denúncias feitas contra a empresa foram amplamente difundidas devido ao fato de a Polícia Federal brasileira ter praticamente massacrado índios que ocupavam terras da Aracruz, no norte do estado do Espírito Santo, depois de a justiça ter dado ganho de causa à mesma em uma ação envolvendo esta questão.

Como mostrado anteriormente existe uma imensa pressão sobre as grandes empresas produtoras de eucalipto, elas são criticadas tanto no âmbito social, como, por gerar poucos empregos e ser um obstáculo no processo de reforma agrária, por demandar grandes áreas de plantio. E críticas de caráter ambiental, vindas principalmente de ambientalistas e organizações não governamentais. Mas, por outro lado as empresas que utilizam o eucalipto como matéria-prima, se defendem de várias formas pregando a idéia de que não fazem mau uso dos recursos naturais e na maioria das vezes agem corretamente de forma a conservar o ambiente.

Para explicitar e demonstrar o “lado” das empresas produtoras será utilizada como exemplo, novamente, a empresa Aracruz celulose, onde mostraremos como, de certa

forma ela “responde” as críticas recebidas ao longo do processo de sua produção de papel e como ela trata dos assuntos ambientais.

No âmbito social, a Aracruz em seus princípios, de acordo com seu site oficial, promove a total valorização de seus empregados em um ambiente de trabalho seguro, saudável e motivador, não tolerando qualquer tipo de discriminação, oferecendo oportunidades que leve ao desenvolvimento profissional e pessoal, buscando constantemente a melhoria da qualidade de vida (site: Aracruz).

Outros pontos citados pela empresa na área social seria a de possuir programas de responsabilidade social que dissemina conhecimento e induz o desenvolvimento sustentável das comunidades estabelecendo parcerias, investindo em projetos e apoiando redes de relacionamento com o setor privado, entidades da sociedade civil e setor público (site: Aracruz).

No que se refere ao caráter ambiental a Aracruz alega que as florestas plantadas são de extrema importância como alternativa ecológica para o nosso planeta e o nosso país, uma vez que as florestas plantadas são uma forma de garantir a existência dos biomas remanescentes.

Outra vantagem alegada pela a empresa para a defesa das florestas plantadas seria a de que estas florestas atuam de forma a “seqüestrar o carbono”, removendo gases do efeito estufa, contribuindo para mitigar o efeito do aquecimento global.

A Aracruz também se defende contra as denúncias de que o eucalipto seca a água do solo e degrada o mesmo retirando os seus nutrientes. Na questão sobre o secamento da água no solo a empresa afirma que a planta não resseca o solo já que:

As raízes do eucalipto, assim como as de outras espécies arbóreas cultivadas, como laranja e manga, ficam muito longe do lençol freático. (...) Assim, a água disponível para o eucalipto crescer vem da camada superficial do solo. As florestas plantadas de eucalipto consomem a mesma quantidade de água que as nativas, mas são mais eficientes na conversão de água em madeira, pois crescem mais depressa. O eucalipto consome em média 0,43 m³ de água para produzir 1 kg de madeira. A floresta nativa, 1,3 m³. Além disso, mais água da chuva chega ao solo das florestas plantadas, porque, nas nativas, boa parte da água fica nas copas das árvores. (site: Aracruzresponde).

E quanto ao esgotamento dos nutrientes e degradação do solo a Aracruz afirma que suas plantações são manejadas de forma que não esgotem os nutrientes nem degradem o solo:

Quando bem tratado, o eucalipto não prejudica o solo. As árvores cultivadas pela Aracruz, por exemplo, recebem reforço de calcário, além de reposição de nitrogênio, potássio, fósforo, boro e zinco. São feitas análises no terreno e nas folhas das árvores para garantir a manutenção de um solo saudável e produtivo. Além disso, as cascas, os galhos e as folhas que são cortados voltam para a terra na forma de adubo orgânico (site: Aracruzresponde).

5. CONCLUSÃO

Com isso é possível notar que mesmo com as empresas se defendendo com vários argumentos a favor do uso deste tipo monocultura, alegando que agem com responsabilidade social e atuam de harmonia com o meio ambiente contribuindo para a proteção ambiental(site:Aracruz), é inevitável deixar de lado as críticas negativas, uma vez que fica evidente que a cultura do eucalipto traz prejuízos sociais como por gerar poucos empregos e ser um obstáculo no processo de reforma agrária, por demandar grandes áreas de plantio, levando a formação de grandes vazios populacionais. Os prejuízos ambientais, por mais que as empresas fazem uma propaganda favorável são evidentes, pois nem todas as áreas de cultivo são bem manejadas como as produtoras alegam, e isso gera diversos impactos ambientais negativos, desde na degradação do solo, perda excessiva de água, acarretando em um enorme prejuízo na biodiversidade, tanto da fauna quanto da flora.

E com o aumento constante significativo das plantações de eucalipto no país estes impactos, tanto na área ambiental como na social, cada vez mais facilmente serão notados,e o “deserto verde” cada vez mais característico em nosso país.

6. BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, E. N. de; VECCHI, O. Os Eucalyptos: Sua Cultura e Exploração. São Paulo: Typhographia Brazil de Rothschild & Comp, 1918. 228p.

MEIRELLES, D.; CALAZANS, M. H2O para celulose x água para todas as línguas. FASE, 2006. . Acesso em: 27 de outubro de 2008.

CADERNOS IHU em Formação. A Monocultura do Eucalipto: Deserto Disfarçado de Verde?. Ed. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008. Disponível em: . Acesso em: 27 de outubro de 2008.

ADITAL Brasil, 2006. Disponível em: . Acesso em: 10 de novembro de 2008.

REVISTA do IDEC online. Disponível em: . Acesso em: 10 de novembro de 2008.

MOVIMIENTO Mundial por los Bosques Tropicales. Belo Horizonte, 2004. Disponível em: . Acesso em: 27 de outubro de 2008.

AGÊNCIA Brasil de Fato, 2006. Disponível em: . Acesso em: 27 de outubro de 2008.

ECOL News. Disponível em: . Acesso em: 10 de novembro de 2008.
ARACRUZ Celulose S/A. Disponível em: . Acesso em: 27 de outubro de 2008.

ARACRUZ Celulose S/A. Disponível em:
<http://www.aracruzresponde.com.br/site/secoes/index.asp>. Acesso em: 27 de outubro de 2008.

Publicado por: Rafael Said Bhering Cardoso

FONTE: <http://monografias.brasilecola.uol.com.br/geografia/a-monocultura-eucalipto-suas-implicacoes.htm>